



ESS
ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ

PPGSS
UFRJ



FAPERJ
Fundação Coordenação de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

COLEÇÃO
JPN
JOSÉ PAULO NETTO

1234
5
VOLUME

Estado e
sociedade:
análises sobre
desigualdades
e políticas
públicas

Erimaldo Nicácio

Kátia Sento-Sé Mello (orgs)

ESTADO E SOCIEDADE:
análises sobre desigualdades e políticas públicas
Coleção José Paulo Netto – Volume 5

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto de Andrade Medronho
Reitor

João Ramos Torres de Mello Neto
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Ana Izabel Moura de Carvalho
Diretora

Guilherme Silva de Almeida
Vice-Diretor

Fátima da Silva Grave Ortiz
Diretora Adjunta de Pós-Graduação

Erimaldo Nicacio
Kátia Sento-Sé Mello
(Orgs.)

**ESTADO E SOCIEDADE:
análises sobre desigualdades e políticas públicas**

Coleção José Paulo Netto – Volume 5
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2023



Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG – Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações

Diagramação: Lurdes Lucena

Capas e selo da Coleção José Paulo Netto por Fábio Marinho.

Imagem original de capa desenvolvida com a ferramenta Adobe Firefly Image 2.

Copyright © by autor, 2023.

E793 – NICACIO, E.; MELLO, Kátia Sento-Sé. Estado e sociedade: análises sobre desigualdades e políticas públicas. Volume 5. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

ISBN: 978-65-6070-014-7



10.29388/ 978-65-6070-014-7-0

1. Estado 2. Sociedade 3. Políticas Públicas. Erimaldo Nicacio. Kátia Sento-Sé Mello. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social

360



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

Editores

Lurdes Lucena – Esamc – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFM - Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cilson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Marcelo Caetano Parreira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria Ciavatta – IFF – Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucília Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alcina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Mc – Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hauser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto González Aranas – Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias – Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Sílvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba v Cuba – Cuba

A coleção José Paulo Netto – professor emérito da Escola de Serviço Social e referência para a Área de Serviço Social – compõe-se de pesquisas desenvolvidas por estudantes e docentes do nosso Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, cujos resultados foram apresentados na sua maioria na VII Jornada de Integração e Pesquisa Acadêmica – JIPA, realizada entre os dias 28 e 30 de março de 2023 com a realização de conferências, mesas temáticas e apresentação de trabalhos nos diversos GT (grupos de trabalho). A JIPA é um evento consolidado no âmbito do nosso Programa e está na sua sétima edição com o objetivo de combater o isolamento intelectual muito presente na lógica da pós-graduação brasileira, por meio do intercâmbio e do debate das nossas pesquisas.

A partir de uma perspectiva crítica e voltada aos grandes temas contemporâneos que atravessam o Serviço Social e áreas afins, a diversidade das pesquisas existentes no nosso Programa é evidenciada no universo de seis volumes apresentados nesta coleção: 1 - Antirracismo, Lutas de Gênero e LGBTQIAPN+; 2 - Estado, Políticas Públicas e Lutas Sociais; 3 - Reflexões contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos, do Trabalho e da Formação Profissional; 4 – Capitalismo Contemporâneo: crise e barbarização da vida social; 5 - Estado e Sociedade: análises sobre Desigualdades e Políticas Públicas e 6 – Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social. Agradecemos à FAPERJ pelo apoio para a concretização desta Coleção. Que esta coleção possa contribuir com as reflexões e análises sobre o nosso tempo e principais questões. Boa leitura!

Fátima Grave Ortiz
Coordenadora do PPGSS/UFRJ

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
Erimaldo Nicácio e Kátia Sento Sé Mello	
RESISTÊNCIAS COLETIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 – UM ESTUDO DE CASOS JUNTO A UM SINDICATO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA.....	11
Alzira M. B. Guarany e Cibele da Silva Henriques	
EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA ARMADA NO CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ	23
Miriam Krenzinger	
UM “CORPO SARADO”? DISCURSOS SOBRE GÊNERO, MASCULINIDADES, E ANABOLIZANTES NAS REVISTAS ESPECIALIZADAS	42
Patrícia Silveira de Farias e Fátima Cecchetto	
A COR DA DOR: VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JOVENS NEGROS E A SAÚDE DE MÃES ÓRFÃS DO ESTADO	54
Lilian Angélica da Silva Souza - Paulla Lima Toledo - Priscila Fernandes da Silva -	
QUALIFICAR É A PORTA DE SAÍDA?	67
Fátima Valéria Ferreira de Souza	
EXPERIÊNCIAS DE MOBILIZAÇÃO PELO DIREITO À VIDA EM FAVELAS CARIOCAS: UM OLHAR SOBRE A ADPF DAS FAVELAS	79
Lidiane Malanquini - Monique Cruz - Kátia Sento Sé Mello	
O IMPACTO SOCIAL DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA UFRJ	92
Erimaldo Nicacio	
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER.....	107
Ludmila Fontenele Cavalcanti - Daniel de Souza Campos	
O PENSAMENTO INDÍGENA TEM MEMÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DO ENSINO E DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	119
Paulo Sérgio Pereira Filho - Alzira Mitz Bernardes Guarany	
PESQUISA, EXTENSÃO E TERRITÓRIO: A POTENCIALIDADE NA PRODUÇÃO COMPARTILHADA DE SABERES.....	130
Fátima Valéria Ferreira de Souza - Isabele Filpo da Silva - Larissa de Siqueira Saldanha	
Natã Sousa Coutinho - Verônica Cristina de Barros Ferreira	
SOBRE OS/AS AUTORES/AS.....	142

APRESENTAÇÃO

Neste livro reunimos diversos trabalhos – teóricos e empíricos – conduzidos por professores vinculados à Área 3 do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Intitulada Cultura e Serviço Social, a área 3 é uma das três áreas que constituem o programa. Busca-se reunir e articular os temas comuns às linhas de pesquisa que a constituem, quais sejam, *Estado, Sociedade e Direitos Humanos* e, também, *Temas Urbanos e Movimentos sociais*. Nesta área, as pesquisas coordenadas pelos professores atravessam a dimensão cultural dos processos de identidades coletivas, os movimentos sociais, rurais e urbanos, as relações com o Estado e o mercado. Do mesmo modo, abordam diferentes interfaces dos campos da cidadania, das políticas públicas e do serviço social: ações coletivas e as instituições, relações de poder, relações de gênero, intergeracionais e interétnicas nos espaços públicos e privados.

As pesquisas reunidas neste livro serviram de inspiração para a realização da VII JIPA - Jornada de Integração e Pesquisa Acadêmica, realizada entre 28 e 30 de março de 2023, que contou com mesas temáticas, conferências e apresentação de trabalhos de estudantes do PPGSS (Programa de Pós-graduação em Serviço Social) da Escola de Serviço Social da UFRJ. Estes trabalhos foram elaborados no contexto dos núcleos de pesquisa da área 3.

Cabe destacar, ainda, que os trabalhos aqui apresentados espelham a interdisciplinaridade que conforma esta área e são atravessados por experiências da relação entre ensino, pesquisa e extensão, enfatizando o importante papel social e culturalmente engajado da universidade pública no Brasil. Contempla, desta forma, o potencial político, educacional e científico da universidade pública com vistas à transformação social e à promoção da cidadania.

O trabalho de Alzira M. B. Guarany e Cibele da Silva Henriques analisa as formas de resistência coletivas produzidas por um sindicato, dentro das limitações impostas pela pandemia de COVID-19. As autoras identificaram estratégias e formas de resistência coletivas utilizadas pelo sindicato a fim de superar aquelas limitações, inclusive através de ferramentas tecnológicas como plataformas digitais, redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas.

Miriam Krenzinger destaca os diferentes aspectos da problemática da violência e grupos armados em territórios de favelas no Rio de Janeiro que são fatores de morte e estresse no cotidiano da população de comunidades da Maré. A autora argumenta que, ao longo dos anos, o terror se tornou uma ferramenta de controle social e de destruição do tecido social, difundindo o sentimento de medo naquela população.

Dando expressão às representações sociais sobre o corpo sarado e suas interrelações com ideal de beleza e a construção social de gênero veiculadas por revistas especializadas em artigos biomédicos e em revistas esportivas, Fátima Cecchetto e Patrícia Farias analisam discursos sobre musculosidade, gênero e anabolizantes nas revistas especializadas.

Lilian Angélica da Silva Souza, Paulla Lima Toledo e Priscila Fernandes da Silva discutem a relação entre racismo, violência policial e saúde enfocando as vivências de mulheres-mães de jovens negros assassinados por agentes do Estado. O racismo como fator estruturante das relações sociais no Brasil se expressa, entre outras formas, na suspeição criminal do jovem negro, que tende a ser vítima da violência letal dos agentes policiais. O trabalho demonstra que a outra face desta violência é a falta de assistência à saúde das mães

desses jovens, também submetidas aos efeitos do racismo estrutural. Conclui sublinhando a importância de políticas direcionadas ao público negro infantojuvenil e de atenção à saúde das mulheres negras da favela.

O artigo de Fátima Valéria Ferreira de Souza tem por objetivo problematizar a ideia da qualificação profissional dos beneficiários de programas de transferência de renda como “porta de saída” destes programas. A pesquisadora tem por base, não apenas uma revisão da literatura sobre qualificação profissional e trabalho, mas também sua experiência como gestora de políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda em nível municipal e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O trabalho sugere que as políticas de qualificação profissional não fazem frente às regras do sistema capitalista e estão descoladas das demandas locais.

O trabalho de Lidiane Malanquini, Monique Cruz e Kátia Sento Sé Mello, apresenta uma discussão sobre a luta pelo direito à vida e segurança pública nas Favelas da Maré e de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, a partir da leitura da história de construção desses territórios e da mobilização dos seus moradores na luta política.

Erimaldo Nicacio discute o impacto da pandemia de Covid 19 nas subjetividades de alunos de graduação da UFRJ indagando-se sobre o que mudou na vida dos estudantes, suas vivências durante o afastamento social orientado pelo Ministério da Saúde e a maneira como viveram o ensino remoto. Considera, na pesquisa, os próprios termos com os quais os estudantes descreviam a experiência subjetiva no contexto da pandemia, e observa que esta vivência foi diversificada e desigual, conforme os recursos materiais e simbólicos de cada estudante.

O trabalho de Ludmila Fontenele Cavalcanti e Daniel de Souza Campo, tomando como referência as estratégias de enfrentamento à violência sexual no contexto brasileiro, pretende analisar a trajetória de consolidação da extensão universitária na área da prevenção à violência sexual contra a mulher na UFRJ, apontando a contribuição do “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual” e os desafios colocados à formação profissional.

Paulo Sérgio Pereira Filho e Alzira Mitz Bernardes Guarany analisam a importância do pensamento indígena para o campo do ensino e da produção de ciência. Os autores demonstram como os indígenas carregam através dos séculos um conjunto de conhecimentos e técnicas sobre a natureza e o meio ambiente. A dominação colonial impôs a exploração dos povos originários, mas também o ideal de branquitude e as referências culturais europeias como universais. Os autores concluem que a inserção dos sujeitos indígenas na academia, bem como a legitimação do conhecimento indígena promove um desafio novo: o confronto do saber ancestral com os interesses do capitalismo e do mercado.

Fátima Valéria Ferreira de Souza, Isabele Filpo da Silva, Larissa de Siqueira Saldanha, Natã Sousa Coutinho, Verônica Cristina de Barros Ferreira se propõem a compreender a relevância da extensão universitária na formação de estudantes de graduação e de pós-graduação. Consideram que os alunos aproximam os conhecimentos trabalhados em aula com a prática, tendo a oportunidade de articular seus saberes com a vivência nos territórios. Destacam, em particular, que durante a pandemia, os projetos de extensão proporcionaram um ambiente que, mesmo que de forma remota, propiciou o encontro e a troca de

experiências. As autoras concluem que a extensão universitária é fundamental para a formação acadêmica, mas também para o desenvolvimento de políticas públicas.

Este livro pretende socializar resultados de pesquisas sociais mostrando a riqueza do que tem sido produzido por diversos pesquisadores que atuam na investigação das complexas relações entre Estado e Sociedade, mas também das dimensões sociais e culturais da relação de cada sujeito com sua identidade, com o seu corpo, o que inclui a distinção entre saúde e doença. Num tempo em que as ciências humanas e sociais têm sido relegadas a segundo plano, esperamos que este livro mostre a importância das pesquisas nesta área, inclusive como subsídio para o campo das políticas públicas.

Erialdo Nicácio e Kátia Sento Sé Mello
Os organizadores

RESISTÊNCIAS COLETIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 – UM ESTUDO DE CASOS JUNTO A UM SINDICATO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Alzira M. B. Guarany e Cibele da Silva Henriques

Introdução

O presente capítulo é parte de uma reflexão realizada a partir de uma pesquisa que objetivou identificar se houve e quais foram as formas e estratégias de resistência coletivas desenvolvidas pelos sindicatos, a partir das limitações e possibilidades postas pelo contexto pandêmico quando foram impedidos de utilizar suas estratégias clássicas presenciais de resistência coletiva pela adoção de medidas sanitárias.

Trata-se de uma pesquisa social de natureza qualitativa com ex-dirigentes de um sindicato de profissionais da educação superior pública que enfrentaram e tomaram decisões para manter o sindicato ativo e combativo nos piores meses da pandemia, entre os meses de março de 2020 e março de 2022, realizada a partir de um estudo de casos, que nos permite proceder inferências generalizantes a partir de um estudo particularizante (YIN, 2001).

Realizamos análise documental em fontes primárias e secundárias publicizadas na rede mundial de computadores, na qual lemos os jornais online disponibilizados, os boletins, assistimos as lives, os vídeos e verificamos todas as publicações contidas na página do sindicato e em suas redes sociais. Entrevistamos 6 dos seus dirigentes à época, indicados conforme a técnica da Bola de Neve (VINUTO, 2014). As entrevistas seguiram um roteiro com perguntas abertas, organizado em 3 eixos: 1) Perfil social; 2) Perfil de militância no sindicato e por fim 3) Questões sobre a adoção de estratégias e formas de resistência pelo sindicato no período pandêmico. O material está sendo analisado a partir da análise temática (FEITOSA, 2011; MINAYO, 2014).

Partindo da aceção ampliada do conceito de saúde (ANAIS 8ª CONFERÊNCIA, 1987), na qual estão inclusos, entre outros pontos a alimentação, a renda, o transporte, o trabalho e o emprego, entendemos que a saúde do trabalhador e da trabalhadora atravessa as pautas sindicais e por isso resistir é fundamental para a luta, mas também sinal de saúde, pois ela não é um estado de equilíbrio que, se alcançado, pode se tornar permanente, mas um processo de conquista constante, conseguido a custa de lutas incessantes contra a ameaça da doença (CANGUILHEM, 1978).

A pesquisa desenvolvida também foi uma oportunidade de contribuição à realização da dialética do cotidiano pelos dirigentes, quando puderam romper com as características que naturalizam os fenômenos sociais vividos, relatar e nos distanciar do dele para qualificá-lo, superar sua heterogeneidade, romper com seu espontaneísmo, sua superficialidade extensiva e com sua imediatividade (HELLER, 1989), para percebermos o caminho entre o particular e o universal, e realizarmos a crítica a essa realidade. “Eu acho que agora eu falando com você, tá, eu estou repassando. É, acho que a gente não teve a dimensão do que nós fizemos, sabe? E foi muita coisa [...]” (Entrevistada 3).

Em março de 2020, depois de acompanhar um rápido e assustador aumento de pessoas com pneumonia sendo internadas e vindo a óbito, com números fora dos padrões

considerados aceitáveis, a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou a pandemia, assim como ainda fez indicações de diversas ações para evitar o contágio da população, entre elas que se tomassem medidas de isolamento e de distanciamento sociais. Essas prescrições alteraram inúmeras dinâmicas organizativas ao redor do planeta, inclusive as dos sindicatos que se viram impossibilitados de manter e utilizar estratégias e formas clássicas presenciais de se organizar, mobilizar, deliberar e se comunicar com sua base e com os trabalhadores em geral.

Dois anos depois desses primeiros momentos, em março de 2022, o contexto que já era delicado para a organização coletiva dos servidores em particular, ficou ainda mais tensionado a partir da determinação de que se desse o retorno imediato e integral ao trabalho presencial nas universidades federais. A agenda de lutas dos servidores da educação pública superior que já contava com enfrentamentos extra institucionais, como o combate à precarização da carreira e a mobilização por melhores salários, teve que incorporar pautas postas a partir da pandemia do covid-9, como exigência por equipamentos de proteção individual e coletiva, obras de readequação dos espaços de trabalho, além de ter que serem mais firme em cobranças para dar conta do quadro desolador da saúde mental e física dos trabalhadores em contendas intrainstitucionais.

O movimento organizado dos trabalhadores já enfrentava um cenário bastante desafiador, por questões internas e externas e ele, desde a assunção formal do neoliberalismo no Brasil (SANTANA e RAMALHO, 2003; GUARANY, 2016). Entretanto a pandemia do novo coronavírus exponenciou essas dificuldades. Nesse sentido, os aprendizados, as estratégias e ferramentas utilizadas por eles nesse momento tão delicado podem contribuir em duas direções para esse ator social: 1) sistematizar e fornecer os dados relativos às formas e estratégias de resistência coletiva utilizadas, de maneira a contribuir com o fortalecimento da luta dos trabalhadores, mais especificamente dos servidores públicos e 2) identificar e publicizar as formas de resistência coletiva a partir da reflexão crítica do vivido junto com os ex-dirigentes, de forma a romper com a espontaneidade própria do cotidiano (Heller, 1989:29) e desnaturalizar os processos sociais e as dificuldades impostas, especialmente para a resistência dos trabalhadores.

Trabalho, sindicatos e pandemia

O trabalho é ontológico e estruturante da dimensão humano-genérica (MARX, 2004), todavia a forma como ele se desenvolve nas sociedades capitalistas, especialmente nas periféricas e dependentes como no Brasil em tempos de ultraneoliberalismo, faz com que ele materialize e aprofunde ainda mais a violência em suas dimensões estruturais e conjunturais.

Os sindicatos surgem como sujeitos coletivos, em um momento histórico de superação da concorrência natural entre os homens (MARX e ENGELS, 2007), capazes de enfrentar e colocar limites aos ataques do capitalismo à vida e à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. Desde que se assumiu como classe para si, sua resistência coletiva e organizada se confrontou com a violência dos e nos espaços laborais e outras a que a ela se associam. É nessa arena a luta dos trabalhadores se encontra com o campo da saúde do trabalhador, pois sua saúde é a “[...] expressão, igualmente concreta, desta exploração” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p..23).

Desde a assunção forma do neoliberalismo no Brasil, que os sindicatos de uma maneira geral, enfrentam uma crise causada pela complexificação da classe que vive do trabalho em função das mudanças estruturais na esfera do trabalho, especialmente a partir do final dos anos 80, piorada com a Reforma Trabalhista de 2017 que interrompeu seu financiamento compulsório¹.

[...] o sindicalismo está abatido por diversos elementos externos e internos à sua estrutura, dentre eles a própria crise do trabalho, sua nova morfologia, a forma de organizar a produção, as dificuldades internas às organizações sindicais, bem como o ideário neoliberal investindo contra ele e contra qualquer forma de proteção ao trabalhador.” (GUARANY, 2016, p. 222)

Desde o final do primeiro trimestre de 2020 um panorama que beirava a distopia se abateu sobre o mundo, com efeitos muito mais nefastos em países de capitalismo periférico e dependente, como o Brasil. Especialmente sob a tutela de um governo de cariz conservador que estava na Presidência à época, que atacava os direitos humanos, negava a ciência e avançava sobre as conquistas dos trabalhadores e dos servidores públicos federais. Mesmo tendo que enfrentar o negacionismo deste (des)Governo, as autoridades sanitárias nacionais, aliadas aos movimentos sociais organizados, instituições públicas de ensino, políticos e parte da sociedade civil, conseguiram emitir por meses, indicações para que todos os cidadãos permanecessem em isolamento social, com exceção daqueles considerados essenciais², como os da saúde, por exemplo. As ruas ficaram desertas e as rotinas de trabalho e estudos foram afetadas, com reflexos na saúde e vida de milhões de pessoas, especialmente em um contexto de capitalismo ultraneoliberal, onde o desemprego estrutural promove a precarização das relações e condições de trabalho e de vida da maioria da população.



FOTO 1

(Fonte: G1 Rio, RJ, 2020)



FOTO 2

(Fonte: Brasil de Fato, RJ, 2020)

Os ataques aos trabalhadores em geral e aos servidores públicos em particular que já ocorriam desde a assunção formal do neoliberalismo no país, se intensificaram ainda mais, tornando imprescindível a atuação e o posicionamento dos sindicatos nesse momento. Mas como estabelecer e manter a resistência coletiva contra o capital e o Governo Federal diante das recomendações de isolamento social que dificultava e/ou impedia o uso das formas clássicas presenciais adotadas até então para protestos, mobilização, reunião e organização?

¹ Sabemos que a contribuição compulsória não é consenso dentro do próprio movimento sindical (ALVES, 2000).

² Com o passar do tempo essa categoria foi se ampliando a partir da necessidade que a sociedade foi apresentando, mas em um primeiro momento, nem os profissionais do transporte foram autorizados a deixar suas casas. As ruas ficaram vazias no mundo todo.

É precisamente na segunda década do século XXI, ao lado das grandes transformações do mundo do trabalho, que emerge a pandemia de Covid-19, o que contribuiu para o aprofundamento de outra grande crise do capitalismo contemporâneo, ampliou as desigualdades sociais, aprofundou os ataques contra os direitos conquistados, aumentou o desemprego e a precarização do trabalho. Ademais, exacerbou-se a utilização de tecnologias da comunicação para consecução das atividades laborais a partir do home office ou trabalho remoto. Por certo, a área de educação e o movimento organizado dos trabalhadores desta área não ficaram incólumes a esse cenário. Desde a declaração da pandemia, em março de 2020, várias instituições de ensino tiveram que se adaptar à necessidade de distanciamento social por meios telemáticos, assim como também os sindicatos ligados aos seus servidores, sob pena de colocarem em risco a mobilização de suas bases.

Mudanças tecnológicas na vida e no trabalho, especialmente na esfera da educação, não surgiram durante a pandemia, mas desde então foram sendo mais fortemente empregadas e imputadas a partir do cenário pandêmico, a ponto de constituírem-se em uma forte expressão das transformações estruturais do mundo do trabalho, assim como forjaram novos desafios para os sindicatos. Nesse sentido, tornou-se importante investigar se houve e quais são as formas de resistências coletivas utilizadas por eles, como forma de desnaturalizar o vivido e apreendê-lo em toda sua complexidade para nos apropriarmos criticamente daquelas experiências (HELLER, 1989).

As crises do capitalismo têm se colocado mais amiúde e em conformações estruturais, assim como as estratégias que são forjadas para seu enfrentamento e para sua continuidade tem se tornado mais sutis e sofisticadas, alcançando a subjetividade dos trabalhadores e a sociedade (ALVES, 2000), dentre elas os ataques à última trincheira de resistência coletiva e organizada dos trabalhadores, os sindicatos, ator social fundamental para as conquistas no campo da saúde e da vida dos trabalhadores. A título de ilustração, em 2017 foi aprovada mais um Reforma Trabalhista no Brasil, dessa vez, além de formalizar a precarização das relações de trabalho, investiu contra o financiamento dos sindicatos colocando o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical por parte de trabalhadores e empregadores³.

Fortalecer os sindicatos é uma forma de contribuir com a luta pela vida e pela saúde dos trabalhadores, pois são o freio por excelência da expropriação e exploração da força de trabalho (LAURELL e NORIEGA, 1989), assim como levantam bandeiras outras de caráter sanitário, fundamentais para a sociedade como um todo. Nesse sentido, as pesquisas que o Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade – LEPPTraS têm desenvolvido se direcionam para buscar identificar quais os efeitos do trabalho sobre a saúde e a vida de homens e mulheres, bem como quais são as formas utilizadas pelos trabalhadores para resistir aos ataques e violências que sofre na esfera laboral.

A investigação da qual extraímos alguns achados para escrever o presente artigo, se debruçou sobre um sindicato de profissionais da educação superior pública para identificar se foram desenvolvidas e quais foram as formas e estratégias coletivas de organização e luta utilizadas para manter a resistência coletiva dos trabalhadores contra os ataques que historicamente sofre, mas que foram mais intensas no período pandêmico e pós pandêmico.

³ Mesmo que a contribuição compulsória não fosse um consenso entre os próprios sindicalistas, sua extinção não passou pelo debate e decisão das bases. Foi uma medida imposta pelos governos conservadores que marcaram o país desde o Golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff.

A educação é, necessariamente, um dos vértices do desenvolvimento de um país, e o movimento organizado desses trabalhadores, especialmente os da esfera pública, tem, entre outros pontos de pauta, a luta por uma educação de qualidade, que se soma àquela pela saúde da força de trabalho que sustenta esse espaço. Negligenciar os aspectos relacionados ao movimento organizado desses trabalhadores, é também contribuir para a deterioração da educação, é desmontar a perspectiva de construção de um futuro diferente, é acreditar no fim da história.

Formas e ferramentas de resistência coletiva utilizadas durante a pandemia do covid-19 – resistir é existir

Buscando identificar, sistematizar e analisar se houve e quais foram as formas de resistência coletiva dos trabalhadores da educação superior pública, como forma de contribuir com os sindicatos nos enfrentamentos dos desafios impostos pelo neoliberalismo e agravados a partir da pandemia, buscamos nos debruçar sobre um sindicato de profissionais da educação superior pública, ligado a uma das maiores universidades do país.

Para tanto pesquisamos na página do sindicato na rede mundial de computadores todo material, vídeos e documentos divulgados entre janeiro de 2020 e março de 2022. Realizamos ainda entrevistas com seis ex-dirigentes, que foram sendo indicados a partir da técnica da Bola de Neve (VINUTO, 2014). Os critérios de escolha e exclusão dos participantes foi o fato deles terem sido representantes/dirigentes do sindicato durante o mandato de 2018 a 2022, estando à frente e/ou participando do processo decisório durante as medidas de isolamento e distanciamento social. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, seguiram um roteiro de perguntas abertas e foram precedidas pela leitura e entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Tratou-se de uma pesquisa social de natureza qualitativa e de caráter participativo (MINAYO, 2014) que usou como base teórico-metodológica o referencial materialista histórico-dialético marxista e marxiano, o qual apreende os fenômenos sociais como complexos e compondo uma totalidade social e histórica, não existindo senão na medida em que se vincula ao universal.

Para desvelarmos as particularidades históricas do objeto, qual seja as formas, ferramentas e estratégias coletivas de resistência, realizamos a dialética do cotidiano, pois nos debruçaremos sobre o vivido, todavia é nesse espaço que reside a mediação primária entre o particular e o universal, mas também possui o potencial de limitar e até obstaculizar a percepção do real e da essência daquilo que é experienciado pelos homens. O cotidiano, a partir de suas características de heterogeneidade, espontaneidade, superficialidade extensiva e imediaticidade, (HELLER, 1989), tende a nos impelir à naturalização dos fenômenos sociais e a impedir que façamos a crítica da realidade.

Adotamos o estudo de caso como estratégia, pois entendemos que mesmo sendo utilizado para aprofundar o conhecimento sobre uma determinada realidade particular, as evidências que o estudo produziu, pode nos possibilitar sua extensão a outros casos. O “[...] objetivo é fazer uma análise generalizante e não particularizante [...]” (LIPSET, TROW & COLEMAN, 1956, p. 419-420, in YIN (2001), p. 27).

Os achados parciais demonstram que o sindicato passou por um breve período de choque inicial diante do isolamento imposto: “Primeiro que a gente não tinha, nem ninguém

tinha a proporção do de quanto tempo de como seria? [...] E aí começou um processo de como a gente e se organizava?” (Entrevistado 2); mas rapidamente tiveram que vencer esse impacto, pois os ataques que sofriam do Governo Federal se intensificaram, pondo em risco as necessidades materiais básicas dos servidores. “Foi um susto para nós, né? [...] de 1 hora para outra, literalmente de 1 dia para o outro. Nós tivemos que construir políticas que nos fizesse continuar funcionando. [...] entrar na defesa dos sindicalizados, dos funcionários e na defesa e na proteção dos trabalhadores do sindicato.” (Entrevistada 3).

Diversas reuniões remotas entre os dirigentes e com atores institucionais foram realizadas, pois era uma instituição de pesquisa, ensino e extensão, ou seja, produzia conhecimento e ciência. Buscaram interlocução para pautar as ações que viessem a executar e assim como buscaram participar levando proposições “[...] começamos a construir alternativas e com muito diálogo com a instituição, a gente buscou muito diálogo com a instituição [...]” pois manter-se ativo e atuante “Exigia uma responsabilidade imensa. Nós tínhamos que conversar com todo mundo e acho que a parceria com a universidade foi muito importante [...]” (Entrevistada 3).

As ideias foram surgindo, entre elas a proposição de protestos usando as redes sociais pelo mês do trabalhador já que todos estavam presos em suas casas, com exceção dos considerados essenciais.



FOTO 3: SINTUFRJ. Chamada mobilização nas redes sociais. 2020
(Fonte: SINTUFRJ, 2020)

O grupo de dirigentes que estavam à frente do sindicato já fazia uso de tecnologias de informação antes da decretação da pandemia. Usavam-na pontualmente para comunicação entre eles através das mensagens eletrônicas ou uso de aplicativo de mensagens instantâneas. Para a comunicação com sua base e o público em geral, o sindicato possuía uma página na rede mundial de computadores, onde divulgava semanalmente seu informativo, mas sua principal forma de comunicação era o jornal impresso, distribuído em todos os campi semanalmente.

Na mobilização, debates coletivos, atendimentos e manifestações coletivas utilizavam formas as clássicas e presenciais, assim como nas reuniões e nas assembleias que também ocorriam de forma presencial, ou ainda nas passeatas, panfletagens, todas contando com a presença física das pessoas.

A partir pandemia do covid-19, criaram um grupo de trabalho para pensar alternativas, ferramentas e estratégias para resistir e manifestar-se, mas não só, também para falar com sua base e com os servidores e trabalhadores em geral, apoiá-los nesse momento que se mostrava tão desafiador para todos e todas e no qual sabiam que muitos estariam vulneráveis.

Entre as estratégias e ferramentas utilizadas houve uma chamada geral para que em um determinado dia e horário, todos os trabalhadores e servidores desligassem seus computadores em protesto aos ataques contra os direitos adquiridos; lançaram mão de projeção em prédios públicos com mensagens contra a forma como Governos Federal, de postura anti-ciência e estritamente econômica conduzia o país na pandemia, assim como colocaram painéis de LED em caminhões rodando pela cidade. Promoveu uma carreata, que manteve a distância entre pessoas que não coabitavam, mas foram às ruas mostrar-se e posicionarem-se politicamente. Usaram as redes sociais para denunciar as mortes de servidores pela covid-19 e ao mesmo tempo fazer uma homenagem a eles:



FOTO 4: SINTUFRJ. Homenagem aos servidores mortos na Pandemia. 2020
(Fonte: SINTURJ)

No tocante ao uso de ferramentas tecnológicas para a comunicação, como plataformas digitais, redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas foram utilizados para manter o atendimento, o acolhimento dos trabalhadores, assim como para a realização das assembleias remotas, nas quais se registrou um quantitativo de adesão e participação muito superior a que ocorriam de forma presencial antes da pandemia, disseram nas entrevistas. “As pessoas iam para a reunião, independente de serem sindicalizados, [...] O grau de participação aumentou muito [...] Algumas unidades que nós nunca tínhamos entrado [...]”. (Entrevistada 3)

Os dirigentes mostraram que foram capazes de, coletivamente, buscar e utilizar ferramentas tecnológicas, assim como forjaram estratégias de resistência como representantes do coletivo de trabalhadores. Enfrentaram desafios que tiveram que superar, como a dificuldade que alguns trabalhadores tinham de acesso à internet, o desconhecimento e/ou a resistência de outros no uso das ferramentas tecnológicas.

De acordo com as falas colhidas até o momento, os problemas foram, em sua maioria, superados com adaptações, assessorias e até cursos de inclusão tecnológica que passaram a ser oferecidos. Muitas das ferramentas adotadas acabaram por se incorporar ao cotidiano do sindicato no período pós-pandemia, tanto para as questões políticas, como para os serviços assistenciais que presta, como oferta de cursos à distância para os sindicalizados, por exemplo.

O uso de tecnologias, especialmente das plataformas digitais é um debate cada vez mais acalorado pelo mundo e que requer muita discussão com a participação de todos os setores da sociedade, mas é uma realidade que vem se impondo à sociedade moderna, desde a primeira máquina, ainda no século XIX, da qual não podemos fugir, mas podemos tentar usá-la para a construção e fortalecimento da resistência e da contra-hegemonia. Zuboff (2018) e Constantiou e Kallinikos (apud ZUBOFF, 2018), afirmam que o século XXI é marcado pelo capitalismo de vigilância, onde o papel das tecnologias é de melhorar o fluxo

de informação, mas também podem ser utilizadas para exercer um maior controle sobre as pessoas ou para romper as barreiras físicas do trabalho, extensificando o tempo a ser dedicado a ele e exponenciando o lucro, assim como também podem contribuir para criar confusão entre as divisões institucionais e sociais tradicionais, colocando a todos em risco.

No capitalismo de vigilância, os trabalhadores e usuários das redes tecnológicas são obrigados a alimentar a *Big Data* – esta grande rede de dados estruturados e não estruturados – para gerar informações que vão ser disseminadas, sem a possibilidade de rastreamento ou interceptação por parte das organizações políticas da classe trabalhadora. Essa produção coletiva de info-dados não pertence aos usuários, nem aos trabalhadores, mas às empresas como Google, Facebook, Instagram, Youtube, PayPal, Apple, Amazon, Microsoft, entre outras, que argumentam que a coleta e a análise são realizadas para aprimorar seus serviços, contudo a falta de publicidade e transparência, demonstram o contrário – a crescente venda dessas informações para terceiros sem monitoramento das agências governamentais (SHOSHANA, 2019).

Os empregadores também se apropriam dessas informações por meio da Inteligência Artificial (IA). Na medida em que os usuários dessas plataformas preenchem cadastros, fazem compras, compartilham interesses, acessam conteúdos e compõem determinados grupos nas redes sociais, os algoritmos capturam os perfis, os interesses, a condição monetária para repassar essas informações para os anunciantes, que pagam por isso. Esse processo ocorre a partir da captura de energia dispendida pela classe trabalhadora que acessa as plataformas e fornece seus dados às redes, que são monetizadas a partir do lucro para os anunciantes, os quais não compartilham as receitas com os usuários que alimentaram os aplicativos. Apenas os criadores de conteúdo digital recebem proventos, ou seja, nesse decurso, seu trabalho também se transforma em trabalho não pago.

A rápida circulação de conteúdos digitais monetizados, em sociedades com pouca tradição democrática, produziu um solo fértil para a publicação de inverdades fundadas em juízos de valor que incita o cometimento de violências diversas, como por exemplo, o racismo, a misoginia, a lgbtqiap+fobia e o assédio moral, ao mesmo tempo que cria nichos de consumo para anunciantes que não dialogam com as reais necessidades dos trabalhadores.

Durante a pandemia da Covid-19, a proliferação de notícias falsas, também chamadas de *fake news*, sobre o contágio, o tratamento e o uso de vacinas concorreu como fator contribuinte com a letalidade e capacidade de contágio do vírus, o uso de remédios inapropriados e “soluções caseiras” foram difundidas como uma possível solução, ao passo que eram anunciados a venda de elixires milagrosos, que iam desde vitaminas, chás, pomadas, remédios para verminose, escabiose e tratamento de lúpus que não tinham indicação da OMS, que inclusive emitiu uma declaração de combate à propagação infodêmica, em 27 de julho de 2020. Werneck et al (2021), indica que podia-se reduzir de 15% a 38% a taxa de contaminação diária, o que poderia ter evitado mais mortes.

A produção e reprodução em massa de notícias imprecisas e sem validade científica, inclusive por políticos do Poder Legislativo brasileiros, que escolheram o caminho do negacionismo, ocasionou campanhas de resistência ao processo de vacinação, a polarização da classe trabalhadora em apoiadores e não apoiadores, que somada ao descaso das autoridades governamentais em todos os seus níveis, municipal, estadual e federal, ocasionou a morte prematura de trabalhadores e trabalhadoras em geral, e de negras e negros, em

particular, como aponta o artigo intitulado “Óbitos de médicos e da equipe de enfermagem por covid-19 no Brasil: uma abordagem sociológica” (MACHADO et al., 2023).

Matos (2021) aponta que o setor de saúde foi o mais atingido pela pandemia, uma vez que os trabalhadores do SUS, considerados essenciais, assumiram as trincheiras de combate ao vírus e ainda tiveram que enfrentar a desinformação gerada pelas mídias sociais que levou ao contágio em massa, à inação dos governantes e à letargia na aquisição dos imunizantes, tudo isto com um número insuficiente de recursos humanos frente ao volume de atendimentos, à precarização e escassez de materiais, com a intensificação da jornada de trabalho e contratações mediatizadas por regimes de trabalho precários, o que favoreceu ainda mais as práticas de assédio moral e outras violências laborais.

Ao mesmo tempo, outros autores, como Parra (2018) e Sancho (2018) nos mostram que as tecnologias de informação podem ser usadas para vocalizar aqueles que foram silenciados, dando-lhes voz para que se conectem com outros, até em escala global e possam influenciar pessoas; fazem com que informações cheguem àqueles que estão longe geograficamente; podem difundir informações e dados que não estejam nos canais e bancos de dados oficiais, ou ainda permitem que aprendam algo novo que só poderiam saber se integrassem as instituições formais de ensino, por exemplo, democratizando o acesso ao conhecimento e às informações, demonstrando na prática o permanente processo do movimento dialético do real, no qual a tese, vira antítese que se transforma em síntese e depois em tese, novamente e assim ao infinito.

Rouvroy e Berns (2018) mostram o papel das tecnologias na publicização e amplificação de movimentos contestatórios e de denúncia que emergiram nos últimos anos, como o da morte de George Floyd em 2020, “, nos EUA, gravado com um celular e divulgado nas redes sociais em escala global que se tornou o movimento mundial chamado de “Black lives in matter”. No Brasil, em 2022 o caso de Genivaldo de Jesus Santos, que foi gravado, também com o uso de um celular, sendo jogado e asfixiado por agentes da Polícia Rodoviária Federal – PRF. Essa gravação se tornou uma peça acusatória da conduta arbitrária e violenta daqueles e iniciou um movimento nacional de protesto contra a forma violenta com que as forças de segurança pública estavam atuando junto aos mais pobres e vulneráveis no Brasil.

Ao mesmo tempo, esses mesmos autores (ROUVROY e BERNS, 2018) nos alertam que é preciso estar atento, pois o uso de tecnologias sem critérios, pode aprofundar questões estruturais como o racismo que pode estar implicado no uso de tecnologias para reconhecimento facial e identificação de criminosos, por exemplo. Como também nos alerta SILVA (2019), ao advertir que os algoritmos podem ser utilizados para a reprodução de estereótipos racistas e discriminatórios, por meio da predileção de perfis raciais que alimentam a nuvem de dados do sistema computacional, operacionalizados nas repartições públicas e empresas privadas de segurança.

Desse modo, é importante que as organizações políticas da classe trabalhadora, como os sindicatos, as frentes antirracistas e os movimentos sociais de cunho crítico e emancipatório fiquem vigilantes quanto ao uso, a importância e as limitações das tecnologias da informação e da comunicação, assim como da Inteligência Artificial na vida e no mundo do trabalho, pois podem contribuir para perpetuar e aprofundar as desigualdades e vulnerabilidades sociais, como o racismo algoritmo (SILVA, 2019) na sociedade brasileira.

Conclusão

A saúde do trabalhador, a despeito de ainda ser um campo em disputa e ainda em aberto, desde o início do século XX, com a fundação da OIT, reconhece a relação entre trabalho e saúde. Já os sindicatos, desde o reconhecimento de classe para si, são considerados como um protagonista na correlação de forças e no cenário de luta e disputa do capital com o trabalho. O Brasil, a despeito de ter desenvolvido um capitalismo tardio, periférico e dependente, em função da luta da classe trabalhadora, teve um movimento importante de atuação dos sindicatos em diversos momentos históricos de conquistas de direitos políticos, sociais e trabalhistas, como no período de democratização e redemocratização, na Assembleia Constituinte, entre outros.

Tanto os sindicatos, quanto o campo da saúde do trabalhador, convergem pela defesa dos direitos da classe trabalhadora, ou da que vive do trabalho (ANTUNES, 2009) a ter um trabalho digno e decente, mesmo que inserido no modo de produção capitalista (LAURELL e NORIEGA, 1989).

Iamamoto (1982) e Netto (1996) afirmam que a “questão social” é inerente ao modo de produção capitalista e que o serviço social, enquanto especialização da divisão sociotécnica do trabalho, a despeito de ter emergido com a responsabilidade de auxiliar no controle da ordem, na construção do consenso e na criação de novos e diferentes mecanismos de domínio, além de refuncionalizar os já existentes, desde o processo de erosão do serviço social tradicional e da emersão do movimento de intenção de ruptura, têm, hegemonicamente, buscado aliar-se à classe trabalhadora. Fortalecer os trabalhadores na luta de classes que se expressa no cotidiano da vida social, acaba por forjar ambas as áreas, saúde do trabalhador e movimentos sociais organizados como espaços sócio-ocupacionais do serviço social, nos quais podemos materializar o Projeto ético político profissional, que defende, entre outras bandeiras, a ampliação e a consolidação da cidadania das classes trabalhadoras (NETTO, 1999), assim como o robustecimento do seu movimento coletivo organizado. É nesta esfera que se inscreve o presente artigo, que publiciza parte de um estudo que buscou identificar e difundir as estratégias e ferramentas utilizadas por um sindicato em um dos momentos mais desafiadores de suas histórias e da história mundial.

Ademais, a investigação pode ainda forjar mais conhecimentos acerca das resistências coletivas que possam ser agregados à formação de novos assistentes sociais, os quais devem desenvolver um perfil capaz para apreender criticamente os processos sociais, se inserirem de forma criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (BRAVO e MATOS, 2006). Nesse sentido agregar o estudo e o próprio uso de tecnologias, sob um prisma crítico, seja no processo de aprendizado ou no trabalho profissional, para buscar informações, facilitar mobilizações, favorecer conexões, e ainda ser para fins políticos de resistência e construção da contra-hegemonia, como mostram Sancho (2018) e Parra (2018), pode ser uma das saídas do projeto emancipatório. As ferramentas tecnológicas podem estar despontando no cenário de oposição ao capitalismo como elemento alternativo e promissor, mesmo seu uso não estando ainda consolidado e modelado para tal.

Referências

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde; 17-21 Mar. 1986; Brasília, DF: *Centro de Documentação do Ministério da Saúde*, 1987.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro de. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: &Letras, 2006.
- BRUNO, Fernanda et al. *Tecnopolíticas da Vigilância*. São Paulo. Ed. Boitempo, 2018.
- CANGUILLEM, George. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1978.
- GUARANY, Alzira M. B. *Trabalhadores resistindo ao sofrimento no trabalho. O que está implicado nesta resistência? Estudo de casos de equipes de servidores de bibliotecas em uma universidade pública*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. ESS/UFRJ, 2007.
- GUARANY, Alzira M. B. Nova morfologia do trabalho, crise do sindicalismo e emancipação humana na contemporaneidade. Brasília: *Revista SER Social*, v. 18, n. 38, p. 220-241, jan-jun./2016.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- IAMAMOTO, Marilda V. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- LAURELL, A. C. E NORIEGA, M. *Processo de produção e saúde trabalho: e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MACHADO, Maria Helena et al. Óbitos de médicos e da equipe de enfermagem por COVID-19 no Brasil: uma abordagem sociológica. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*. v. 28, n. 2. pp. 405-419.
- MATOS, M. O neofascismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da COVID-19. *Revista Unitins*, 2021
- MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Ed. Hucitec Editora, 2014.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço social I: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, José Paulo. *A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

PARRA, Henrique Z. M. Experiências com tecnoativistas: resistência na política do individual? In: *Tecnopolíticas da Vigilância*. BRUNO, Fernanda et al. São Paulo. Ed. Boitempo, 2018.

ROUVROY, Antoinette e BERNS, Thomas. Governamentabilidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? In: SANCHO, Guimar R. Multidões conectadas e movimentos sociais: dos zapatistas e do hackativismo à tomada das ruas e redes. In BRUNO, Fernanda et al. *Tecnopolíticas da Vigilância*. São Paulo. Ed. Boitempo, 2018.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. *Além da fábrica*. São Paulo: Boitempo, 2003.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001.

SHOSHANA Zuboff. *Capitalismo de Vigilância*. Direção: Roland Duong. Produção: Marie Schutgens. Roteiro: Tom Reijner, Halil Ibrahim Özpamuk. [S. l.]: VPRO Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hIXhnWUmMvw> . Documentary, 2019. Acesso em: 20 abr. 2023.

SILVA, Tarcízio. *Linha do Tempo do Racismo Algorítmico*. Blog do Tarcízio Silva, 2019. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/racismo-algoritmico--nao-e- apenas-sobre-engajamento-nas-redes-sociais/> . Acesso em: 31 abr. 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 22, 2014.

WERNECK, Guilherme Loureiro et al. *Mortes evitáveis por covid-19 no Brasil*. RJ: Junho, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://idec.org.br/sites/default/files/mortes_evitaveis_por_covid-19_no_brasil_para_internet_1.pdf. Acesso em 15 abr. 2023.

EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA ARMADA NO CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ

Miriam Krenzinger

Pressupostos norteadores e o contexto do estudo

Destacarei, neste capítulo, especificamente, reflexões que derivam da experiência acumulada em projetos de pesquisas e extensão, os quais venho realizando nos últimos 10 anos, no conjunto de favelas da Maré. O recorte temporal fará sentido na sequência da exposição.

Com base nesse percurso, e sempre aprendendo com o trabalho coletivo, venho aprofundando o estudo sobre a violência armada, que atravessa, de forma transversal, diferentes dimensões da realidade. Em todas as pesquisas e atividades de extensão, buscamos, como pressuposto ético-político do trabalho de campo, construir um olhar complexo e participativo sobre cinco aspectos norteadores:

a) as percepções sociais dos moradores, especialmente das mulheres, a respeito das violências de gênero, associadas ao racismo estrutural/institucional e aos territórios, conflagrados por grupos armados neles atuantes;

b) as estratégias de cuidado, autocuidado e resistência, que alcançam níveis significativos de efetividade, na prevenção das violências (letal, intrafamiliar e comunitária);

c) o modo como os grupos armados, as forças policiais, os movimentos sociais e os atores do sistema de justiça e proteção social interferem nesse contexto e modulam esse campo problemático;

d) as circunstâncias subjacentes ao modo como a violência armada produz barreiras ao acesso à justiça e a serviços básicos de proteção social, saúde – inclusive, saúde mental – e educação, impondo uma série de agravos específicos às vulnerabilidades. Barreiras que se manifestam, por exemplo, inviabilizando tanto o comparecimento a atendimentos e consultas, quanto às visitas domiciliares;

e) as estratégias inventadas pelos próprios moradores, como as iniciativas locais de promoção de espaços de diálogo, de educação popular e de participação junto a equipamentos públicos e dispositivos institucionais, como a UFRJ.

Devido à limitação do tempo, é preciso situar apenas de forma sintética, o contexto da Maré, com o qual me relacionei nesse período, para então apresentar algumas reflexões extraídas da pesquisa *Construindo Pontes*, realizada entre 2019 e 2021, e por fim, circunscrever o debate sobre o fenômeno da Violência Armada e o processo de urbanização militar

Um mosaico chamado Maré

Segundo o IBGE¹, em 2019, havia, no Brasil, 13.151 favelas, que concentravam mais de cinco milhões de domicílios e na capital fluminense, aproximadamente, 450 mil domicílios. No Rio, portanto, estima-se que mais de 1.400.000 habitantes morem em 1.074 favelas².

Essa considerável parcela de 22,8% da população carioca vivencia, em seu cotidiano, iniquidades sociais e ambientais intrínsecas à formação histórica brasileira, e se expõe a processos que reproduzem e reforçam a lógica de um capitalismo periférico, dependente, em cujo âmbito são hipertrofiados o patriarcado e os mecanismos de contenção e segregação da população pobre e negra. O racismo sistêmico, associado ao desenvolvimento urbano desigual, impõe aos moradores e às moradoras dos territórios favelados da capital do estado do Rio condições precárias de habitação (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014), assim como interdita o acesso aos espaços produtivos e criativos da cidade – o que não significa que as próprias comunidades não produzam e criem, com recursos e talentos próprios, até mesmo como forma de resistência –, quando, por exemplo, torna excessivo e, portanto, exaustivo o gasto de tempo no transporte público, devido à superlotação, derivada da insuficiência de meios disponíveis, e à precariedade dos serviços. (TELLES, 2015) Outros efeitos nefastos dos fatores estruturais referidos são as dificuldades de acesso aos equipamentos públicos de educação, saúde, assistência social e cultura. Acrescento, ainda, no inventário dos problemas mais graves enfrentados pelos moradores de comunidades, a violência das polícias e de grupos armados, de tipos variados. Desse universo tratarei, em detalhes, adiante.

É neste cenário em que se insere a Maré, uma área de quase 420 hectares, na zona norte da capital, que abrange 16 comunidades, configurando-se como o maior conglomerado de favelas do Rio. Localizada à margem da Baía de Guanabara, o território corresponde a um espaço central da cidade, atravessado por três vias importantes: Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela.

Entre os 161 bairros, reconhecidos oficialmente na cidade, o bairro Maré é o 9º mais populoso, com um contingente de 140 mil moradores, comparáveis, portanto, aos de Copacabana ou da Barra da Tijuca. Hoje, estima-se que sejam 40 mil, os domicílios da Maré, distribuídos em comunidades com fisionomias distintas, características próprias, diferentes contextos de ocupação, costumes e culturas diversas.

A esmagadora maioria da população que ocupou “espontaneamente” a Maré *migrou* do Nordeste brasileiro, especialmente da Paraíba, e assistiu à chegada de contingentes removidos por programas habitacionais que visavam erradicar favelas da Zona Sul e do Centro da capital. As singularidades das favelas que se estabeleceram nessa região trazem até hoje as marcas desse processo de formação, nas relações interpessoais, nas visões de mundo e nas modalidades de ocupação. (SILVA, 2015).

Segundo a literatura relativa à questão das favelas no Rio, até os anos 1970 as políticas públicas ali executadas caracterizavam-se por uma lógica de contenção das classes populares, através de remoções forçadas de seus moradores para conjuntos habitacionais distantes da localidade original, com forte viés higienista e assistencialista (BURGOS, 1998;

¹ <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=2101717>

² <https://www.data.rio/pages/rio-em-sntese-2>

VALLADARES, 2005). Os estudos indicam, ainda, que os últimos anos da ditadura militar (1970-1985) foram marcados pelo início dos confrontos entre quadrilhas de assaltantes, facções do jogo do bicho e os recém-chegados grupos de traficantes, varejistas de drogas, e as forças policiais (MISSE, 1999; ZALUAR, 1999)

Voltando à Maré, quem se aproxima da região, por exemplo, pela Avenida Brasil, entre as passarelas 08 e 09, irá se deparar com barracas improvisadas que cobrem a calçada e disputam o espaço público com transeuntes, vans e ônibus. Nas principais vias de acesso à Nova Holanda, Parque Maré e Parque União, encontra-se um comércio dinâmico de restaurantes, bares, lojas de roupas, utensílios domésticos e celulares. Crianças correm pelas ruelas, com mototáxis cruzando e buzinas de carros. Sons diversos em alto volume disputam a audiência dos transeuntes. Já quem se aproxima pela Linha Vermelha encontrará apenas uma via de acesso público ao território e um extenso muro com painéis de acrílico, erguido em 2011, criticamente batizado como o “Muro da Vergonha”. Segundo a percepção dos moradores, sua finalidade teria sido esconder a área dos turistas que visitariam a cidade durante a realização dos megaeventos Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016).

Nesse período, muitos estudos demonstraram que ocorria na região um processo de inflexão da lógica militarizada, que quase sempre orientou a política de segurança no Rio. Digo quase sempre porque, durante os governos Brizola, houve uma importante tentativa de mudança e, em 1999, a orientação foi alterada, mas a transformação foi politicamente derrotada, com o “exílio” de sua liderança, e não teve sequência (SOARES, 2000).

Entre 5 de abril de 2014 e 30 de junho de 2015, as Forças Armadas ocuparam a Maré, com o objetivo político, como os analistas afirmaram na época, de pacificar a região para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e estabelecer condições para a implantação de uma UPP – o que nunca aconteceu. Durante 15 meses, a região esteve sob controle de militares das Forças Armadas, oriundos de diversas regiões do país. O contingente variava entre dois e três mil soldados em plantões diários, sem formação para lidar com as tramas de um território complexo, e era constantemente renovado, ocupando o território com tanques de guerra, em caráter contínuo e permanente. Nessa intervenção foram gastos R\$ 529 milhões para a manutenção da tropa – R\$ 35,3 milhões por mês, ou seja, R\$ 1,18 milhão por dia (Anuário Brasileiro de Segurança Pública)³.

Neste ponto, abro uma janela na sequência da exposição: em outubro de 2013, alguns meses antes da intervenção e após a instalação das UPPs nas favelas de Manguinhos e Jacarezinho, abrangendo a área onde na época se situava a maior “cena de uso” de crack do Rio de Janeiro, ocorreu considerável migração de usuários daquele local para as margens da Avenida Brasil, na vizinhança do Parque União, uma das comunidades da Maré. Em contraste com as cenas típicas do Rio, a grande visibilidade desse espaço de consumo, instalado numa das principais vias expressas da cidade, chamou a atenção da imprensa e dos moradores, que passaram a clamar às autoridades por “soluções” para o problema, sobretudo considerando-se a excepcionalidade daquele momento, um período pré-copa do mundo. Como sublinha Taniele Rui (2015): “considerável número de indivíduos, que com seus corpos, movimentações e ocupações inusitadas se tornam visíveis para a cidade, incita à produção de distintos aparatos de gestão, tratamento e atenção”. Mas foi a tentativa de afastamento da visibilidade pública que surgiu, naquele momento, um dos principais motores

³ <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/>

das estratégias voltadas às cenas abertas de usuários de crack que se pode observar. (SILVA, 2017)

Agentes institucionais, ouvidos pela Pesquisa de que participei como supervisora (SILVA, 2017) estimavam em cerca de 500 pessoas, entre moradoras e frequentadoras da cena Avenida Brasil/Parque União, entre 2013/2014. As sucessivas intervenções de agentes de segurança pública e a ampla divulgação dessa “cracolândia” despertaram preocupações também em grupos criminosos armados, que, temendo riscos para o controle dos espaços sob sua influência e possíveis prejuízos para o comércio de drogas, “proibiram”, num primeiro momento, a venda e o consumo de crack na favela Parque União. Entretanto, a partir da negociação entre esses grupos e a Associação de Moradores local, a cena de consumo foi transferida para um espaço delimitado, dentro do Parque Maré. Não exatamente “dentro”, pois o local da instalação era uma esquina próxima da Avenida Brasil, em área comercial, no limite da residencial. De qualquer modo, um “dentro” instável, na fronteira entre territórios controlados por dois grupos criminosos rivais. O arranjo encontrado para a permanência da “cena” na rua Flávia Farnese ocorreu com a responsabilização da Associação de Moradores do Parque Maré pelo controle e pela assistência, promovida pela rede de serviços públicos e grupos voluntários, aos usuários de crack ali instalados.

Com a entrada das Forças Armadas na Maré, em abril de 2014, reduziram-se consideravelmente os confrontos entre os grupos criminosos armados, o que contribuiu, paradoxalmente, para a fixação da cena de consumo e para sua organização interna. Ao contrário do que vinha ocorrendo nas áreas de instalação de UPPs, a ocupação militar da Maré, entre abril de 2014 e maio de 2015, não implicou a remoção da cena de consumo de crack, como de início os usuários temiam. Seja pelo diálogo, das associações de moradores locais, da Universidade (aqui nossa equipe se fazia representada) e da Redes da Maré, com o comando das tropas de ocupação, seja pelo fato de essa ocupação não ter como objetivo imediato o combate à venda e ao consumo de drogas – e sim o controle armado de algumas das favelas da Maré para posterior instalação de UPPs. Por isso, especialmente, tornou-se possível a permanência dos usuários de crack e sua fixação na rua Flávia Farnese.

Entre fevereiro e setembro de 2015, a Redes da Maré, em parceria com People's Palace Projects Brasil, realizou outra pesquisa, denominada “Percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré”, entrevistando 1.000 moradores, com idades entre 18 e 69 anos, e distribuídos por todas as comunidades da região, que vivenciaram a ocupação, especialmente do Exército. Segundo os coordenadores do estudo, Eliana Sousa Silva e Paul Heritage, o maior legado dessa experiência foi a criação de um literal *front* de guerra na região e, por fim, mas não menos importante, a falta de resultados positivos sobre o controle do uso das armas no território. Pelo contrário, os grupos armados locais passaram, depois da intervenção militar, a utilizar armamentos ainda mais pesados, se tornaram mais rigorosos no controle do direito de ir e vir, e empregaram mais adolescentes e crianças do que antes daquela experiência (SILVA, 2017).

Durante minhas caminhadas pelas ruas do território, após a saída do Exército, em 2015, para reuniões com moradores da “cena de uso”, fiquei impactada (do mesmo modo que me impactara a chegada dos tanques de guerras) com as mudanças drásticas de um outro cenário, também avassalador. Após tantos anos de circulação na região, me surpreendi com as novas configurações dos espaços de circulação, que estavam sendo ocupados por um número expressivo de crianças entre 10 e 12 anos, no horário escolar, consumindo drogas

nas bocas e ruelas. Além disso, a presença das armas nas mãos de muitos jovens se tornou mais ostensiva do que nunca.

Aqui faço uma digressão para falar de outra experiência que marcou minha relação profissional e afetiva com o projeto Espaço Normal da Redes da Maré. É sobre Carlos Roberto Nogueira, 32 anos, também conhecido como “Normal”, uma liderança local da cena de consumo e moradia da Rua Flávia Farnese/ Parque Maré. O conhecia desde o início do projeto, em 2015, quando então Normal ajudava a equipe de pesquisa a construir vínculos com a cena e a consolidar sua atuação naquele espaço. Normal era um exemplo concreto das complexidades, desejos e potências que atravessam as trajetórias das pessoas que estão em situação de rua. Em janeiro de 2018, enquanto o Espaço era preparado para ser inaugurado, Normal morreu vítima de bala perdida, devido um confronto entre Grupos Armados. O nome do *Espaço Normal* se deu, então, como homenagem a Carlos e todas as pessoas que, como ele, tiveram e têm suas vidas marcadas pela violência produzida no território⁴.

Vários estudos e análises da época vão indicar que após a prisão dos grandes líderes das facções do tráfico de drogas e o fim dos megaeventos, as Unidades de Polícia Pacificadora começaram a mostrar sinais de que não mais se efetivariam como dispositivo de controle de certas populações (no caso, os moradores de favelas) e de gestão da ordem. Passa-se a observar naquele período, cada vez mais, o crescimento vertiginoso dos chamados “confrontos” nas favelas do Rio, com aumento dos tiroteios, dos homicídios provocados por policiais, das mortes violentas em geral e de outros índices de violência.

Nesse período também, após o golpe contra a Presidente Dilma, é importante destacar uma experiência em que tivemos participação ativa, via projeto de extensão, e que considero um ato de resistência inédito, organizado pelo fórum “Basta de Violência! Outra Maré é possível!”, em maio de 2017: cerca de cinco mil pessoas percorreram as principais ruas das favelas da Maré, até a divisa, chamada “faixa de gaza”. Vale lembrar: somente de janeiro a abril daquele ano, 18 pessoas morreram atingidas por disparos na região. O número superava as 17 mortes que ocorreram ao longo de 2016. Para muitos interlocutores, parte do aumento desses “confrontos” era associada a uma reconfiguração – que precisa ser melhor estudada – da dinâmica dos grupos armados, depois da derrocada das UPPs.

O Governo Temer, em fevereiro de 2018, decretou uma intervenção na área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro, designando o general do Exército Walter Souza Braga Netto, como interventor que passaria a ter comando direto sobre as polícias estaduais, sobre o Corpo de Bombeiros e sobre a Secretaria de Administração Penitenciária até 31 de dezembro desse ano⁵.

Conforme dados do Observatório da Intervenção, de fevereiro a dezembro de 2018, ocorreu um aumento de 33,6% no número de pessoas mortas pelas polícias – foram 1375, em números absolutos –, em relação a 2017. Do conjunto das mortes violentas que ocorreram, 22,7% foram cometidas por policiais e militares. Além disso, de acordo com o Monitor da Violência, o Rio de Janeiro se transformou no estado com a maior taxa de mortes provocadas por policiais: 8,9 a cada 100 mil. “Os paralelos entre a ocupação da Maré de 2014 e a intervenção de 2018 podem ser vários. Os dados ilustram uma história sobre a maneira de fazer política de segurança pública no Rio de Janeiro, através do confronto e da

⁴ <https://www.redesdamare.org.br/br/info/71/espaco-normal>

⁵ <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/a-intervencao/contexto/>

marginalização das camadas mais pobres da população, elegendo a favela como território hostil e inimigo. Embora alguns personagens tenham mudado, a narrativa da “paz militarizada”, não seria novidade para a Maré (OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO MILITAR, 2018).

De acordo com dados do boletim de Olho na Maré – Monitoramento e Enfrentamento às Violências –, entre 2016 e 2022, ocorreram 145 operações policiais e 114 confrontos entre grupos armados. Juntos, esses conflitos causaram 172 mortes de moradores, na maioria homens negros, e interromperam por 94 dias o acesso às unidades de saúde e por 70 dias o acesso às aulas, em determinadas comunidades⁶.

Destaco, aqui, nesse cenário de horror, um outro fato, que considero histórico, inédito e inspiração de resistência, na trajetória das favelas do Brasil: no contexto da pandemia, em 2020 e 2021, foi necessário que moradores de comunidades (não apenas da Maré), coletivos, organizações, partidos políticos e movimentos sociais solicitassem a suspensão das operações policiais para evitar o agravamento da crise social e sanitária nas favelas do Rio de Janeiro. A suspensão se concretizou por decisão liminar expedida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), em junho de 2020, acolhendo a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 635). Um dado merece aprofundamento cuidadoso, mas foge do tempo e do escopo deste artigo: a decisão reduziu significativamente a letalidade na Maré (e não apenas lá), seja por suprimir os efeitos diretos da brutalidade policial, seja por viabilizar o funcionamento ininterrupto dos serviços de saúde. Por isso, o resultado agregado referente a 2020 indicou uma queda do número de operações policiais, de 39 para 16 – mesmo assim, foram suficientes para provocar a suspensão do atendimento nas unidades de saúde por oito dias. O número de mortes caiu de 34 para 05 e o de pessoas feridas, de 45 para 17. Importante ressaltar que as mudanças ocorreram após um primeiro trimestre que vinha seguindo o padrão de 2019. A redução das operações policiais, em 2020, implicou uma queda de 59%, em relação a 2019.

Por outro lado, os confrontos entre grupos armados passaram de cinco, em 2019, para 26, em 2020. No entanto, o aumento dos confrontos não se traduziu em aumento de mortes ocasionadas por essas ocorrências: o número de vítimas fatais caiu de 15, em 2019, para 14, em 2020, segundo o boletim Direito à Segurança Pública na Maré. Entre julho de 2021 e 2022, começa a ocorrer o descumprimento da ADPF e assim registraram-se 30 mortes violentas na Maré, sendo 23 frutos da violência armada. Dessas, 11 foram motivadas por incursões policiais e 13 por conflitos entre grupos armados que dominam os territórios. As vítimas da letalidade violenta foram, mais uma vez, em sua maioria, jovens pardos e negros, que representam, na média dos últimos seis anos, 92% casos (Idem).

A partir desses breves dados, constata-se que as duas “pacificações militarizadas” na Maré deixaram como legado: a disseminação da militarização como dispositivo de contenção dos trabalhadores, moradores das favelas, e de todos aqueles classificados, dentro dessa lógica, como “insurgentes urbanos” (ROCHA, 2019). A plataforma com a qual o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, foi eleito – marcada por discursos contrários aos Direitos Humanos e defendendo maior repressão e punições mais severas – é uma evidência dessa propagação. A expansão ostensiva das milícias é outra (HIRATA, 2021)

⁶ <https://www.redesdamare.org.br/br/info/22/de-olho-na-mare>

Considero que a inflexão decisiva nesse cenário político, no qual a morte se tornou o horizonte de governo – ou uma Necropolítica (MBEMBE, 2016) –, foi justamente a intervenção das Forças Armadas, ocorrida em abril de 2014, na Maré. Tudo indicava, há 10 anos, um cenário favorável à consolidação da militarização como forma fundamental de realização da negrogovernança (VIANNA, 2018), bem como da governança criminal, tendo a normalização da guerra como o seu paradigma político (RIBEIRO; SOARES; KREZNINGER, 2021).

Em outras palavras, o incremento quantitativo (de mortes, equipamentos, tecnologias, “recursos humanos” militares, recursos econômicos vultosos) permitiu uma mudança qualitativa nas formas combinadas de gestão urbana e da ordem, no caso da Maré, no Rio de Janeiro (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014; GRAHAM, 2016; BUENO, 2018; MAGALHÃES, 2021). Seguindo a ótica de Alexandre Magalhães (2021), isso vem sendo possível, entre outros fatores, em função das inúmeras experimentações militarizadas, tanto aquelas que foram realizadas em favelas e periferias cariocas e brasileiras, como também na Colômbia e, sobretudo, no Haiti. Tal configuração macroestrutural também repercute, atualiza e aprofunda formas de controle violento e da produção da guerra contra populações ao longo de nossa história, como aquelas que foram dirigidas, desde o período colonial, às populações indígenas e quilombolas (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014).

Considerações sobre o estudo “Construindo Pontes”

Situado o contexto de minha experiência na Maré, especialmente nesses últimos 10 anos, neste terceiro ponto, devido mais uma vez à limitação do tempo, vou descrever de forma breve o caminho da pesquisa “Construindo Pontes”⁷, realizada entre 2019 e 2021, que buscou levantar dados quanti-qualitativos que ajudassem na compreensão dos efeitos desses diferentes regimes de controle territorial extralegal sobre a vida e a rotina de moradores e moradoras da Maré. Em especial, nossa equipe de pesquisadores das Ciências Sociais se interessava em aprofundar a percepção dos efeitos (ou não) da violência armada nas condições de saúde e no bem-estar da população adulta da Maré.

Na primeira fase de campo, que durou seis meses, seis pesquisadoras, moradoras da Maré e de outros contextos periféricos, entrevistaram 1.211 moradores, em domicílios escolhidos aleatoriamente, segundo orientação amostral (porque nem tudo que parece aleatório o é, de fato). Semanalmente, fazíamos supervisões para discutir os casos, a entrada nos territórios e as necessidades de encaminhamento de eventuais decisões operacionais e logísticas. Numa outra frente, as pesquisadoras também entrevistaram, dentro do Espaço Normal, 200 usuários de crack, álcool e outras drogas, que frequentavam as cenas de uso da Maré. Já na segunda fase, qualitativa, várias abordagens foram adotadas, devido à pandemia de Covid-19. Realizaram-se 20 entrevistas, de forma híbrida (remota ou presencial); sete entrevistas com profissionais das políticas sociais que atuavam na Maré; e três grupos focais, que reuniram jovens artistas e participantes de projetos artísticos, profissionais da RAMM –

⁷ O projeto, desenvolvido ao longo de três anos, reuniu pesquisadores de várias áreas –ciências sociais, saúde, economia e cultura– da Redes da Maré, da ESS/UFRJ, UFRGS e do People’s Palace Projects da Universidade Queen Mary, de Londres, e se desdobrou em quatro publicações que tratam do tema, a partir de abordagens diversas, além de um boletim com infográficos da pesquisa. Os resultados da pesquisa estão disponíveis: <https://peoplespalaceprojects.org.uk/pt/publications/construindo-pontes/>

Rede de Apoio às Mulheres da Maré –, contando também com a participação das próprias entrevistadoras que aplicaram os questionários de casa a casa.

Esse estudo, além de pioneiro no campo acadêmico e temático, devido à metodologia que combinou diferentes fontes de dados e ao tamanho da amostra, tornou-se relevante, principalmente, pela gravidade do contexto de violência armada em um cenário de ausência de guerra civil, assim como pela relativa escassez de informações, em grande escala, sobre as consequências na população, nas esferas social, cultural e da saúde mental. Além disso, a pesquisa possibilitou um contato direto com os moradores, que literalmente abriram suas portas para uma reflexão sobre quadro geral dos incidentes relacionados à violência armada e seu possível impacto não só em suas vidas individuais, mas na vida da comunidade como um todo. A produção de conhecimento acerca do tema, mais do que necessária, era urgente, como mecanismo de resistência, disseminação de informação e criação de agendas e de novos atores, dispostos a se envolverem no debate sobre políticas públicas. Dessa maneira, buscávamos colaborar na qualificação das redes de apoio e de atenção à saúde mental e à proteção social na região.

Com base no referencial crítico dialético, inspirado em autores como David Harvey, Milton Santos e Clovis Moura, entre outros, nossa equipe interdisciplinar, oriunda das ciências humanas, manteve ativo um grupo de estudo e análise dos dados em que se debatiam, cuidadosamente, os achados, seus dilemas e as implicações éticas da sua divulgação, mantendo pressupostos teóricos e metodológicos que alinhavam, apesar das diferentes formações, as análises dos resultados, entendidos, consensualmente, como expressões das iniquidades estruturais e do racismo, inscritos nas relações de classe típicas do capitalismo autoritário brasileiro e associados, tanto à violência institucional produzida por agentes do Estado, quanto à ação contínua de distintos grupos armados, que afetavam de diferentes formas não apenas moradores da Maré, como os demais segmentos populares fluminenses. As análises que empreendíamos, nessa ótica, no Projeto Construindo Pontes, levaram em consideração o contexto mais amplo, bem como a potencialidade associativa e participativa dos grupos submetidos aos poderes locais despóticos, fossem eles exercidos por traficantes, milicianos ou policiais.

Como demonstrado no item anterior, a população moradora das comunidades da Maré vive cotidianamente exposta a múltiplos fatores de estresse – alto índice de exclusão socioeconômica, elevados níveis de violência, acesso limitado a redes e instituições culturais, entre outros. Localizar a presente pesquisa na região da Maré é especialmente relevante, uma vez que permite contextualizar o estudo em um bairro, um território complexo, onde se encontram diferentes aspectos da problemática: moradores que vivem em diferentes contextos e modalidades de insegurança e violências crônicas. Desde o planejamento da pesquisa, delimitamos um conjunto de hipóteses sobre as relações entre experiências de violência, sentimento de insegurança e seus impactos sociais e psicossociais. Tarefa nada trivial.

Nesta apresentação, interessa, contudo, destacar uma hipótese em particular, a qual, inclusive, orientou o desenho da amostra do *survey* domiciliar. Ei-la:

As áreas sob diferentes regimes de controle territorial, sob domínio do tráfico ou de milícias, mostram diferenças em determinadas variáveis, representando níveis distintos de exposição à violência armada, segundo diferentes arranjos político-institucionais, sobretudo

relacionados às formas de atuação do Estado e às relações dos diferentes grupos criminosos com as agências de segurança pública. (RIBEIRO et al., 2022; KREZNINGER et al., 2021)

Com base nesta hipótese, o desenho da amostra utilizado no *survey* domiciliar empregou procedimentos de estratificação e probabilidades de seleção de indivíduos para serem entrevistados. O conjunto de comunidades que compõem o território da Maré foi então dividido em três estratos geográficos, definidos segundo metodologia já consolidada em pesquisas realizadas pela ONG Redes da Maré, levando em conta aspectos socio urbanísticos e habitacionais, mas, principalmente, a delimitação dos domínios dos diferentes grupos armados.

O primeiro estrato (Área 1) reuniu quatro das 16 favelas, continha 24% da população adulta da Maré e estava sob domínio da facção do tráfico varejista de drogas Comando Vermelho (CV). O segundo estrato (Área 2) era maior, reunindo nove favelas, 60,5% da população adulta, e sendo controlado pela outra facção do tráfico de drogas, o Terceiro Comando Puro (TCP). Finalmente, o terceiro estrato (Área 3), formado por três comunidades, reunia apenas 15,5% da população adulta da Maré e era dominado por um grupo miliciano, embora uma de suas favelas, com histórico de atuação de milícias, naquele momento estivesse sob o controle do tráfico de drogas.

Os resultados do estudo indicaram que os três estratos tinham perfis demográficos e socioeconômicos muito semelhantes, em termos da composição da população por sexo, raça e faixas etárias, alfabetização e escolaridade, condições ocupacionais e de renda. Contudo, apresentaram perfis bastante distintos em relação às experiências de vitimização e exposição à violência armada, e também à distribuição do medo e sentimento de insegurança, com consequentes reflexos em indicadores de saúde mental e bem-estar subjetivo (KREZNINGER et al., 2021).

A título de ilustração, cito alguns dados:

Experiências de violência e vitimização ocorridas nos últimos 12 meses na Maré (aplicada no 2º semestre de 2019)	Regiões da Maré			Razão tráfico/milícia
	Área 1 Tráfico	Área 2 Tráfico	Área 3 Milícia	
Restrição no acesso a equipamentos públicos devido à violência armada	64,6	57,0	3,9	15,6
Teve sua casa invadida	19,9	10,7	1,3	12,2
Esteve em meio a um tiroteio	49,7	47,9	4,8	10,2
Viu alguém sendo baleado ou morto	22,6	14,7	2,1	9,0
Viu alguém sendo espancado ou agredido	29,6	23,0	7,3	3,6
Prejuízo no trabalho ou escola/universidade devido à violência	38,4	36,7	4,5	8,4

Fonte: Pesquisa Construindo Pontes, 2021

Em suma, os percentuais da população adulta que sofreram ou experimentaram violências ou eventos relacionados a conflitos armados, atividades de controle territorial ostensivo realizadas pelos grupos criminosos ou violações perpetradas por agentes policiais, foram sistematicamente mais elevados nas áreas 1 e 2, sob domínio de facções do tráfico de drogas, do que na Área 3, dominada por uma milícia.

Considerada a média dos percentuais de moradores que tiveram restrição no acesso a equipamentos públicos, devido à violência armada, nas áreas 1 e 2, por exemplo, chega a 15

vezes a mais os resultados atinentes aos territórios dominados pelo tráfico em relação às áreas de milícia. Na mesma linha, o percentual de moradores que tiveram suas casas invadidas, no período de um ano, nas áreas do tráfico, foi 12 vezes o percentual registrado nas áreas da milícia. No que se refere à experiência de ter estado em meio a um tiroteio, a relação foi igual a dez vezes. O mesmo se repetiu para uma série de marcadores que representavam a exposição de moradores e moradoras às dinâmicas do que chamamos violência armada, incluindo perdas materiais, prejuízos no mercado de trabalho e diferentes formas de agressão. No que se refere ao medo, ao sentimento de insegurança e a percepções de risco e perigo, as regiões controladas pelos grupos do tráfico de drogas mostraram também desvantagens comparativas, apresentando percentuais de medo frequente –quando a pessoa relatava sentir medo muitas vezes, quase sempre ou sempre –, consistentemente superiores aos registrados na área dominada pela milícia (RIBEIRO et al., 2022).

Os resultados reforçaram a importância da estratégia adotada na construção/representação territorial da amostra que, antes de ser metodológica, foi analítica e política. Se os dados estivessem agregados dentro do bairro Maré, essas particularidades estariam invisibilizadas. As distinções observadas entre as Áreas 1 e 2, nas quais atuam grupos que traficam drogas, revelaram-se irrelevantes, mas as diferenças verificadas entre ambas e a Área 3 foram extremamente significativas e consistentes.

Quem ignora a realidade do Rio de Janeiro, desconhece a complexidade da Maré e desconsidera a dimensão qualitativa da presente pesquisa poderia ser levado a concluir, de forma apressada, que há superioridade constatada na qualidade de vida, nas percepções de bem-estar e na saúde, física e mental, dos moradores da Área 3, isto é, a presença da milícia seria, portanto, eminentemente virtuosa em seus efeitos, embora ilegal e coercitiva.

Essa leitura dos dados padeceria de um erro elementar: o fator decisivo para tanta discrepância é a violência armada e, comparadas as suas modalidades, a mais assustadora e danosa, mais imprevisível e destrutiva, é aquela provocada por megaoperações policiais.

Há confrontos armados entre os grupos que atuam nas duas primeiras áreas e seus efeitos deletérios são amplamente reconhecidos, mas eles são superados em magnitude, extensão e intensidade do horror, conseqüentemente, em gravidade, pelas operações policiais, que não ocorrem na área três. E não ocorrem por uma razão elementar: o que define as milícias é sua vinculação às polícias, seja porque seus componentes são policiais ou expoliciais, seja porque são parceiros e sócios dos empreendimentos criminosos. Assim, a presença da milícia, que prospera e se perpetua graças à cumplicidade de segmentos policiais corruptos, implica e pressupõe um pacto de não agressão entre atores associados, cada qual de um lado da lei – distinção que, entretanto, o próprio pacto subverte.

Em síntese, a área 3 se beneficia não da presença da proteção miliciana, que cobra pela provisão de segurança que não lhe foi demandada e pune, despoticamente, quem desobedece ao seu comando, mas da inexistência de incursões policiais, principal fonte da violência armada. A pesquisa, sem negligenciar os efeitos nefastos da violência armada perpetrada pelos grupos ligados ao varejo do tráfico – seja em atos isolados, seja nos confrontos em que se chocam, disputando domínio econômico ou micropolítico sobre territórios –, demonstra que incursões policiais e megaoperações constituem a causa mais grave para os efeitos decorrentes da violência armada nos planos individual e coletivo no bairro Maré. A comparação com a realidade social da única área livre de invasões policiais oferece evidências suficientes para nossas conclusões.

Defendemos que o contexto em que se inscrevem as questões abordadas pela pesquisa deve ser descrito, sinteticamente, como o bloqueio à vigência do Estado democrático de direito para a população da Maré, realidade que se estende para muitas favelas e periferias do País. O contexto, em outras palavras, é produzido pela incidência combinada e repetida de violações cometidas pelo Estado, seja por negligência na provisão de políticas públicas e na garantia de acesso a direitos, previstos constitucionalmente, seja por forças policiais. As violações perpetradas diretamente pelas polícias se realizam sob a forma de brutalidade ilegal e de execuções extrajudiciais, que permanecem impunes ao longo dos anos, ou sob o modo da mais completa omissão ante o desafio à ordem legal representada pela milícia

Considerações finais sobre os efeitos e respostas à violência armada

a) *Debate sobre os efeitos*

A revisão de literatura que estamos realizando de forma sistemática, nos últimos dez anos, indica que o debate no Brasil e na América Latina sobre o fenômeno da “violência armada”, suas expressões e efeitos na vida comunitária de países que não estão em guerra, vem ocorrendo através de pesquisas qualitativas (SILVA, 2021) e epidemiológicas no campo da saúde, especialmente da saúde mental (DELGADO, 2012), com ênfase na questão do estresse pós-trauma, decorrente de conflitos armados (SOARES e BORGES, 2006). No campo das ciências humanas e sociais, há farta bibliografia produzida por núcleos de pesquisa e especialistas na área, que se tornaram referência⁸ no país, particularmente localizados no estado do Rio de Janeiro, e que vêm estudando a violência letal nas favelas do Rio, associada à questão da guerra contra as drogas, assim chamada em função da lógica belicista, adotada pelas polícias, e proibicionista, seguida pelas políticas criminais⁹.

No âmbito da América Latina, Colômbia destaca-se como o país que mais produziu pesquisas sobre a temática, focalizando, como seria natural, suas questões específicas, ou seja, os conflitos armados entre grupos paramilitares e guerrilheiros, sem concentração em territórios específicos (KREZNINGER et al., 2021; OSLENDER, 2014).

A Redes da Maré, a partir das pesquisas, em grande escala, que vem sendo realizadas em parcerias com Universidades (e algumas delas pode participar como copesquisadora ou coordenadora), define violência armada como um fenômeno intrinsecamente ligado à presença e circulação (visível e invisível), de armas para manutenção do domínio territorial, que trazem, como consequência, um conjunto de violações individuais e coletivas, as quais alteram, de forma recorrente e imprevisível, o cotidiano das pessoas devido a tiroteios, operações policiais, ocupações militares, confrontos entre grupos armados, homicídios, mortes por intervenções de agentes do Estado, feridos, fechamento de equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde, fechamento de equipamentos privados, como comércios, danos materiais ao patrimônio, subtração de pertences e extorsão praticada contra

⁸ Cito, entre vários, alguns núcleos, localizados no estado do Rio de Janeiro, que se tornaram referência na produção de pesquisas sobre violência urbana armada, como o Laboratório de Análise da Violência, da UERJ- LAV; o Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflitos e Violência Urbana, da UFRJ - NECVU-; o Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos, da UFF-GENI; e o Centro de Estudos sobre Segurança e Cidadania CESEC.

⁹ Registramos a produção científica realizada no Rio de Janeiro, cuja concentração de publicações abrange um conjunto de pesquisas e estudos sobre violência, medo e insegurança nas favelas do estado, com destaque, entre outras contribuições, aos trabalhos de SOARES, LE (1996, 2019); ZALUAR (1999); MISSE (1999); LEEDS (2004); SOARES, G (2006); CANO, BORGES e RIBEIRO (2012); MACHADO SILVA (2008); HIRATA et al. (2021); RAMOS (2018); BIRMAN et al. (2015).

moradores, invasão de domicílio, agressões físicas e verbais, tortura, cárcere privado e restrições da mobilidade e da circulação. Tais violações, trazem também danos emocionais e psicológicos – até mesmo porque violência letal significa perda de familiares e amigos (KREZNINGER et al., 2021).

Estudos publicados e realizados no Brasil vêm demonstrando que, invariavelmente, os jovens pretos têm sido as principais vítimas desta violência armada descrita acima. Ainda que essas publicações existam em grande quantidade, em sua maioria oriundas e dirigidas ao campo da epidemiologia, as análises do impacto que provocam as mortes violentas, em níveis individual, comunitário, econômico e político, permanecem em minoria (CANO e RIBEIRO, 2007). Na literatura estudada – vale reiterar, ainda incipiente em nível nacional – , os familiares próximos das vítimas de homicídio têm sido reconhecidos como pessoas vitimizadas, que sofrem de forma imediata ou subsidiária a violência do ato, sendo, muitas vezes, classificados em categorias como “sobreviventes do homicídio”, “covítimas”, “vítimas secundárias” e “vítimas ocultas” (SOARES e DORIAM, 2016).

Em nível internacional vale citar a revisão de 129 estudos publicados pela revista científica *The Lancet* (OPAS BRASIL, 2019)¹⁰ demonstrando que uma em cada cinco pessoas (22%) que vivem em áreas afetadas por conflitos armados apresenta sintomas de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno bipolar ou esquizofrenia.

Os estudos do tipo qualitativo, realizados na cidade do Rio de Janeiro, evidenciam que presença coercitiva de armas aparece como produtora implícita da “lei do silêncio”. Entre os resultados apresentados, a partir da análise de narrativas, destaca-se a associação entre o sofrimento vivenciado e o contexto em que, especialmente as mulheres entrevistadas vivem. Nesse caso, verifica-se a relação entre a questão de gênero e a sensação de insegurança física e psicológica, sensação de insegurança cuja referência de proteção são tanto as próprias mulheres, quanto seus familiares (KREZNINGER et al., 2021).

Destaco, ainda, no campo da saúde, publicação da Cartilha de Prevenção à Violência Armada em Mangueiras, da FIOCRUZ, de 2019¹¹, que aborda o impacto desta modalidade de violência na saúde de moradores e trabalhadores do território. Segundo a pesquisa o sofrimento psíquico foi o agravo mais percebido entre os 88 moradores e moradoras entrevistados/as: 80% responderam que a violência armada afeta sua saúde, de sua família ou de pessoas próximas. Outro dado expressivo diz respeito aos agentes da Segurança Pública, que também são impactados. Conforme os dados da Comissão de Análise da Vitimização Policial da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que constam no material, todos os dias, de três a quatro policiais são afastados da Corporação com diagnósticos psiquiátricos. Em levantamento realizado no ano de 2018, período da intervenção militar, quase metade dos 1.320 militares licenciados em decorrência de problemas de saúde foi afastada por reações ao estresse grave. Os dados da Cartilha demonstram ainda, reitero, que durante a intervenção federal no Rio de Janeiro, entre fevereiro e dezembro de 2018, os 33 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) cariocas atenderam mensalmente, em média, 15 mil pacientes. O número era de 3 mil enfermos a mais do que o mesmo período no ano anterior.

¹⁰ <https://www.paho.org/pt/noticias/11-6-2019-lancet-uma-em-cada-cinco-pessoas-que-vivem-em-areas-afetadas-por-conflitos>

¹¹ <https://portal.fiocruz.br/documento/cartilha-de-prevencao-violencia-armada-em-mangueiras>

Com base na nossa experiência, especialmente nesses últimos 10 anos, de estudos empíricos na Maré, consideramos um imenso desafio captar as percepções dos moradores e moradoras e identificar os efeitos da violência armada em nível territorial, dado que suas expressões ocorrem subjetivamente na vida destes. Mesmo que sejam inúmeros e de difícil definição, é possível dizer que os atos de violência resultam em dor e sofrimento social impostos por uns contra outros. Por isso, seus efeitos compreendem tanto dimensões objetivas e concretas, como assistir à morte de alguém, perder direitos como a livre circulação e a manifestação de ideias, como também experiências subjetivas, que envolvem traumas, silenciamento e, muitas vezes, impossibilidade de elaboração do luto (KREZNINGER et al., 2018 e 2021).

b) *Sobre as respostas e os fatores que retroalimentam as dinâmicas da violência armada*

No caso particular do Brasil, a temática da violência começa a ser debatida como uma questão que exige respostas via políticas públicas intersetoriais, para além do controle do aparato policial, em meados dos anos 1980, em sintonia com o processo de redemocratização do País. Destaco aqui algumas teses que ajudaram a organizar o debate e se tornaram eixos de referência na minha trajetória profissional. Segundo Sérgio Adorno (1995), Kant de Lima (1995), Michel Misse (2006) Luiz Eduardo Soares (2000, 2006), que escreveram extensamente a respeito, sempre em diálogo com outras e outros autores, além da violência no Brasil se constituir como um fenômeno determinado sócio historicamente, deveria ser analiticamente associada à crise da institucionalidade do sistema de Segurança Pública, ao crescimento das desigualdades socioespaciais e raciais, à precariedade das respostas públicas, nas décadas de 1980 e 1990, apesar da transição democrática, e ao esvaziamento dos direitos da cidadania, no contexto em que se verificou o aumento da criminalidade violenta, fenômeno complexo e multifacetado que veio se diversificando desde meados da década de 1970.

Soares (2006, 2019) ressalta que o processo de reconstrução da democracia brasileira, em curso desde meados da década de 1980, se caracterizou por incongruências, especialmente quando se contrastavam a estrutura e as práticas das instituições da Segurança Pública com a lógica cidadã e includente que norteou outras políticas públicas, sobretudo nas áreas de Saúde e Assistência Social, como são os casos do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social. As instituições da Segurança Pública e o sistema penitenciário apresentaram e ainda apresentam significativas resistências à assimilação dos novos padrões e valores mínimos, como dignidade e equidade, que deveriam estar na base do Estado Democrático. No Brasil, a lógica autoritária, bélica e o teor majoritariamente repressivo do modelo hegemônico internacional de guerra às drogas e guerra ao “inimigo”, ao “estranho” produziram, nas periferias e favelas do Rio (e não só, é claro), o aumento da letalidade violenta em nível territorial, especialmente contra adolescentes e jovens, sobretudo negros, a intensificação dos confrontos armados e a expansão do poderio bélico neles mobilizados, o que estimulou o entrelaçamento de facções locais com a economia e a geopolítica do tráfico de armas internacional – não só de drogas.

Além disso, não custa reiterar, os fatores mencionados vêm promovendo, há décadas, um processo dramático de encarceramento massivo da população brasileira pobre, negra e

periférica, mediante o endurecimento das sanções penais previstas para crimes relacionados ao tráfico de drogas, reproduzindo e enrijecendo o padrão militarizado nas políticas de segurança, em contraste com as tendências que marcaram outras esferas institucionais, cujas características predominantes vinham sendo coerentes com o processo da redemocratização brasileira (SOARES e GUINDANI, 2007).

Outros aspectos da problemática também têm merecido especial atenção da nossa parte. A entrada de jovens pobres e pretos, em situação de exploração de trabalho infantil, no mercado de varejo do tráfico de substâncias ilícitas, descrita por farta literatura das Ciências humanas, os converte nos elos mais frágeis dos negócios ilegais (sobretudo de drogas e de armas de fogo). Cooptados, os jovens periféricos, ao se incluírem na cadeia econômica (produtiva e comercial) da “sociedade de consumo”, por meio desse tipo de atividade, buscam se fazer presentes e visíveis, conquistando territórios, experimentando o pertencimento e a valorização, alcançando alguma forma de reconhecimento social e defendendo seus espaços. No livro *Cabeça de Porco* (2005), histórias narradas descrevem o processo de trabalho do mercado da violência armada em nível territorial. Naquele período, antes do advento das UPPs, já desempenhavam tarefas desafiantes com disciplina militar, rígida hierarquia e sob a pressão frequente de ameaças, torturas, elevado risco de vida. Em poucas palavras: sob a mira de poderosas armas de fogo. Do ponto de vista das relações de poder, esses grupos, incluídos por dinâmicas criminais diversas, e na outra ponta, seus responsáveis (familiares), excluídos do mercado de trabalho formal, reproduziam o que existe de mais autoritário e cruel nas estruturas de poder patriarcal e racista da sociedade brasileira. Dentre os principais e mais perversos efeitos da dinâmica referida, destaco os altos índices de uma letalidade fratricida, fomentada pelo aparato policial do Estado, além do próprio modo como são naturalizadas tanto as mortes quanto a própria violência armada, presentes nas favelas e periferias brasileiras.

Mais uma dimensão requer reflexão aprofundada. Conforme já observado por diversos autores, existe uma notória e antiga caracterização negativa da favela, baseada principalmente nas noções de ausência, falta, carência, assim como na percepção e na representação desse espaço urbano como essencialmente arriscado, perigoso, insalubre e historicamente “identificado como território de propagação de doenças físicas e morais” (ZALUAR e ALVITO, 1998). A caracterização negativa acaba por gerar a produção de inúmeros processos de criminalização primária e secundária de seus moradores, influenciando de maneira direta e/ou indireta a própria formulação das políticas públicas voltadas para esses territórios e suas populações. Assim, como indicam vários autores da criminologia crítica, nas décadas de 70 e 80 do século passado, põe-se em movimento uma espécie de espiral perversa de produção e reprodução de procedimentos, análises, dispositivos, discursos e modos de subjetivação, fundamentalmente calcados em viés preconceituoso e comprometido com a reprodução das iniquidades. A visão negativa, historicamente construída e renovada das favelas, trouxe consigo a marca da violência difusa como traço distintivo desses locais. A tradição patrimonialista, patriarcal, racista e privatista do Estado brasileiro, que atua segundo interesses da elite econômica e política, explorando e precarizando o trabalho, faz com que não se reconheça e promova apropriadamente, segundo princípios das políticas públicas, os direitos de cidadania da população das favelas e periferias do país. Essa distorção da atuação institucional pública nesses espaços – que não é exatamente uma distorção, se considerarmos sua articulação com a natureza do capitalismo

brasileiro – acabou por produzir brechas e fomentar as ações de grupos criminosos, comumente identificados como tráfico de drogas e milícias, possibilitando um processo de privatização da regulação social e das relações de poder vivenciadas nesses territórios. (SOARES e GUINDANI, 2007)

O conjunto dos aspectos assinalados – evidentemente, haveria outros a destacar – contribui para consolidar a atuação de grupos criminosos armados, nas favelas do Rio. Contribui, sobretudo, para que eles se constituam como redes de poder territorializadas, que dominam uma série de atividades econômicas, lícitas e ilícitas.

Conforme análise que fizemos (cf. RIBEIRO et al., 2021), no âmbito da pesquisa Construindo Pontes na Maré, há dois tipos diferentes de grupos armados, embora as diferenças venham diminuindo, na medida em que uns aprendem com os outros e os imitam. Há aqueles vinculados a facções do tráfico de drogas, que operam o varejo do comércio das substâncias ilícitas, e os que, sendo compostos principalmente por policiais ou ex-policiais, atuam principalmente em serviços de segurança, transporte coletivo irregular, distribuição de sinais de TV a cabo e internet, venda monopolista de botijões de gás a preços extorsivos e controle ilegal do acesso à terra e a empreendimentos imobiliários. Estes últimos são chamados milícias e têm incorporado, crescentemente, o tráfico de drogas às suas práticas, enquanto os primeiros, por sua vez, vêm aplicando estratégias econômicas adotadas pelas milícias, observando seu rápido enriquecimento. Portanto, além de negociar substâncias ilícitas, os chamados traficantes têm expandido suas ações à exploração de gás, transporte, compra e venda de imóveis, etc. Não por acaso, uma das duas principais facções do tráfico, o Terceiro Comando Puro, tem se aproximado gradualmente de facções milicianas, o que implica vantagens na distribuição espacial do poder e em sua estabilização, reduzindo custos de manutenção do domínio local, tendo em vista que as milícias trazem consigo alianças com segmentos policiais (HIRATA et al., 2021).

Nossos estudos indicam que a qualificação “violência armada territorial” vale para ambos os tipos de grupos armados, já que se afirmam a partir de uma base armada territorial específica, fazendo uso corrente da violência como forma de coação, legitimação, preservação e reprodução de suas práticas. Assim, a legitimação da soberania, imposta por esses grupos privados a um número cada vez mais vasto de territórios da cidade e do estado, decorre diretamente de sua capacidade de manter o monopólio da força e ordenar o cotidiano social.

Essa configuração acaba por produzir um quadro grave de violência simbólica e institucional, impactando o modo como as políticas e os serviços públicos são distribuídos, ofertados e realizados nesses espaços e para essas populações: modo precarizado e fortemente calcado na lógica repressiva – para não mencionarmos a própria violência policial, indissociável, por sua vez, da corrupção policial. As polícias se inserem como elemento central de fomento da violência e da tensão, recorrentemente violando direitos fundamentais dos moradores e deslegitimando o Estado como instância reguladora das relações sociais nas comunidades.

Nessa ótica, as megaoperações nos últimos 10 anos na Maré vêm produzindo, conforme indica Oslender (2008), uma “geografia do terror”, ao transformar alguns espaços nas favelas, como a chamada faixa de gaza, em “paisagens do horror”, com certas articulações territoriais que, de alguma maneira, tendem a romper, de forma dramática, e recorrentemente imprevisível, as relações sociais locais (MAGALHÃES, 2021).

O terror, torna-se, assim, uma ferramenta de controle social. Sua aplicação sistemática torna possível a destruição do tecido social das comunidades sobre as quais incide, levando à difusão do medo como sentimento predominante e generalizado entre os habitantes daqueles territórios. Como Stephen Graham (2016) argumenta, vivemos um processo de “urbanização militar”, decorrente de uma forma de governo que, nos seus modos de operar, se efetiva pela territorialização dos mecanismos de guerra.

Referências

- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 10, n. 2, p.299- 342, jul./dez. 1995.
- ATHAYDE, C, BILL, M, SOARES, LE. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BIRMAN, Patrícia; LEITE; Márcia P.; MACHADO, Carly & SÁ CARNEIRO, Sandra de (org.). (2015), *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*.
- BUENO, L . *A favela (para)militarizada: território contido e impacto da violência armada na saúde, na educação e no cotidiano de moradores de Manguinhos, Jacarezinho e Maré*. Rio de Janeiro, 2018.
- BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Zaluar, A. & Alvito, M. (org.). *Um Século de Favela*. (pp. 25-60). Rio de Janeiro: Editora FGV. 1998.
- CANO, I. & Duarte, T. (2012). *No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ).
- DELGADO, P. G. G. Violência e saúde mental: os termos do debate." (“Violência urbana e saúde mental: desafios de uma nova agenda?”) *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 28; p.187-198, 2012.
- FIOCRUZ, *Cartilha de Prevenção à Violência Armada em Manguinhos*, 2019. Fonte: <https://portal.fiocruz.br/documento/cartilha-de-prevencao-violencia-armada-em-manguinhos>
- FLEURY, Sônia. (2012). Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, nº 30, p. 194-222. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/30079>
- GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- HARVEY, D. *Direito à cidade*, 2013. Disponível: <https://www.ufjf.br/ladem/2013/09/23/o-direito-a-cidade-por-david-harvey/>
- HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIRATA, D.; CARDOSO, A.; GRILLO, C. ; SANTOS JUNIOR, O. ; LYRA, D. ; DIRK, R.; RIBEIRO, R. ; PETTI, D. . *A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados*. 2021

KANT DE LIMA, R. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995

KRENZINGER, M, FARIAS, P, MORGADO, R e MCLLWAINNE, C., 'Violência de gênero e desigualdade racial em uma pesquisa com mulheres no território conflagrado do conjunto de favelas da Maré/Rio de Janeiro', *Revista Trabalho Necessário*, 2021. vol. 19, no. 38, pp. 266-289. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.47366>

KRENZINGER, Miriam; SILVA, E. S. E.; MCLLWAINNE, C.; HERITAGE, P. *Dores que Libertam: falas de mulheres das favelas da Maré no Rio de Janeiro sobre violências*. Curitiba: Apris, 2018b, v.1. p.1. <https://www.editoraappris.com.br/produto/2389-dores-que-libertam-falas-de-mulheres-das-favelas-da-mar-no-rio-de-janeiro-sobre-violncias>

KRENZINGER, MIRIAM; et al. Impactos sociais da exposição à violência armada na Maré: incidências, consequências e estratégias de enfrentamento In: Coleção Construindo Pontes: Estudo 1 com moradores 16 favelas da Maré.1 ed. Rio de Janeiro: Peoples Palace *Projetos do Brasil*, 2021, 2021, v.1, p. 179-284.

LEEDS, Elizabeth. “Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira”. In ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2008), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MAGALHÃES, Alexandre. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, p. 1-20, 2021

MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. *Arte & Ensaios*, 32: 124-151 2016 Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>

MISSE, M. “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”. *Estudos Avançados*, 21(1), 139-157.2007

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. 413 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, co-edição com Anita Garibaldi, 2014. P. 184.

MOURA, Clóvis. *O racismo como arma ideológica de dominação*. 1994.

OSLENDER, U. “Geografías del terror”: un marco de análisis para el estudio del terror. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XII, núm. 270 (144), 1 de agosto de 2008

PACHECO DE OLIVEIRA, J, J. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, 20(1), 125-161.2014

RAMOS, Sílvia (coord.). *À deriva: sem programa, sem resultado, sem rumo*. Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção/CESec, abril. 2018

REDES DA MARÉ; OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. *Censo Maré 2016*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

RIBEIRO, E. SOARES, LE. KRENZINGER, M. Tipos de governança criminal: Estudo comparativo a partir dos casos da Maré. *Revista Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* – Rio de Janeiro – Edição Especial no 4 – 2022 – pp. 559-588

ROCHA, L. M. Militarização e democracia no Rio de Janeiro: efeitos e legados da “pacificação” das favelas cariocas. *Revista Ensaios*, vol. 14, jan-jun de 2019.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: **OSAL**: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005

SILVA M. M., R et al. “No meio do fogo cruzado”: reflexões sobre os impactos da violência armada na Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro. *Ciência Saúde Coletiva* [Internet]. v. 26, n. 6, p. 2109-18, jul. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HP7Fpy7bkkJ49vzBkrS3Yfg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023

SILVA, E. S. *A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.

SILVA, E.S., MALANQUINI, L. ANHORN, M.G. “Meu nome não é ‘cracudo’ - A cena aberta de consumo de drogas da Flávia Farnese, na Maré, Rio de Janeiro”, p. 107-149, 2017. In: *Populações em situação de rua / Organização Miriam Krenzinger*. - Rio de Janeiro: Pallavra, 2017.

SILVA, Eliana Sousa. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

SILVA, H E MILITO, C. *Vozes do Meio Fio*. Rio de Janeiro: Editora Relume & Dumará, 1995.

SOARES, Gláucio A.D.; MIRANDA, D.; BORGES, D. *As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SOARES, L. E. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Iser, 1996. p. 13-58.

SOARES, LE, GUINDANI, M. *A Violência do Estado e da Sociedade no Brasil Contemporâneo*. NUEVA SOCIEDAD NRO. 208 MARZO-ABRIL 2007.

SOARES, LE. *Meu Casaco de General, 500 dias no front da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 56, jan.-abr. 2006, p. 91-106.

TELLES, V. S. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Soares [108] Sinais n. 18 Jul-Dez 2015, Vitória - BR ARGUMENTVM, 2011.

TELLES, Vera. “Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos”. (“Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos - Dialnet”) *Revista de Ciências Sociais* (UFC), 46: p.15-42. 2015. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2423>

VALLADARES, L. P. (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

ZALUAR, A. & AIVITO, M. (org.). *Um Século de Favela*. (pp. 25-60). Rio de Janeiro: Editora FGV. 1998.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

UM “CORPO SARADO”? DISCURSOS SOBRE GÊNERO, MASCULINIDADES, E ANABOLIZANTES NAS REVISTAS ESPECIALIZADAS

Patrícia Silveira de Farias
Fátima Cecchetto

Introdução

Este texto é um aprofundamento de pesquisas anteriores, focalizando os discursos sobre esteroides anabolizantes (EAS) nos circuitos médicos e nas academias de luta, assim como os veiculados em meios impressos de comunicação. O estudo original foi desenvolvido entre 2010 e 2013 a partir de dois tipos de dados: um deles, fornecido pela análise de artigos biomédicos publicados em revistas especializadas; e o outro, baseado em 19 entrevistas com jovens homens praticantes de jiu jitsu. Os resultados indicaram uma lacuna significativa entre a abordagem biomédica, que condenava enfaticamente o uso destas substâncias; e a dos praticantes, que declararam usar as substâncias como forma de obter força e musculosidade. Estes achados nos levaram a novos estudos, a partir da investigação sobre a conexão entre o consumo dos esteróides e a construção social da masculinidade.

Nosso próximo passo foi um estudo sobre representações de corpo e gênero conectadas ao uso de esteróides na grande mídia brasileira. Esta pesquisa se apoiou no conteúdo de jornais e revistas publicados em 2010, disponíveis nos arquivos da Fundação Oswaldo Cruz. De cerca de 400 notícias e artigos sobre saúde pública, publicados de janeiro a dezembro de 2010, selecionamos aqueles focados em “esteróides” e “doping” como temas centrais. A análise nos permitiu indicar que jornais e revistas têm um papel significativo na disseminação de uma corporalidade hiperviril, e que a ênfase no paradigma de um corpo forte era direcionada tanto a homens quanto a mulheres .

No presente artigo, voltamos nossa atenção para a Revista Tatame — uma revista comercial especializada em artes marciais — e para artigos esportivos distribuídos digitalmente durante 2017. Nós nos concentramos em jornais, entrevistas publicadas, fotos e anúncios publicitários que apresentavam corpos de homens e mulheres de praticantes de esportes que se apresentavam explicitamente ligados ao consumo de esteróides. O objetivo de nossa pesquisa foi investigar a construção da masculinidade como um fetiche, ou seja, como um corpo ideal a ser alcançado através do uso destas substâncias.

No universo pesquisado, os EAS têm um papel significativo, pois atuam sobre as fibras musculares de forma a promover o desenvolvimento de um corpo forte. Este modelo é um aparato valorizado socialmente, dada a força simbólica que a musculosidade tem nas representações da diferença entre os gêneros. Nossa proposta então é discutir essa associação entre homens, virilidade e músculos, tema já debatido por autores como Klein (1993) e Mosse (1996) em estudos considerados clássicos. Utilizamos a categoria de fetiche para sinalizar o apelo extra-racional, sensorial e emocional desta musculosidade rígida. Observa-se, ainda, no quadro atual, a associação feita entre hipermusculosidade e beleza, em contrapartida ao corpo “fraco”, “mole” e “flácido”, considerado inadequado para ambos os sexos. Isto será melhor discutido a seguir.

Partimos de algumas teorias que elaboram uma crítica sobre a noção “we take gender for granted”, isto é, sobre uma pressuposição apressada a respeito aos atributos indexados aos homens e mulheres, por meio dos quais se realizam classificações e demarcações, colocando-os em planos muito distintos. Ignora-se, nessa perspectiva, os processos que envolvem aquilo que se convencionou chamar de identidade de gênero, uma configuração de práticas atravessada por tensões e ambiguidades. É o que discute Judith Butler (2010), quando destaca o papel do conceito de gênero em reproduzir a falsa noção de estabilidade, em que a matriz heterossexual estaria assegurada pela constituição de dois sexos fixos e coerentes, que se opõem a partir de oposições binárias ocidentais: homem x mulher, macho x fêmea, masculino x feminino, pênis x vagina, rígido x mole, num discurso que reforça a ordem compulsória da polarização.

Seguindo R. Connel e Pearse (2015), recorreremos também à noção de arena gendrificada, ou seja, de espaços nos quais se expressam arranjos de gênero que parecem fazer parte da ordem natural das coisas. Nesse aspecto, verifica-se o quanto as ideias sobre comportamentos ou práticas de gênero adequadas ou corretas são postas em circulação pelos representantes desses espaços, ou seja, padres, legisladores, familiares, professores, anúncios, programas televisivos, e, no caso em questão, academias, campeonatos de luta, sites jornalísticos, mídias sobre esportes e matérias veiculadas em revistas especializadas em artes marciais, como a “Tatame”. Essas arenas não só promovem ideias sobre as diferenças de gênero, como ao mesmo tempo criam essas diferenças, reduzindo feminilidades e masculinidades a tipos fixos e imutáveis.

Para Connell (2016), o esporte é uma constelação de práticas sociais segregada por gênero, na qual homens heterossexuais são dominantes; assim, o esporte fornece lugares onde a sociabilidade masculina pode se exercer, tanto quanto uma espécie de fonte de identidade para os homens e também uma arena de competição. Nesta arena, aqueles que são considerados mais fortes e mais aptos ganham status em certos contextos sociais. Desta forma, o esporte deve ser considerado uma arena gendrificada, na qual mitos sobre gênero são reificados, tais como o da hipermasculinidade, estigmatizando aqueles homens que não atingem este modelo. A distribuição de poder ligada à masculinidade é perpassada por uma cultura misógina e homofóbica, onde a violência em nome da vitória é naturalizada como “parte do jogo”. No entanto, há diferentes expressões de gênero nestes espaços, nos quais tanto culturas institucionais como agenciamentos individuais estão imbricados, ajudando a construir identidades individuais e sociais.

A conexão entre práticas corporais e masculinidades auxilia a construir uma representação social da masculinidade ligada a um corpo atlético, forte e resiliente; um corpo que está articulado a noções de tradição, fixidez e imutabilidade. É importante notar que este modelo de masculinidade, modelado dentro e através do esporte, pode também funcionar como um fardo para meninos e homens, que supostamente devem reprimir seus sentimentos, particularmente aqueles considerados signos de fraqueza, tais como tristeza e dor. Eles devem controlar expressões de empatia ou ternura dirigidas a seus pares, que contraditoriamente, no contexto homosocial das academias, fazem surgir intimidade e fortes relações pessoais. Mas mesmo estas relações devem ser moldadas a partir de expressões sexistas e homofóbicas.

Porém isto não significa que não haja outras masculinidades no interior destas arenas. Atletas gays, por exemplo, constroem estratégias identitárias para lidar com este ambiente

tóxico, onde predomina um dado modelo de masculinidade, ao mesmo tempo em que percebem a presença do homoerotismo nestas arenas gendrificadas (MESSNER, 1992; PRONGER, 1990). Também é importante indicar que outros marcadores sociais, tais como classe e etnicidade fazem parte destas masculinidades.

À luz do que fala Le Breton (2011) sobre o corpo na modernidade, iremos ainda refletir sobre o imperativo que impele o sujeito a moldar seu corpo como se este fosse um “outro”, convertendo-o em um objeto a esculpir, para torná-lo agradável a si e aos olhos dos outros, sem disfarçar uma demanda estética. Dito de outra maneira, cada vez mais se intensifica o potencial de vigilância e controle corporal na modernidade para homens e mulheres, que podem agora gerenciar seu capital corporal, através de substâncias cada vez mais potentes e capazes de atuar inclusive molecularmente no aprimoramento muscular.

Rigidez é tudo

A busca pela dureza, pelo aspecto rígido do corpo, é obtida através de um trabalho físico nas academias, mas depende fortemente de sua associação com medicamentos. Desta forma, pode-se falar de biomedicalização, no sentido indicado por Clarke et al (citado em Tramontano (2017), um conceito que remete às transformações externas e internas dos corpos, da saúde e da vida, construindo os usuários a partir do uso de medicamentos químicos, com a conseqüente produção de novos corpos. Não é demais acrescentar que esta produção e, especificamente, a manutenção deste corpo requer um constante investimento financeiro, de atenção e de vigilância.

Vale a pena examinar mais de perto estes novos corpos assim produzidos. Como já se disse, trata-se de um corpo rígido. O modelo buscado parece ser o de um “herói” eternamente jovem, em que se estaria num suposto “auge” da forma física. Deste modo, para homens Cis ou Trans (considerando a construção da identidade em termos de trans ou cisgeneridade), o ideal de hipermusculosidade é conseguido – embora de forma efêmera – reverberando socialmente força e vigor para os indivíduos que assim procedem. É uma espécie de medalha arduamente conquistada.

A motivação para perseguir e construir este novo corpo, por parte dos homens, está conectada a uma imagem de masculinidade viril centrada na rigidez – uma metáfora nada sutil da rigidez do membro sexual, associada a potência. O fascínio desta força/vigor/rigidez, para os homens, portanto, se expressa na conquista de uma imagem idealizada de homem, uma masculinidade hegemônica enfim alcançada: E esta é alcançada graças ao controle de um complexo de fatores que vai desde o nível, o tipo e a duração de exercícios, passando pela escolha de academias, técnicos, médicos e todo um staff de assistência, até a dosagem de suplementos e/ou anabolizantes. Desta forma, se realiza uma espécie de individualização gerencialista, em que a gestão e o controle sobre o corpo e sobre os efeitos buscados se dão em nível máximo. É a busca da eficácia corporal - antídoto individual contra a ameaça social que representa para um homem o corpo fraco.

É possível supor que este mesmo controle sobre o próprio corpo, construído com o apoio significativo dos anabolizantes, também exerça atração para as mulheres que seguem o ideal físico da hipermusculosidade. No caso feminino, como já extensamente estudado, trata-se de um corpo historicamente alvo de intensas intervenções - inclusive médicas-e de interdições, um corpo altamente regulado, que neste novo cenário parece retornar ao

controle da própria pessoa, pela capacidade de modelá-lo e apresentá-lo como forte, potente e rígido, e não como uma carne vulnerável, flácida – portanto, fraca. No entanto, a legitimidade social desta nova figura feminina construída está longe de se assemelhar àquela conseguida pelos homens hipermusculosos.

O novo corpo feminino se torna “desconfiável”; epítetos como “masculinizado”, excessivo, monstruoso, sexualmente “invertido”, biologicamente em desacordo com a “natureza”, são evocados e garantem uma ambigüidade no gênero e no status deste corpo. De toda forma, parece que este fetiche se apresenta como uma possível estratégia feminina de produção de seu gênero, tornando-o visivelmente forte.

Preciado (2014), em seu Manifesto Contrassexual, propõe o “fim da natureza como ordem que legitima a sujeição de uns corpos sob os outros” (pág 21). No contexto da contrassexualidade, os corpos são corpos falantes fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, hetero/homossexualidade. Em livro posterior, Testo Yonqui (2008) analisa a autoaplicação de testosterona, criticando a “carta genética” e o fármaco-poder. Seguindo esta linha, por exemplo, a premiada artista baiana Virgínia de Medeiros desde 2015 tem utilizado testosterona para fins artísticos, como questionamento dos limites entre vida e ficção, buscando o que afirma ser uma “autonomia corporal”. Neste quadro, o uso do hormônio masculino por uma mulher romperia o regime de verdades dicotômicas centrado na heterossexualidade.

Estes usos da testosterona se conectam à perspectiva transgênera, que ilumina a questão crucial da identidade de gênero e do desejo de ressignificar fisicamente o corpo em busca da expressão genuína de si mesma. Em outras palavras, eles são parte de uma reivindicação legítima por saúde mental e física. Mas o consumo de esteróides e de hormônios masculinos tem outras motivações também. Um dos aspectos mais perturbadores destes outros usos é o papel central da noção de virilidade, e a conexão entre esta virilidade à rigidez muscular. Neste sentido, virilidade, característica de um ideal de eterna juventude, leva à urgência de utilizar testosterona como um elixir. Esta panacéia aparece como um atributo natural e exclusivamente masculino – contradizendo achados científicos já bem estabelecidos, que demonstram que este hormônio, embora predominem nos homens, também são encontrados em mulheres (Tramontano, 2017:89).

A ideia aceita no senso comum de que à mulher faltam o vigor e a força, típicos do homem ou caracterizados como atributos masculinos, encontra sua materialização simbólica na aquisição de um corpo forte, cuja rigidez muscular passa a ser o padrão de comparação. Ele é equiparado, nesse viés, à juventude, à saúde e à plenitude sexual.

Assim, para obter um ideal corporal associado ao masculino, neste quadro, se deverá fazer uso do hormônio, que se aplicará indistintamente a homens e mulheres. Porém, para as mulheres, o preço a ser pago, no caso de suas formas apresentarem desvios considerados fora do padrão, é o de sofrerem constrangimentos e acusações de masculinização, tendo seus corpos (e almas) concebidos através de classificações como “hulk” ou “monstra”, em contraste com a concepção que se tem sobre o corpo masculino forte como bonito, belo ou desejável.

A centralidade da noção de rigidez e dureza ganhou um novo status com a discussão sobre o uso de um medicamento que age diretamente sobre a potência sexual masculina: o Viagra. Ele pode ser entendido como um caso emblemático na direção de otimização das funções sexuais masculinas, marcando, inclusive, a entrada da indústria farmacêutica no

escopo da sexologia (Carrara, Russo e Faro, 2009). O foco é a fisiologia individual e a juventude esta compreendida pelo seu aspecto mais hormonal, ou seja, como uma fase em que o corpo gozaria de uma plenitude física no exercício sexual superativo. Esse modelo proposto pelo Viagra estaria então ao alcance de todos, jovens e velhos e, assegurando não só a prontidão, mas a longevidade da atividade sexual. Um horizonte futuro que também parece ser possível às mulheres através do uso de testosterona, contida no medicamento Intrinsa, considerado o Viagra feminino, que ainda se encontra em estudo (Faro,2016).

No cenário das academias de luta e da mídia esportiva, plasma-se a dicotomia entre rigidez exemplar e moleza sugerida pela literatura que trata da “disfunção erétil” (DE) e do “distúrbio androgênico do envelhecimento masculino” (DAEM), encenada, desta vez, pela oposição corpo rígido/corpo flácido. Note-se, porém, que, para além do viés dicotômico, há uma hierarquia posta em operação, em que a flacidez ou moleza se coloca de maneira inferior à rigidez, esta sim, considerada um símbolo distintivo que vale a pena perseguir incessantemente.

Não à toa, verifica-se o abandono da expressão impotência em favor do termo disfunção erétil (Carrara, Russo e Faro, 2009); prega-se que a atividade sexual é mesmo condição necessária para a saúde, e que a capacidade erétil definiria a virilidade durante todo o curso da vida masculina. Assim, o marketing da disfunção é conjugado ao marketing da solução (rigidez) que se apresenta com força nas drogas chamadas de estilo de vida, que não curam doenças, mas sim realçam determinadas características do indivíduo; otimizando ou aprimorando algum atributo físico ou mental.

A discussão sobre as representações e efeitos do Viagra ou do Intrinsa permite pensar que o modelo de sexualidade satisfatória está associado simbolicamente à capacidade de rigidez disseminada por todo o corpo. A rigidez do pênis pretendido – “completamente duro e perfeitamente rígido” como demonstrou Faro, Chazan e Rodhen (2013)– é estendida para todo o corpo, que se torna um símbolo fálico em si mesmo. Essa representação da potência, lembre-se, é também esteticamente positivada, numa equação que relaciona força e rigidez corporal à beleza.

Beleza que se mede, músculos que se dosam

Falar em corpo rígido e hipermusculoso para os homens é sinalizar um corpo não deteriorado por marcas do tempo ou de vicissitudes da vida, como pobreza, brigas ou consumo de drogas ilícitas. O corpo rígido é jovem e belo, produzido para ser exibido e apresentado em seu grau máximo de tônus muscular. A beleza, então, é considerada um atributo exteriormente visível através do corpo. Neste sentido, músculo duro é beleza, e um corpo flácido não é apenas fraco: é feio.

Mais recentemente, a disseminação do uso dos chamados “chips da Beleza”, primeiro entre celebridades femininas, e em seguida entre mulheres em geral, é um enfático exemplo desta afirmação. Sob a forma de um tubo, ou de um grão de “alpisto”, como é chamado, este implante corporal fornece regularmente, durante meses, uma “dose” de hormônios, para manter o que é considerado um corpo (e uma alma) sempre disposto, forte e rígido. Anteriormente utilizado como parte do tratamento para efeitos mais graves da menopausa e contra endometriose, agora este “chip” circula como forma de adquirir a beleza de um corpo rígido e musculoso. Neste movimento, um formato de corpo antes considerado

tradicionalmente desejável apenas por homens, foi amplificado para se tornar igualmente um tipo desejável de beleza, eleito como modelo a ser buscado por todos. .

Esta questão leva a outro ponto-chave da discussão. O debate social e filosófico sobre o ideal ocidental de Beleza é importante, neste aspecto, embora não seja nosso foco no presente artigo. No entanto, cabe lembrar que a noção de Beleza nas sociedades ocidentais se desenvolveu durante séculos como um atributo desejável, ligado à idéia de “graça”, “proporcionalidade”, “delicadeza” e “feminilidade”. No contexto de nossa discussão, gostaríamos de assinalar que a incorporação de um modelo de corpo “masculinizado” e as dimensões nas quais este corpo ideal é considerado bonito não estão isentos de contradições. Entre estas contradições, podemos visualizar o papel central desempenhado pelo gênero na representação e na construção social de ideais de beleza.

Para melhor visualizar as incorporações destes tipos físicos ideais, vamos analisar a seguir dois “modelos exemplares” de mulheres atletas e finalmente alinhar algumas conclusões provisórias.

1. Cyborg manifesta X Mackenzie, a musa

Cristiane Justino Venâncio nasceu em Curitiba nos anos 80, é uma lutadora brasileira, naturalizada norte-americana, campeã de Peso Pena. Herdou o nome profissional Cyborg do também lutador de MMA (sigla para Mixed Martial Arts) Evangelista “Cyborg” dos Santos, com quem foi casada durante alguns anos. Recentemente Cris Cyborg como ficou conhecida, envolveu-se em polêmicas ligadas a uso de doping em um campeonato, recebendo como punição tanto o afastamento do MMA como a de ter que devolver o Cinturão (Troféu dos lutadores) obtido em suas vitórias.

Foi nesse contexto que a revista Tatame, especializada em artes marciais e lutas em geral, estampou em sua capa do mês de janeiro de 2017 uma reportagem com a atleta com o seguinte título “Cyborg em foco”. Na foto, a atleta é retratada do rosto até os ombros sobre um fundo negro, com um perfil sério, olhos voltados para cima, sem interagir com o leitor diretamente. É apresentada ainda com cabelos presos, lábios pintados e olhos maquiados; por sobre esta maquiagem, metade de seu rosto está tomada por uma pintura facial da bandeira do Brasil. Sugestivamente, seu pescoço largo sobressai na foto, acentuando uma das marcas corporais comuns em praticantes masculinos de MMA e outros esportes de combate. O subtítulo da capa traz um comentário marcado por ambiguidades: alguém que “brilha” no octógono, e ao mesmo tempo vive dramas pessoais como depressão, exclusão e doping, a falta ou pecado mais cometido nesse campo de lutas.

O que nos chamou atenção neste perfil foi exatamente essa ambiguidade que não é exatamente uma exclusividade da Revista Tatame, mas que encontra uma expressão na representação inclusive midiática dessa persona feminina de lutadoras. Em uma rápida investigação no Google a partir do descritor Cyborg, percebe-se que as notícias sobre a lutadora sinalizam para esta ambiguidade, ou seja, o enaltecimento de suas conquistas como atleta de MMA e ao mesmo tempo a ênfase nos conflitos pessoais, como por exemplo, a cobertura dada ao episódio em que Cris agride fisicamente outra lutadora a qual ela acusa de ter praticado Bullying contra ela nas redes sociais. O episódio gerou um processo e perdas de patrocínio. O vídeo da briga circula livremente, com milhares de visualizações. Ao visitar os sites onde se publicaram as notícias é possível ler comentários sobre as mesmas, feitos

pelos internautas. Notamos o tom majoritariamente agressivo no site, desde alegações pejorativas a sua estética - “feia, feiona” -, passando por xingamentos de “monstra”, até acusação de estar “muito masculinizada” por conta de “bombas” que supostamente teria usado para alcançar seus êxitos.

Esta imagem assim construída sobre Cris Cyborg contrasta com a imagem da lutadora, Mackenzie Dern, veiculada na capa de outra edição da mesma revista, cuja manchete a apresenta como “Bela, destemida e do tatame” - uma paródia da manchete de uma revista de alcance nacional em que um recente primeira-dama da República foi descrita como “Bela, recatada e do lar”. A imagem é de uma jovem mulher, fotografada de corpo quase inteiro, olhando diretamente para a câmera com lábios maquiados e cabelos soltos e tratados.

A mulher se encontra em postura corporal de luta, trajando um quimono azul acinzentado sobre um fundo cinza. O subtítulo da matéria continua na descrição da atleta: “Mackenzie Dern multi campeã e musa do jiu-jítsu”, frisando como sua inspiração a figura masculina do pai. Ainda segundo esta chamada, ela estaria viabilizando sua transição para o MMA, mas mantendo uma firme identidade com a prática do Jiu-jítsu. A matéria discorre sobre a filha promissora da Arte Suave, mais uma vez apresentada iconicamente como seguidora do lendário Wellington Megaton Dias - do qual, porém, ao contrário de Cyborg, não herda o nome de guerra.

Analisando mais o corpus de fotos sobre Mackenzie, temos alguns denominadores comuns. Em quase todas, a atleta aparece sorrindo e olhando para a câmera, em poses comuns a modelos profissionais. Em uma delas, seus atributos femininos são realçados: seios cobertos por um top rosa, cintura fina e definida, corpo visível semi-envolto em quimono fashion de cor preta com detalhes e interior mais uma vez em rosa.

Por sua vez, no corpo da reportagem sobre Cyborg, guardadas as devidas diferenças entre as modalidades esportivas do MMA e do Jiu-jítsu, várias fotos a apresentam em treinos árduos, com bíceps musculosos à mostra, como aquela em que luta sozinha debaixo d’água. A mais emblemática de todas talvez seja a foto em que aparece levantando um enorme pneu de caminhão, ostentando uma máscara negra que cobre a maior parte de seu rosto, deixando à mostra somente testa e olhos, que encaram com firmeza o leitor. Enquanto seus longos cabelos estão presos, os seios estão disfarçados sob a camiseta preta de treino. Esta máscara lembra inclusive aquela usada pelo personagem de Anthony Hopkins no filme clássico “O Silêncio dos Inocentes”: o Doutor Hannibal Lecter, psiquiatra, assassino e canibal, podendo insinuar um hibridismo entre a imagem da lutadora e uma figura bestializada.

É interessante comparar essas imagens (discursos) sobre mulheres, no mesmo contexto esportivo, pelo modo como elas veiculam estereótipos sobre as identidades de gênero feminino em seu subtexto. Algumas representações estão carregadas da obviedade dos papéis, como o de filha promissora e tutelada pelo pai e a de mulher emancipada, dona de um temperamento “brigão”, que encontra sua natural expressão num conjunto de gestos classificado como violento, esvaziado de feminilidade.

O que parece estar em jogo é a demarcação de diferenças significativas entre as feminilidades, o que não chega a ser uma novidade, sendo a praxe de alguns meios de comunicação que cultivam esse fascínio pela alteridade, por meio de uma variedade de estereótipos populares sobre os gêneros, disseminados em anúncios e propagandas, novelas e outras formas de entretenimento para vender serviços, produtos ou ideias.

O que queremos sugerir aqui é que há uma produção de significados em torno da mulher lutadora, centrado na vigilância da feminilidade, cuja assim chamada essência não deveria ser abalada em benefício de uma musculosidade exagerada. A imagem veiculada de Cyborg representaria uma ameaça à feminilidade, envolvendo, contudo, uma aparente ambiguidade: ela é tanto heroína quanto vilã, porque transita nos extremos num só corpo. Este, soberbamente modelado por músculos, lhe empresta um status de supermulher. Esta imagem, no entanto, é alvo de repulsa, tanto no contexto das lutas e fora dele, justamente pela invocação de masculinização. Desse modo, percebe-se que essas imagens de mulheres lutadoras publicadas na revista *Tatame* e nos sites esportivos, nos dizem algo sobre as formas convencionais de representação da mulher, carregando também mensagens sobre as relações de gênero e representações da diferença.

Halberstam (1998) frisa que mesmo mulheres engajadas em esportes considerados “extremamente masculinos”, como boxe ou halterofilismo, tentam evitar atrair atenção para a masculinidade potencial conectada ao que praticam. Para ele, o temor social de uma “redução de feminilidade” é mais poderoso do que o medo de graves lesões físicas nestes esportes. Como exemplo, o autor nos conta o caso de um pai de atleta que tinha mais medo da masculinização de sua filha do que da possibilidade de possíveis lesões que ela poderia sofrer durante suas competições de luta.

Uma suposta e não-autorizada masculinidade parece ameaçar estes corpos femininos, levando-os para as sombras da abjeção, onde são vistos como “incompreensíveis”, pois seus corpos não são “inteligíveis”. “Corpos inteligentes” são aqueles que se constroem e mantêm a coerência e a relação continua entre sexo, gênero e desejo (BUTLER, 2003, p. 38) – o oposto dos corpos destas atletas. Eles não são “inteligíveis” porque o “sexo natural” parece não estar “coerentemente” incorporado no gênero esperado.

O que parece estar em jogo nos casos que analisamos é que as mulheres são vistas como se houvesse uma lacuna entre corpo/sexo e gênero social. Entretanto, cabe indicar que esta classificação binária – homem/mulher – não é simples; ela depende do pressuposto de uma relação entre vagina e feminilidade, uma feminilidade heterossexual; e entre pênis e masculinidade heterossexual. Mas, como comenta Anne Fausto-Sterling,

Nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre diferenças sexuais. Quanto mais buscamos um suporte simples para o sexo, mais se torna claro que “sexo” não é uma categoria puramente física. Tais sinais e funções corporais que definimos como masculinas ou femininas se encontram misturadas com nossas ideias sobre gênero. (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 19).

Isto se alinha com a teoria de Halberstam (1998), que indica que ideais de masculinidade e feminilidade são incorporados discursivamente e performativamente. A masculinidade, como construção social, não é privilégio de “machos”, não sendo apenas um atributo de homens; ela não deve ser determinada pelos genitais ou pelo corpo. Muitos corpos, marcados como sendo “de mulheres”, performatizam várias formas e experiências de masculinidade, desde as mulheres que viveram como homens durante os séculos XVIII e XIX, até es transgêneres na contemporaneidade, os drag kings e a cultura “sapatão”.

Nesta chave interpretativa, a masculinidade feminina é vista como uma transgressão às expectativas de gênero ao longo da história, um desvio de uma “autenticidade natural” pré-determinada, uma paródia, uma ameaça. Tal é o caso que apresentamos aqui; como identificamos, Cris Cyborg expressa uma masculinidade feminina, uma questão que se entrelaça a diferentes perspectivas sobre masculinidades para além dos homens.

Corpos em construção

Outro aspecto do debate que aqui travamos está ligado à noção de corpo como capital, desenvolvida por Malysse (2002). Esta idéia nos ajuda a entender a manipulação social e o gerenciamento dos corpos feitos pelos lutadores e pelos bodybuilders, cujo resultado é a incorporação de diversos valores relacionados à aparência física. A corporalidade se torna um tipo – como um conjunto de regras a ser aplicado a cada corpo — e precisa ser exibido em espaços que garantam visibilidade a este corpo construído, “espaços corpóreos”, tais como academias de ginástica, campeonatos e praias. Malysse sugere a existência de um “corpo virtual”, apresentado pela comunicação de massa, preparado para ser traduzido em imagens e se tornar uma mensagem sobre o capital corporal individual a ser desejado – um capital corporal normalizado, uma mensagem-norma.

Para César Sabino (2002), há uma estética corporal em vigor nas academias que valoriza a prática do cultivo muscular progressivo, indicando o quanto o anabolizante faz parte do processo de construção social da pessoa nesses ambientes. Ele opera com a noção de “andolatria”, tida como uma adoração, - tanto por parte de homens quanto de mulheres marombeiros”, dos princípios morais e éticos da masculinidade hegemônica, considerados como símbolos de superioridade e sucesso econômico” (p.144). Acrescentaríamos: e também estético.

Edmonds (2002) sinaliza a transformação de uma noção de corpo como “obra da Natureza divina”, dado de nascença, para o corpo como trabalho, uma transformação que, em princípio, parece estar ao alcance de todos e todas. Nesta chave interpretativa, a aparência é associada à auto-estima, do que deriva que a busca de uma boa aparência, e, portanto, da beleza, está relacionada à busca do bem-estar psíquico. Então, beleza seria saúde, enquanto feiúra seria doença. Ambos precisam ser não só alcançados por via de muito trabalho e abnegação, mas mantidos, dependendo, assim, de qualidades pessoais.

Tentando comparar as noções de beleza tal com entendidas nos Estados Unidos em comparação com o Brasil, Edmonds considera que enquanto no primeiro a beleza é encarada de forma política, como uma área que reflete a desigualdade social subjacente, e particularmente a desigualdade racial, no Brasil a percepção da beleza parece estar ligada a uma problemática mais individual. Entretanto, se levamos estas considerações para o campo das lutas e das academias, parece ser correto supor que há alguma relação entre desigualdade e considerações sobre beleza e feiúra corporal. Assim é que o corpo fraco, deteriorado, marcado, pode ser associado ao corpo pobre, sem investimento em sua beleza/força. Este investimento de tempo e dinheiro para atingir um ideal corporal determinado é um aspecto de uma busca mais ampla, de inserção social. Como afirma uma informante do autor, “se a garota da classe média pode ser sarada, pode botar peitão, então eu também tenho direito!”.

Entretanto, se esse modelo de beleza reforça o apelo-fetiche da hipermusculosidade para os homens, no caso das mulheres a operação se desdobra de forma diferente:

socialmente, para ela, exibir músculos considerados excessivamente endurecidos, beirando a insidiosa masculinização, não é belo – ela vira uma espécie de aberração ou “monstra”. Assim, ficar forte não é igual a ficar bonita. Porém, por outro lado, ficar flácida também não é uma opção, pois equivale a ficar feia, e ser desvalorizada esteticamente.

Como conclusões provisórias, avançamos algumas reflexões sobre noções correntes sobre corpo, gênero e beleza no circuito de esportes analisado, e para além dele. Neste sentido, frisamos a associação dominante entre virilidade e masculinidade, indicando a necessidade de aprofundar os estudos sobre performances de gênero, como Butler sugere. E se esportes como as artes marciais apresentam uma virilidade icônica, conectada ao combate, à violência, à frieza emocional e à tolerância à dor e a ferimentos, a presença de mulheres parece ameaçar esta configuração.

Tal presença instala uma contradição. De um lado, todas as referências a atletas mulheres são feitas através de expressões viris, evocando sua disposição de lutar. De outro, como apontamos, piadas sexistas e apelidos direcionados a elas expressam a dominante perspectiva misógina. Esta perspectiva tem um alvo: aqueles corpos insubmissos, mesmo que reconhecidos como corpos feitos para o esporte, não podem servir como inspiração. No esporte, a heteronormatividade vence (Jardim e Pelúcio, 2021).

Neste cenário de lutas binaristas, dois conceitos guiaram nossa análise: “performatividade”, como um discurso que incorpora gênero; e “abjeção”, indicando que estas normas de gênero, mesmo se continuamente reiteradas, podem “falhar”. E quando isto ocorre, os corpos que não correspondem a estas normas são relegados à perigosa zona da não-humanidade.

Todavia, se este modelo de beleza corporal reforça o fetiche da hipermasculinidade direcionado aos homens, para as mulheres ele inspira outro movimento: a idéia de que a apresentação social de músculos considerados excessivamente rígidos não é algo bonito; caso elas os tenham, elas se tornam “anormais”, “monstros”. Para elas, enfim, ser forte não equivaleria a ser bonita; e, ao mesmo tempo, ser flácida e macia seria o equivalente a ser feia.

Neste contexto, os meios de comunicação, e particularmente aqueles especializados em esportes, tais como a revista *Tatame*, mostra a contradição que identificamos, de encorajamento e reafirmação de padrões de gênero e heteronormatividade, e as diferentes experiências performatizadas pelas e pelos atletas e seus corpos na arena dos esportes. Vitória, derrota, violência, maciez, rigidez, força ou fraqueza são apresentados diferentemente dependendo de qual corpo está em jogo.

Porém, como dissemos, as tensões entre corpos que não performatizam o binarismo tradicional homem/mulher também fazem parte da cena, sendo exibidos também pelas revistas. Mas a forma que eles escolhem apresentar estas complexidades tende a amplificar e reforçar o pensamento binário sobre gênero, tanto no esporte quanto, mais amplamente, na sociedade. De forma similar, o consumo de esteróides por atletas também é apresentado de forma ambígua; afirma-se que atletas “de verdade, éticos” não devem sequer pensar em usar nada que “artificialmente” dê a eles ou elas mais força, e, assim, mais possibilidade de vitória. Mas as mesmas revistas, e a mesma sociedade, glorificam um corpo extraordinariamente cheio de músculos, hiper rígido, e associam esta forma “gloriosa” aos homens. Ao mesmo tempo, e até mesmo na mesma página, é dito que os esteróides podem fornecer este corpo desejável a todes, independente de seu sexo “natural”, e que aqueles que usam esteróides estão fundamentalmente mentindo sobre si mesmos e sobre seus corpos.

Para finalizar, talvez se possa pensar em um processo em curso de virilização da beleza, no qual ingerir Testosterona é gerir sua própria virilidade. Isto é interpretado socialmente, por sua vez, como masculinização. Seja como anabolizante para hipermusculosidade, como reposição na velhice ou como recurso para garantir a transexualidade masculina, o uso de hormônios é tomado como algo que amplia ou revela características do corpo que estavam enfraquecidas. É uma busca para a exposição do que se deveria ser ou se gostaria que fosse, uma possibilidade de reformulação de si, uma nova agência, ainda que não seja completamente uma autonomia plena, emancipada dos constrangimentos causados pelos diversos marcadores sociais presentes nas experiências dos indivíduos. O fetiche do corpo musculoso dialoga, portanto, de um lado, com a busca de uma apresentação de si desejável e de outro atualiza velhas dualidades que aproximam o masculino da força e o feminino da fraqueza.

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

CARRARA, Sergio; RUSSO, Jane; FARO, Livi. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. *Physis*, v. 19, p.659-677, 2009.

CECCHETTO, F.; MORAES, D. R.; FARIAS, P. S., “Distintos enfoques sobre esteroides anabolizantes: riscos à saúde e hipermasculinidade” (Distinct approaches towards anabolic steroids: risks to health and hyper masculinity), *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 41, pp. 369-382, April-June 2012. In: <https://www.scielo.br/j/icse/a/LMJzJtcGJvWnhGkWRFRdqxq/?format=pdf&lang=pt>

CLARKE, Adele; SHIM, Janet; MAMO, Laura; FOSKET, Jennifer Ruth; FISHMAN, Jennifer. Biomedicalization: technoscientific transformations of health, illness and US biomedicine. *American Sociological Review*, v. 68, 2003, p. 161-194.

CONNELL, R; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: InVerso, 2015.

EDMONDS, Alexandre. No universo da beleza: notas de campo sobre cirurgia plástica no Rio de Janeiro. In: Goldenberg, Mirian. (org.) *Nu & Vestido: Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro, Record, 2002, p.414.

FARIAS, P. S.; CECCHETTO, F.; PEDROSO DA SILVA, P. R.,”Homens e mulheres com H(GH): gênero, masculinidades e anabolizantes em jornais e revistas de 2010” (Men and women with a "Plus": Gender, masculinities and steroids in newspapers and magazines in 2010). *Cadernos Pagu* (42), jan-jun 2014, <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420417>

FARO, Livi. “*Mulher com bigode nem o diabo pode*”: Um estudo sobre testosterona, sexualidade feminina e biomedicalização. Tese de doutorado (Saúde Coletiva). Universidade do Rio de Janeiro, 2016.

- FARO, Livi; CHAZAN, Lilian; ROHDEN, Fabiola; RUSSO, Jane. Homem com “H”: ideais de masculinidade (re)construídos no marketing farmacêutico. *Cadernos Pagu*, n. 40, p.287-321, 2013
- FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, n. 17-18, p. 9-79, 2002.
- HALBERSTAM, Jack *Female masculinity*. Durham: Duke University Press, 1998.
- JARDIM, Juliana; PELÚCIO, Larissa. Nocaute de gênero: masculinidade feminina nas artes marciais mistas (MMA). In: DEVIDE, Fabiano P.e BRITO, Leandro,T. (orgs). *Estudos das masculinidades na educação física e no esporte*. São Paulo: Nversos Editora, 2021.
- KLEIN, Alan. *Little Big Men: Bodybuilding Subculture and Gender Construction*. State University of New York Press, Albany, 1993. Index. pp. 326. \$US16.95.
- LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis, Vozes. 2011.
- MALYSSE, Stéphane. Em busca dos (H)alteres-ego: olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca. In: GOLDENBERG, Mirian (org.). *Nu e vestido: 10 antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p.79-138.
- MOSSE. George. *The Image of Man: The Creation Of Modern Masculinity*. New York Press, Oxford University Press, 1996.
- PRECIADO, Paul Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: N-1 Edições, 2014, 224.
- PRECIADO, Paul Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid, Espasa, 2008.
- Revista Tatame. Bela, destemida e do tatame. N.241, Agosto de 2016, pag. 24-33
- Revista Tatame. Cyborg em foco. N.244, Janeiro de 2017 pag. 25-33
- SABINO, C. Anabolizantes: Drogas de Apolo. In: GOLDENBERG, M. et all. *Nu e Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p.139-188.
- TRAMONTANO, L. “*Testoterona: as múltiplas faces de uma molécula*”. Tese de Doutorado. IMS/UERJ, Rio de Janeiro. Maio de 2017.

A COR DA DOR: VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JOVENS NEGROS E A SAÚDE DE MÃES ÓRFÃS DO ESTADO

Lilian Angélica da Silva Souza
Paulla Lima Toledo
Priscila Fernandes da Silva

Introdução

O objetivo deste ensaio é discutir sobre a relação entre racismo, violência policial e a saúde de mulheres que são mães e tiveram seus filhos, jovens negros, assassinados por agentes do Estado. Partimos do pressuposto de um contexto sócio-político, econômico e cultural que, sob o ideário capitalista, privilegia a proteção das classes abastadas, ao passo que subjuga a classe trabalhadora à toda sorte de punições, em razão de uma condição de subalternidade. Nesse cenário, a questão racial ganha destaque, tendo em vista que:

A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] queremos explicitar que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA 2019, p.20-21).

Desse modo, no primeiro momento, refletimos a respeito de como a juventude negra é alvo prioritário da truculência e abordagem policial, considerando, em especial, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Apontamos as ambiguidades presentes no discurso, no aparato legal e no agir profissional de agentes que representam o Estado, quando, ao pautar a segurança e proteção dos indivíduos não as assegura, ou pior, podem agir para a sua completa dissolução.

Em seguida, tecemos considerações sobre os impactos na saúde de mães na favela, que tiveram seus filhos vitimados pela violência policial. Ponderamos acerca dos recursos públicos disponíveis para atendimento das necessidades dessas mulheres, e de como essa atenção tem sido oferecida, sobretudo por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), no território periférico.

Concluimos que a conjugação de discriminação racial, de gênero, de território e de classe, com o preconceito sobre a cultura e o povo da favela, tem sustentando o racismo institucional e o racismo ambiental que estão na base da violência policial contra jovens negros e contribuem para tornar órfãs do Estado, as mães que ficaram órfãs de seus filhos vitimados pela intervenção estatal.

O decreto de suspeição do jovem negro

O Brasil é marcado por uma formação sócio-histórica, que tem como herança o genocídio de grande parte da população negra. Homens e mulheres foram escravizados por quase quatro séculos e dizimados, sob justificativas ideológicas e pseudocientíficas. Esse traço de extermínio, patrocinado e executado pelo aparelho do Estado, repercute, desde a diáspora africana até os dias atuais, sobre a vida de famílias negras.

De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares, Lei nº 443, de 1º de julho de 1981, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é uma instituição de caráter permanente fundamentada com base na hierarquia e na disciplina, sob as quais atua no policiamento ostensivo para manter a ordem pública e sustentar a missão de “servir e proteger” (BRASIL, 1981).

Os filhos da classe trabalhadora, em especial meninos negros, já nascem em suspeição criminal porque são vistos socialmente como potenciais criminosos, o que os condicionam em seu modo de viver em sociedade. Esses adolescentes passam pela fase de desenvolvimento de forma diferente dos meninos brancos, uma vez que o local onde praticam esporte, as músicas que ouvem suas relações, os espaços de diversão, entre outros, são criminalizados. Parte desse período também pode ser vivenciada de modo precoce, pulando “etapas” até a fase adulta.

A sujeição criminal é o processo social pelo qual identidades são construídas e atribuídas para habitar adequadamente o que é representado como “um mundo à parte”, o “mundo do crime”. Há sujeição criminal quando há reprodução social de “tipos sociais” representados como criminais ou potencialmente criminais (MISSE, 1997, p. 66).

Considerando a existência de uma imagem suspeita, um lugar suspeito, uma roupa suspeita, uma companhia suspeita, forma-se a ideia de adolescente suspeito para o crime. Por isso, compreendemos que o fenótipo, as vestimentas, as relações que os jovens estabelecem, e locais que frequentam são fundamentais para apreender no cotidiano da PM os fatores que os levam a adotar essa abordagem, segundo eles, mais duras. Isso expressa o que conhecemos como racismo ambiental que:

É uma violação dos direitos humanos e é uma forma de discriminação causada por governos e políticas do setor privado, práticas ações ou inações, que intencionalmente ou não, agridem o ambiente, a saúde, a biodiversidade, a economia local, a qualidade de vida e a segurança em comunidades (SEGUEL, 2013 apud FILGUEIRA, 2021, p. 189).

A Constituição Federal de 1988 determina que é:

Dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê em seu capítulo II que as crianças tenham direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, uma vez que são sujeitos de direitos, incluindo a preservação da sua integridade física, psíquica e moral, sendo dever de todos zelar por isso (BRASIL, 1990). Porém, a realidade de muitos meninos negros é de estarem inseridos no mercado informal de trabalho, a fim de garantir suas condições mínimas de subsistência e da sua família.

Isso quer dizer que, enquanto crianças brancas crescem brincando, as negras seguem trabalhando, o que nos remete ao livro de Neusa Santos Souza (1983), “Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”. A autora afirma que: “A história da ascensão social do negro brasileiro é [...] de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação” (p. 48). Para ela, o tripé cor, ideologia do embranquecimento e democracia racial é que produz as condições para o negro “tornar-se gente”.

Pensar em quem são esses adolescentes que compõem esse grupo a partir do recorte racial, requer considerar sua subjetividade, mas também a objetividade da violação de seus direitos. Assim, o processo de suspeição de adolescentes negros é observado a partir das permanências da história da população negra que foi escravizada no Brasil, e os transformou em corpos cativos e matáveis.

A violência é um fenômeno multifacetado, que atinge os indivíduos de variadas formas, distintos grupos étnico-raciais e nacionalidades. Entretanto, indiscutivelmente, ela tem como alvo privilegiado “a carne mais barata do mercado”, que é a carne negra. Nesta direção, a violência letal de jovens negros no Brasil precisa ser problematizada. A banalização desta questão na sociedade se constitui como uma das mais cruéis expressões de desumanização. O imaginário social que torna esses corpos perigosos justifica os atuais indicadores sobre a vida deste público.

É fato que homens jovens, sobretudo negros e periféricos, são os principais alvos dos agentes policiais. A cada 100 jovens mortos, entre 15 e 19 anos, 39 foram vítimas de violência letal. Na faixa etária de 20 a 24 anos, a cada 100 jovens mortos, 38 foram vitimados por homicídios, e, entre 25 a 29 anos, a conta é de 31 mortos por homicídio. Dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil no ano de 2019, 51,3% foram de jovens, contabilizando uma média de 64 assassinados ao dia. A partir da década de 1980 quando as taxas de homicídio crescem no Brasil, torna-se explícito que a maior parte vitimada é a população negra, cujos óbitos podem ser 2,6 vezes maiores do que da população não negra (CERQUEIRA et al. 2021).

Esse genocídio autorizado pelo Estado repercute na expectativa de vida do homem negro. Embora a expectativa de vida da população negra do Brasil, de forma geral, tem crescido, ainda é significativamente inferior em relação à população não negra. Por isso, “é necessário que existam iniciativas capazes de dar conta da melhoria das condições de vida do acesso de afrodescendentes aos direitos humanos” (BORBA, 2006, p.8).

Trata-se de questões que refletem um conjunto de desigualdades socioeconômicas no país, como a falta de oferta de serviços públicos com qualidade para os indivíduos. Borba (2006) afirma que, em 2000, a expectativa de vida dos homens negros era de aproximadamente 63 anos, cerca de 5,3 anos a menos que para homens não negros. Segundo o autor à época, “tanta desigualdade levará 20 anos para ser sanada” (p. 8). Após mais de 20 anos, essa realidade parece não ter sido alterada.

Além disso, o homem negro é constantemente monitorado em todos os espaços onde se faz presente como potencial ameaça. Os adolescentes, apesar da tenra idade, são submetidos a um elevado risco, seja pelo aliciamento por parte do tráfico de drogas, seja pela vitimização precoce por parte da polícia.

Nas favelas, a presença violenta desses agentes também pode traduzir a ausência estatal em garantir direitos da população, como a assistência social, a saúde, a educação, entre outros. No entanto, “no asfalto”, as ações policiais parecem receber um papel mais pacífico e humanitário. As classes sociais mais abastadas exigem o aumento do efetivo policial nos bairros, visando o papel de repressão, apreensão e, quando necessário, de “punição” de criminosos, incluindo os jovens “infratores”. Disso resulta, muitas vezes, os altos índices de letalidade juvenil e a subnotificação policial destes dados.

De modo geral, no interior das favelas, nem sempre é respeitado o mandato de busca e apreensão. A polícia entra nas residências e estabelecimentos fazendo uso da força. Por isso, assistimos com frequência, as operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro, que resultam em abordagens violentas e mortes. O Instituto de Segurança Pública (ISP), analisou um terço de todas as mortes violentas em 2022 em operações nas favelas do Rio de Janeiro, que atingiram 1.327 pessoas, cinco vezes mais do que o estado de São Paulo.

Estes números também alcançam crianças e adolescentes, como os exemplos de: João Roberto, morto em julho de 2008 no carro da família, aos três anos de idade, quando foi metralhado por policiais militares que perseguiam pessoas em outro carro; Ágatha Marques dos Santos, 11 anos, baleada e morta na Rocinha, quando estava na companhia de seu pai; Marta Cristina da Silva, 14 anos, grávida, assassinada em um tiroteio no Engenho da Rainha; Adrielle dos Santos, 10 anos, atingida na cabeça por uma bala perdida na noite de Natal, em Piedade, no ano de 2013; Ana Beatriz Sá, cinco anos, morta em 2016, no município de São Gonçalo, por uma “bala perdida”, enquanto brincava com amigos na varanda da casa de seu tio; Arthur, morto em 2017, baleado dentro da barriga da sua mãe, no município de Duque de Caxias; Agatha Felix, oito anos, atingida por um tiro de fuzil em suas costas, na Fazendinha, no Complexo do Alemão; João Pedro Matos Pinto, de 14 anos, baleado e morto durante uma operação no complexo do Salgueiro em São Gonçalo, em uma ação da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), em 2020.

Por fim, na data em que foi comemorado 33 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 2023, o menino Djalma Clemente, com 11 anos de idade, pessoa com deficiência, foi baleado pela Polícia Militar no município de Maricá, Rio de Janeiro, vindo a óbito. Na maioria das vezes, os policiais alegam a ocorrência de troca de tiros, o que foi negado por familiares do menino, neste caso.

Temos uma instituição, que, desde sua gênese, assegura os interesses da classe dominante e isso foi pulverizado até os dias atuais. A própria bandeira da Corporação traz o símbolo da Coroa Imperial, ilustrando a sua parcialidade. Como reflexo, o policial militar pode incorporar para si o papel do judiciário, condenando o adolescente sem ter passado pelo juiz.

Nesse cenário, adolescentes negros têm seus direitos violados quando são vítimas de abordagens arbitrárias e/ou com uso de técnicas e instrumentos proibidos para essa faixa etária, a exemplo de algemas. Entre os artigos 171 a 190 do ECA, em especial o 178, estão descritas as formas como o adolescente deve ser tratado nos casos de ato infracional, sendo encaminhado/a imediatamente à autoridade competente em condições que preservem sua

integridade física e emocional, o que nem sempre é feito. Todavia, a reação à essa arbitrariedade tem crescido, principalmente através de gravações de imagens enviadas aos meios de comunicação, expondo e repreendendo os excessos da PM.

No imaginário desse militar, a “eliminação do bandido” significa o aumento da segurança pública. Aqui, se desconsidera o processo estrutural que forma os indivíduos. Tem-se em vista apenas as ações momentâneas: a causa – roubo, e a consequência - prisão ou morte, por exemplo.

[...] esta moralização é indissociável da prática de servir e proteger e que “o tipo policial ‘justiceiro’ e solitário na defesa extremada do bem maior, encarna a percepção paranóica de que cada ocorrência criminosa ou potencialmente criminosa seria uma espécie de juízo final entre polícia e ‘bandido’” (MUNIZ, 1999, p. 208).

A Polícia Militar adentra jovens para o combate, que devem entender que: “Conflitos, portanto, devem ser minimizados ou quando sua conciliação for impossível, fortemente reprimidos e extintos, por se constituírem em ameaça potencial a todo o ordenamento social” (KANT DE LIMA, 1995, p. 82). Caso haja necessidade, devem abater o inimigo, que tem um corpo específico. O policiamento ostensivo tem um alvo, mesmo com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que pregam a polícia de proximidade. O combate é inerente a este tipo de trabalho. Da Silva (2014) define que a raiz do militarismo é intrínseca ao movimento de guerra.

Essa ideia de que a polícia deve ser heroica e que o confronto mano a mano é que é o modelo ideal do trabalho policial deixa de levar em consideração exatamente aquilo que é a superioridade do Estado: a sua política de proteção a população de maneira geral, o que inclui, certamente, policiais e transgressores, mas também transeuntes, inclusive crianças e seus acompanhantes. Se esta política fosse claramente definida, impediria qualquer tiroteio, não só em praça pública da zona sul do Rio de Janeiro, como em qualquer outro espaço da cidade, eleita como o espaço público por definição, que cabe à polícia administrar em ordem (KANT DE LIMA, 1995, p.3).

Elucidando a natureza contraditória do Estado, temos um órgão público, destinado a proteger pessoas e o patrimônio, representado, majoritariamente por homens negros, que ceifam vidas negras e seu patrimônio, e são mortos por homens negros. Assim, há uma concepção geral de que a Polícia Militar é a que mais mata e, por consequência, é a que mais morre. Nas palavras de Cruz (2020), isso se deve à desumanização da população das favelas, que, historicamente, é reconhecida sem direitos, requerendo uma igualdade jurídico-formal. Essas regiões são marcadas pelo medo, que é provocado pela necropolítica (MBEMBE, 2018).

Tudo isso atinge não apenas os adolescentes, mas também as suas famílias, como veremos a seguir, a exemplo da “mãe de bandido” que também é marcada pela violência e pelo racismo institucional, culminando no seu adoecimento psíquico. Portanto, é bastante perversa a lógica de vida da juventude negra e pobre, que precisa conviver sobre o controle do Estado em razão de sua condição de raça e classe social, em um momento inicial da vida que pode ser o último.

A saúde de mães na favela

O racismo é um sustentáculo do projeto de sociedade burguês, mantido a partir do extermínio da população negra, em especial, através do homicídio de jovens de 15 a 29 anos do sexo masculino. Esse mecanismo de controle dos jovens negros tem como uma consequência, impactos diretos e indiretos na saúde física e mental das mulheres mães dos jovens vitimados.

A categoria “Movimento de mães de vítimas do terrorismo do Estado” foi trabalhada por Cruz (2020) em sua dissertação de mestrado na qual demonstrou que movimentos sociais, coletivos e organizações compostas por mulheres-mães se articulam na luta por justiça por seus entes vitimados pela violência do Estado, mas também em seus próprios territórios na demanda por memórias e direitos para a garantia da vida.

A discussão sobre a política de saúde voltada para a assistência de familiares vitimados pela violência do Estado ainda é pouco abordada. Por isso, é de extrema relevância o debate acerca do tema visando uma análise crítica a partir dos marcadores racial, de classe e de gênero, que ilustram refrações da “questão social”, e são atravessados pela criminalização da pobreza, especialmente dos moradores de favelas e periferias. Daí a relevância de compreender o adoecimento dessas mulheres e as possibilidades de acesso aos serviços públicos porque essa intervenção estatal acomete o corpo e a subjetividade das mães, sendo percebidos pelos índices/casos de hipertensão arterial, diabetes, sofrimento psíquico e, em alguns casos, morte por depressão (PASSOS, 2019; 2020; 2021).

Conforme a Síntese dos Indicadores Sociais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2018, no Brasil, mais de 7,8 milhões de residências são chefiadas por mulheres negras, onde 63% delas estão abaixo da linha da pobreza. São dados que denunciam o grau de vulnerabilidade socioeconômica, sob o qual este público está exposto, submetido a condições precárias, a empregos mal remunerados e às múltiplas formas de violência.

Ao criminalizar a pobreza, o Estado passa a dar o tratamento político a tal situação como um Estado caritativo, que não desenvolve políticas públicas efetivas para que os cidadãos tenham uma vida plena e com seus direitos garantidos, mas promove políticas sociais fragmentadas, seletivas e limitadas, disponíveis para aqueles que se encontram em extrema miséria. Quando ele passa a assumir o caráter de Estado Penal, suas práticas se traduzem em formas deliberadas de punições e moralização da vida (WACQUANT, 2003).

Tal escolha política se reflete nos índices de extermínio e encarceramento da população negra, em que as mortes e prisões que ocorrem não atingem todos os grupos de forma homogênea e sim um perfil explícito da população. Portanto, o que queremos destacar é que o racismo institucional que se encontra na dimensão estrutural da Polícia Militar, favorece que este agente negligencie as ações de proteção para todos os indivíduos, devido ao seu caráter organizativo, político, prático e normativo, que resulta em tratamentos desiguais.

De acordo com Werneck (2016), o racismo institucional tem como principal característica a garantia da exclusão seletiva de grupos raciais subordinados. O Estado realiza a renúncia e o descaso no trato com as vidas negras por meio do racismo institucional, rompendo de forma drástica e definitiva com um direito fundamental: o direito à vida, concebido no artigo 5º da Constituição Federal.

Dessa forma, o encarceramento e o assassinato pelas forças policiais do Estado são “aceitos” por parte da sociedade, justamente pelo fato desse processo atingir especialmente

jovens negros moradores da periferia, na ocasião em que a organização espacial e racial da sociedade mostra-se totalmente compatível com o funcionamento regular do capitalismo (ALMEIDA, 2015).

Conforme Farias (2007), moradores de favelas e periferias são interpretados como um grupo com expressa autorização estatal para “matar ou deixar morrer”, a fim de que a paz possa chegar ao outro lado da cidade. Assim, o grito: “A polícia mata o pobre, a justiça vem e encobre” traduz para a linguagem de protesto uma denúncia da participação de diferentes instâncias estatais no processo de transformação dos moradores de favelas em uma população “matável” (p. 154). Nesse sentido, a categoria território é pertinente para elucidar as diversas discussões que caracterizam espaço favelado e periférico como um “lugar de negro” (GONZÁLEZ e HASENBALG, 2022). A importância desta análise está no fato de que o território pode ser considerado um fator criminalizante para a legitimação da violência letal contra as pessoas que vivem nesses lugares.

E de que modo isso atinge a saúde das mulheres-mães dos jovens violentados? Pereira (2019) nos dá uma pista, quando aponta como a medicalização é feita sobre o corpo das mulheres, mostrando a relação que se estabelece com o adoecimento deste público.

O aumento expressivo de psicotrópicos e ansiolíticos por usuárias da rede de saúde pública brasileira nos aponta para que as consumidoras sejam, em sua maioria, mulheres pobres e negras, a quem o Estado não chega pelas políticas públicas de assistência, saúde, educação, trabalho, cultura e lazer, mas a quem rapidamente apresenta seus braços através de instituições asilares e alto índice de uso de medicamentos. Mulheres que vivem as duplas jornadas de trabalho, e que são, atualmente, as principais chefes de família, responsáveis pelas crianças, doentes e idosos. Mulheres que, quando habitantes de territórios de favela, vivenciam a violência cotidiana e acompanham seus filhos vítimas diretas ou indiretas do tráfico ou do Estado repressor e apenas encontram o remédio psiquiátrico como resposta em serviços públicos cada vez mais sucateados e precarizados (PEREIRA, 2019, n.p).

Estamos, portanto, falando de mulheres que, muitas vezes, são impactadas com a mutilação e/ou morte de seus filhos e não recebem o devido acompanhamento de saúde, podendo sucumbir em meio à luta por direitos, pela verdade e pela responsabilização dos agentes da violência letal. Em junho de 2021, Aline Souza Santos faleceu em decorrência de um quadro de AVC. Era mãe de Thiago Conceição, morto dentro de casa, em uma operação policial denominada “Coalizão pelo bem”, no Morro da Fé, zona norte do Rio de Janeiro. Após a morte de seu filho, Aline desenvolveu um quadro depressivo e, ao completar um ano da morte de Thiago, sem ter iniciado as investigações do caso, a mulher, de 42 anos, teve um quadro de Acidente Vascular Cerebral (AVC) e veio a óbito. (CORREIA, 2022)

Outra mãe que morreu em decorrência do sofrimento psíquico causado pela perda de um filho vitimado pelo Estado, segundo suas companheiras de luta, foi Janaina Soares, mãe de Christian Soares, 13 anos, assassinado em 2015. Ela se tornou membro do Coletivo “Mães de Manguinhos”, que fica na zona norte do Rio de Janeiro, e, devido à sua perda, desenvolveu um quadro de depressão. Em 2018, após a notícia da morte de mais um jovem em Manguinhos, não resistiu às seis paradas cardíacas (CRUZ, 2020).

Em seu texto “Racismo, Violência e Sofrimento das Mulheres Negras: diálogos a partir de Heleieth Saffioti”, Passos (2019) afirma que jovens negros estão sendo eliminados e mulheres negras sendo atingidas pela mesma lógica que naturaliza o corpo negro que pode ser morto, violentado e desassistido. Isso porque a única resposta que essas mulheres

recebem após as mortes de seus filhos é a desassistência daquele que é, ao mesmo tempo, responsável pelo seu adoecimento: o Estado.

Por essa razão, é que essas mulheres podem ser violentadas até mesmo durante um atendimento recebido em algum serviço público de segurança e/ou de saúde pública, quando da queixa formal de abuso de poder ou outra arbitrariedade cometida por um representante estatal. Nos serviços de saúde, os acompanhamentos para mães que tiveram seus filhos vitimados por agentes do Estado nem sempre são realizados com equidade. Muitas delas relatam que não conseguem chegar às unidades de saúde locais para verbalizar seu sofrimento e solicitar acompanhamento psicológico, com receio de serem apontadas como a mãe do “bandido”, vindo a receber apenas uma medicação e retornar para casa.

Irone Santiago teve que voltar a trocar a fralda de seu filho de 29 anos de idade. Em fevereiro de 2015, Vitor retornava com amigos em um carro após o jogo do Flamengo e o veículo foi alvejado por militares do Exército Brasileiro. Segundo eles, o motorista não respeitou a sinalização para parar e seguiu em frente. Vitor levou dois tiros, ficou paraplégico e teve uma perna amputada. Irone abalada psicologicamente com o estado de seu filho procurou diversas vezes Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e hospitais, mas nunca teve acompanhamento terapêutico, recebendo apenas indicação para fazer uso de medicamento controlado. “O Estado mutilou meu filho e me deu um Rivotril”, afirma ela. (MENEZES, 2019).

A Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 institui a Rede de Atenção Psicossocial para as pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Já a Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008, cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Por meio desses instrumentos, temos o respaldo para o atendimento e acompanhamento psicossocial da população e das mulheres vitimadas pelo Estado, que, em muitos casos, não se efetiva devido a oferta de serviços de saúde subfinanciados ou desfinanciados. Parte disso se deve à Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que congela os investimentos públicos sociais até 2036.

Particularmente em relação à saúde mental, as políticas públicas direcionadas à população negra têm, em grande medida, se baseado na patologização, medicalização, encarceramento e morte. Como contraponto, temos a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) instituída no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, cuja luta pela sua devida implementação faz parte do compromisso da sociedade organizada e do Movimento Negro por ações de promoção da saúde, cuidado em saúde referenciado no território, incluindo as pautas das mulheres negras, visando:

- Fortalecimento da atenção à saúde mental das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos negros, com vistas à qualificação da atenção para o acompanhamento do crescimento, desenvolvimento e envelhecimento e a prevenção dos agravos decorrentes dos efeitos da discriminação racial e exclusão social;

- Fortalecimento da atenção à saúde mental de mulheres e homens negros, em especial aqueles com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas (BRASIL, 2013).

Feministas negras chamam a atenção para o histórico apagamento da opressão racial e da desigualdade entre as classes como instrumentos de análise social. Lélia González aponta como o sistema econômico vigente coloca a mulher negra no foco de sua perversidade,

enquanto que, Sueli Carneiro (2003), em suas produções, afirma que elas são desvalorizadas socialmente em todas as esferas da vida. Para Kilomba (2019), é essencial abordar o lugar historicamente atribuído à elas:

Mulheres negras têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o sujeito é o homem negro; um discurso genderizado no qual o sujeito é a mulher branca; e um discurso de classe no qual “raça” não tem nem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria (p. 97).

Nestes termos, a urgência da análise da situação de vida dessas mulheres-mães órfãos do Estado, ultrapassa os limites de um estudo acadêmico ou de uma “demanda não atendida”. Deve considerar, essencialmente, o lugar que elas ocupam na sociabilidade do capital, donde sua origem étnico-racial, como parte de todo o processo sócio-histórico em que foram alijadas de seus direitos básicos e até de sua humanidade, é central. A partir de suas vivências, estas mulheres podem contribuir para a elaboração de políticas de bem-viver, para o acesso - e a sua ampliação - aos direitos sociais, para o enfrentamento de toda forma de opressão e em defesa da vida.

Considerações finais

A construção histórica, política, social e econômica do Brasil é reproduzida e reproduz o racismo estrutural que vivemos. Reatualiza os alicerces e o trauma colonial (KILOMBA, 2019) por meio de práticas e normativas patrocinadas pelo Estado, que geram a invisibilidade e a exclusão de uma parcela da população vista como indesejável. A esse público são oferecidas medidas de controle e de aniquilamento de suas vidas, e/ou políticas públicas fragmentadas e residuais.

O presente texto buscou mostrar que o projeto de extermínio do povo negro tem raça/cor, gênero e classe social específicos, onde a juventude negra é alvo prioritário. Nessa conjuntura, as mães, maioria de mulheres negras, moradoras de favelas, que tem seus filhos mortos em decorrência da ação policial, são desassistidas em sua saúde. Porém, a dor dos corpos negros nunca se dá sem resistência.

A luta de mulheres para resgatar a dignidade e, de certa forma, a humanidade de seus filhos mortos como sujeitos de direitos, é um exemplo disso. Se por um lado, essa luta pode se tornar uma estratégia de sobrevivência, por outro, ela expõe a face de um Estado Penal que mata os filhos e adoce as mães da favela.

O coletivo de mães de vítimas do terrorismo do Estado compõe por todo o Brasil o movimento de luta das mulheres. São mães que tiveram filhos ou familiares assassinados ou mutilados pelos agentes de segurança pública. Muitas transformam o luto em luta, mas algumas sucumbem a vida por causa da dor. A importância desse movimento se revela na pressão pública às autoridades governamentais pela defesa da vida, pela responsabilização dos culpados e memória das pessoas assassinadas. Suas ações podem ser vistas por meio de atos públicos, produção de documentários, em palestras, aulas, seminários e participação em audiências públicas.

Ao longo de muitas décadas, o Movimento Negro tem se empenhado para criar meios de manter vivos o seu povo e a sua história. Nessa esteira, a juventude negra também tem se

organizado por meio da arte, da comunicação, da sua inserção no ensino superior e, principalmente, na afirmação da favela como espaço de resistência.

O enfrentamento do racismo no campo da segurança pública e da saúde passa por essa construção coletiva, tendo como base o antirracismo, bem como a luta antimanicomial e antiproibicionista. Políticas públicas de combate ao racismo são incompatíveis com práticas coloniais. Por isso, a metafórica “guerra às drogas” (LEITE, 2012) requeremos que seja analisada no âmbito da saúde e não apenas como caso de polícia.

Reconhecendo que a nossa sociedade é composta por sujeitos e grupos diversos, atravessadas por opressões que se interseccionam, é urgente pautar políticas direcionadas ao público negro infantojuvenil e de atenção à saúde das mulheres negras da favela, com base nos princípios fundamentais do SUS de universalidade, equidade e integralidade. Ao fazer isso, será possível acenar para um horizonte onde os investimentos em direitos sociais sejam maiores que os gastos com armas e munições, onde a extinção da população negra não seja mais uma ameaça, e mães não fiquem órfãs de filhos e nem do Estado.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Estado, direito e análise materialista do racismo. In: KASHIURA, Celso N. Junior (Org). *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras expressões, 2015.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 1º ago. 2021.

BRASIL. *Lei nº 443, de 1º de julho de 1981*. Dispõe sobre o Estatuto Policiais Militares. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/200605/lei-443-81>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. *Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011*. Dispõe sobre a Rede de Atenção Psicossocial. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. *Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008*. Dispõe sobre Núcleos de Apoio à Saúde da Família – *NASF*. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154_24_01_2008.html. Acesso em: 16 jul. 2023.

BORBA, Judith P.S. *Esperança de vida para brancos e negros*. GT Racismo, nº 6. Pernambuco, 2006. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mppe/gt_racismo_mppe_06.pdf. Acesso em: 16 de jul. 2023

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira.; ALVES, Paloma Palmieri; LIMA, Renato Sérgio; MARQUES, David; SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; LUNELLI, Isabella Cristina; RODRIGUES., Rute Imanishi; LINS, Gabriel de Oliveira Accioly; ARMSTRONG, Karolina Chacon; LIRA, Pablo; COELHO, Danilo; BARROS, Betina; SOBRAL, Isabela; PACHECO, Denis; PIMENTEL, Amanda. Atlas da Violência 2017-IPEA e FBSP. In: *Atlas da Violência 2017-Ipea e FBSP*. 2021.

CORREIA, Ben-hur. **GLOBO.COM**. Mãe de adolescente morre após quadro depressivo. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/06/24/mae-de-adolescent-e-morto-em-operacao-no-rio-ha-um-ano-morre.ghtml> Acesso em: 05 out. 2022.

CRUZ, Monique. “*Aqui a bala come, não tem aviso prévio*”: Favela, necropolítica e a resistência das mulheres-mães guardiãs da memória Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro. 2020.

DA SILVA, Jorge. Militarismo. In: SANSONE, Lívio e FURTADO, Cláudio (Org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2014.

FARIAS, Juliana. Quando a Exceção Vira Regra: Os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. *Teoria e Sociedade*, nº15, p. 138-171, julho-dezembro, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/1916337/Quando_a_exce%C3%A7%C3%A3o_vira_regra_os_favelados_como_popula%C3%A7%C3%A3o_mat%C3%A1vel_e_sua_luta_por_sobreviv%C3%Aancia. Acesso em: 17 jul. 2023.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico*, v. 15, n. 2, p. 186-201, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/69990/37336>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Companhia das Letras, 2022. ISP. Instituto de Segurança Pública. *Segurança em números 2002*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/SN2022_rev.html. Acesso em: 16 jul. 2023.

IBGE, Gov.br. Mulheres chefe de domicílio. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/nucleo/dados/dd_ibge_perfil_mulher Acesso em: 13 mar. 2022

KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro, seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 6, n° 2, p. 15, setembro 2012. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/126/123>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política demorte*. São Paulo: N-1. Edições, 2018. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/download/1562/1433/>. Acesso em: 16 Jul. 2023.

MENEZES, Leilane. *Metrópoles. Senhoras das Dores: as mães que a violência policial despedaçou*. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/maes-que-perderam-seus-filhos-por-violencia-policial-lutam-por-justica>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: Mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e Educação*, v. 2, n. 1, 1997, p. 93-116. Disponível em: <https://xoomer.virgilio.it/leonildoc/pdf/narco1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MUNIZ, Jacqueline. *Ser policial é, antes de tudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4239316/mod_resource/content/0/AULA%206%20-%20C%20-%20MUNIZ%20Jaqueline%20-%20Ser_policial_sobretudo_razao_ser.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia. O lixo vai falar, e numa boa! *Katalysis*, v. 24, p. 301-309, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/77194>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres Negras, sofrimento e cuidado colonial. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 116 – 129, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47219>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia. Racismo, violência e o sofrimento das mulheres negras: diálogos a partir de Heleieth Saffioti. *Revista Lutas Sociais*, v. 23, p. 285-295, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/52172>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PEREIRA, Melissa Oliveira. *Psicofármacos e Mulheres brasileiras: sobre o que nos fala essa relação?* 2019. Disponível em: <https://madinbrasil.org/2019/11/psicofarmacos-e-mulheres-brasileiras-sobre-o-que-nos-fala-essa-relacao/>. Acesso em: 02 set. 2022.

SANTOS, Isadora. *Últimas notícias. Mundo Negro*. Maricá. 14 jul. 2023. Disponível em : <https://mundonegro.inf.br/djalma-de-azevedo-de-11-anos-e-a-15a-crianca-assassinada-em-conflito-na-regiao-do-grande-rio/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001, Revan, 2003.

WERNECK, Jurema. Racismo Institucional e Saúde da População Negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, nº3, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 set. 2022.

QUALIFICAR É A PORTA DE SAÍDA?

Fátima Valéria Ferreira de Souza

Introdução

Este texto parte de inquietações sobre o constante apelo da qualificação profissional como “porta de saída” para os beneficiários de programas de transferência de renda. No Brasil a formação para o trabalho esteve historicamente associada à preparação de mão-de-obra dos mais pobres para atender aos interesses do desenvolvimento industrial. Não é objeto de este estudo resgatar a trajetória do ensino técnico, erroneamente considerado como opção secundária e destinada aos mais pobres. Interessa-nos aqui, a partir de nossas pesquisas sobre os planos de qualificação profissional, implementados no Brasil a partir de meados dos anos noventa, problematizar que esta associação não encontra respaldo nos indicadores de emprego/desemprego, tampouco nos dados disponíveis sobre os tais planos.

As pesquisas baseiam-se em revisões bibliográficas sobre o tema, análises de dados oficiais do governo brasileiro, disponíveis no Portal do FAT, Portal da Legislação e Portal do MEC. Na sequência documentos da OCDE e da ONU, Convenções da OIT e acordos da União Europeia (EU) foram consultados. Além dos cuidados metodológicos que um texto acadêmico exige, acrescenta-se às análises avaliações que resultam de observações participantes considerando a vivência em três momentos e espaços distintos: como secretária executiva da Comissão Municipal de Trabalho e Renda da Prefeitura de Angra dos Reis, onde atuei como assistente social de 1995 a 1998; como docente e coordenadora de projetos de extensão na ESS/UFRJ, a partir de 1998; e como gestora de 2006 a 2011, período em que estive cedida ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ressalta-se que a ausência de pesquisas longitudinais, especificamente de avaliações de resultados referentes à inserção profissional é uma lacuna presente nos planos analisados.

Trabalho e pobreza no Brasil recente

No Brasil, embora a renda do trabalho venha decaindo em termos percentuais em relação à participação no sustento das famílias¹, isso não significa que este tenha deixado de ter centralidade no *modus operandi* das famílias/indivíduos, mas reforça que sua ausência tem relação direta com a elevação das taxas de pobreza e extrema pobreza, que condicionam famílias e indivíduos às condições subumanas de sobrevivência².

Se pensar o trabalho a partir da realidade dos países desenvolvidos já requer esforços no sentido de registrar realidades tão dispare, por exemplo, dentro da zona do euro, pensá-lo em termos globais implica em partir da constatação que os avanços tecnológicos convivem

¹ Segundo Agência IBGE Notícias, com base em dados da PNAD Contínua.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-da-metade-mais-pobre>

² As tendências de redução dos indicadores de pobreza e extrema pobreza para 2023, apontada por pesquisadores, em função das mudanças no Programa Bolsa Família e melhorias no acesso a serviços e benefícios socioassistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), não anulam as análises feitas neste texto.

com formas arcaicas de trabalho, seja do ponto de vista dos instrumentos de produção, seja nas relações sociais que perpetuam mecanismos de exploração análogos à escravidão. A cadeia produtiva, agora globalizada, ao descentralizar a produção objetivando maior lucro, transferiu aos países mais pobres a parte “suja” de sua manufatura, reatualizando no mundo da produção cenas de exploração tão aviltantes que retira dos trabalhadores a condição de organizarem as manifestações e greves que os categorizaram como classe. Como nem todos os trabalhadores se encaixam na situação de empregável cresce a sobrepopulação em sua forma estagnante. O ciclo vicioso da pobreza submete, cada vez mais, parcelas da população à posição análoga ao pauperismo vivenciado pelos trabalhadores em meados do século XIX. A considerar que agora parte dos considerados capazes para o trabalho é igualmente descartável ou desnecessária (Nascimento, 1994), também esta parcela é massacrada pelas “rodas de Juggernaut” adaptando às situações atuais a “lei geral da acumulação capitalista” (Marx, 1997, pp 728 – 736).

Nem entre os países ricos, nem entre os mais pobres, o Brasil sofre as consequências desta economia mundializada. Aqui, as mudanças no mundo da produção não eliminaram o modelo fordista/taylorista, mas avançaram no quesito de enxugar a mão-de-obra, tendo por consequência as polivalências, multifunções, trabalho *part time* e, o mais grave, o aumento nas demissões. Se a análise mais aprofundada do que compõe hoje a taxa de ocupação revela as profundas desigualdades vivenciadas pelos que ainda estão inseridos na condição de trabalhador, a taxa de desocupados não considera os que desistiram de buscar trabalho, o que revelaria um cenário de desemprego mais degradante. Às mudanças em termos organizacionais somam-se as reformas na estrutura do Estado que reduzem direitos comprometendo, ainda mais, as condições de sobrevivência dos mais pobres. Mesmo considerando os avanços no sistema de proteção social após a Constituição de 1988, a desigualdade social continua a jogar na extrema pobreza milhares de brasileiros, cujos serviços e benefícios socioassistenciais, essenciais para garantir a sobrevivência, não são suficientes para romper com históricos processos de violações de direitos.

O trabalho ganha importância ainda maior na vida dos indivíduos e famílias, especialmente em países cujo estado de bem-estar-social não se estruturou de forma a garantir o conjunto de políticas sociais necessárias para assegurar uma vida com condições mínimas de dignidade. É a renda do trabalho que faz a diferença na vida das pessoas. Sua insuficiência ou perda tem condicionado milhões de brasileiros a uma vida de privações materiais e sociais.

Comprovadamente a ausência de emprego ou de trabalho assalariado é fator que amplia as situações de vulnerabilidade e risco sociais³. Aos desempregados ou sem trabalho, cuja taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2023 fechou em 8,8%, segundo IBGE⁴, somam-se os ocupados, cuja renda é insuficiente para a manutenção própria ou da família, e os beneficiários de programas sociais considerados “fora da força de trabalho” resultando em significativos percentuais de brasileiros em situação de pobreza. O Mapa da Nova Pobreza⁵, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas em junho de 2022, apresenta aumentos

³ Os conceitos de vulnerabilidades e riscos sociais foram adotados na Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004. Sobre o uso dos conceitos na PNAS ver (Musial & Marcolino-Galli, 2019), (Carmo, Guizardi, Carmo, & Guizardi, 2018), (Silva, 2023)

⁴ <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

⁵ Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>, consulta em 09/08/2022.

significativos nos dados de pobreza, comparando números de 2012 a 2021. Considerando as linhas de US\$ 5,5 e US\$ 1,9, o Brasil fechou o ano de 2021 com 62,9 milhões de pessoas em situação de pobreza e 19,5 milhões em extrema pobreza. Estamos cientes que os anos de 2020 e 2021 foram afetados pela pandemia de Covid-19, que impactou sobremaneira indicadores de trabalho e renda da população, bem como que a redução nestes números no final de 2022, conforme apontada por estudos do IPEA⁶, precisa ser analisada à luz das medidas do “pacote de bondades eleitorais” adotado pelo ex-presidente como estratégia para manter-se no poder.

Em relação à pobreza monetária, a partir de dados da PNAD Contínua de 2017, o IBGE afirmava que R\$ 10,2 bilhões de reais mensais eram necessários para que 26,5% da população brasileira que viviam com menos de US\$ 5,50 dia alcançassem este patamar. Para que mais de 15,2 milhões deixassem a extrema pobreza, ou seja, alcançassem a linha de US\$ 1,90 dia o investimento estimado seria de R\$ 1,2 bilhão (IBGE, 2018). Em 2022 o Banco Mundial atualizou as linhas de pobreza e extrema pobreza, para maior aproximação dos impactos da inflação no poder de compra, afetados pela pandemia de Covid-19. A referência internacional para a extrema pobreza passa para US\$ 2,15, para a pobreza sobe para US\$ 6,85⁷.

Há que se demarcar que angariar o status de pobre, ou seja, sair do indicador de extrema pobreza, não pode ser o único horizonte na vida dessas pessoas, tampouco o objetivo das políticas de proteção social. A linha que separa a pobreza da extrema pobreza é muito tênue, e não precisamos de grandes análises qualitativas para comprovar que uma pessoa que vive com US\$ 2,00 logo, classificada na extrema pobreza, não está em condição muito melhor daquela que alcançou o patamar de pobre, passando, por exemplo, a receber US\$ 2,20⁸. Isso não significa desconsiderar que cada real (ou cada dólar) faz diferença para quem a falta de rendimentos retira a expectativa de futuro. Sem ter a condição de previsibilidade, vive-se um dia de cada vez, e a luta pela sobrevivência condiciona o trabalhador a subordinar-se a trabalhos que põe em risco sua própria vida.

Aceitar como plausível a máxima “ruim com trabalho, pior sem ele” requer abandonar o princípio da dignidade humana presente na Constituição Federal de 1988 (Art. 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988) e considerar a privação social e material como algo dado, responsabilidade estrita do indivíduo. A este ditado somam-se análises que apresentam a qualificação profissional como “portas de saída” as quais os mais esforçados terão como recompensa a inclusão produtiva (Barros, Mendonça, & Tsukada, 2011) ou, ainda, as teses que evocam o empreendedorismo como liberdade e alternativa ao trabalho assalariado⁹. O que há de novo nesses discursos?

Vale lembrar que, embora o trabalho componha o rol de direitos sociais estabelecidos no artigo sexto da Constituição de 1988, não há no país uma política que unifique as diversas ações direcionadas para a geração de trabalho e renda.

⁶ Pesquisa avalia impactos da expansão do Auxílio Brasil, disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=39494&catid=4&Itemid=2, consultado em 11/08/2022.

⁷ <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2022/10/19/combate-a-pobreza-o-impacto-da-inflacao-no-poder-de-compra-das-familias>

⁸ Segundo o Banco Mundial, estão em extrema pobreza as pessoas que recebem até US\$ 2,15 por dia.

⁹ Vide a apresentação “Serviço Social e empreendedorismo; Combater a exclusão social e estimular o espírito empreendedor”, disponível em: https://udipss.files.wordpress.com/2010/10/apresentacao-udipss-lisboa_2-ppt.pdf

A política de trabalho, emprego e renda abrange as políticas de apoio ao desempregado, como o seguro-desemprego e o abono salarial; as políticas de qualificação profissional e de intermediação de mão de obra; as políticas de microcrédito; as políticas voltadas para a economia popular solidária; as políticas de incentivo ao primeiro emprego. Abrange ainda a produção de informações sobre o mercado de trabalho, o apoio à geração de emprego e de renda, e a fiscalização do trabalho, que prioriza o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, promovendo o conceito de trabalho decente (Minas Gerais, 2023)

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, regula as relações individuais e coletivas referentes ao trabalho no setor privado. Para os funcionários públicos há regimes jurídicos específicos. Na Constituição de 1988 os artigos que se referem ao trabalho não faz nenhuma alusão aos trabalhadores em atividades informais.¹⁰ O Sistema Nacional de Emprego (Sine)¹¹ encontra dificuldades para se estabelecer, de fato, como um sistema público que articule capacitação, demanda e oferta de força de trabalho. Tal dificuldade contribui com nosso questionamento a respeito dos limites da qualificação como “porta de saída”.

A qualificação profissional nas estratégias de combate à pobreza

Nos anos noventa, com o agravamento das situações de pobreza e desemprego em escalas mundiais, ganharam destaques as propostas que ampliassem ou potencializassem as chances de o trabalhador se (re)inserir no mercado de trabalho ou gerar sua própria renda a partir de iniciativas “empreendedoras” e/ou de qualificação. Dentre as chamadas ações afirmativas de emprego a qualificação profissional ganhou centralidade por sua capacidade de atingir grandes metas e apresentar resultados numericamente satisfatórios aos governos. Em termos de Brasil, como parte do direito ao trabalho, a qualificação ganha destaque com planos nacionais direcionados para ações de qualificação e requalificação do trabalhador.

Como parte do Programa Brasileiro de Seguro-Desemprego (Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990), em um primeiro momento, a qualificação profissional esteve direcionada apenas aos trabalhadores que estavam recebendo a assistência financeira temporária, portanto restrita aos trabalhadores formalizados pelo regime da CLT. Em 1996, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) autoriza a qualificação para outros públicos, efetivada com o Plano Nacional de Educação Profissional (Planfor), primeiro plano de qualificação em massa financiado com recursos do FAT (CODEFAT, 1996). A partir do Planfor a qualificação profissional passa a ser planejada em grande escala, assumindo papel de destaque nos governos FHC (Planfor)¹², Lula (PNQ)¹³ e Dilma (Pronatec)¹⁴.

¹⁰ Somente em 2019, os que se encontram em situação de informalidade são incluídos nas tentativas de ampliar o acesso e as contribuições previdenciárias. Emenda Constitucional nº 103, Art. 201,§ 12.

¹¹ O SINE foi criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975. Respalado pelo artigo 22 da Constituição de 1988, ao definir que “compete privativamente à União legislar sobre: XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões”. A partir de 2018 o SINE passa a ser regido pela Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

¹² Plano Nacional de Educação Profissional (Planfor), instituído pela resolução Codefat nº 126, de 23 de outubro de 1996.

¹³ Plano Nacional de Qualificação (PNQ), instituído pela Resolução Codefat nº 333, de 10 de julho de 2003.

¹⁴ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011.

Ao crescimento dos índices de desemprego, na considerada década perdida para o trabalhador, soma-se o fato de a falta de mão-de-obra qualificada ser equivocadamente apontada como obstáculo ao desenvolvimento, resultando em pressões para que o Estado apresentasse medidas direcionadas a auxiliar os trabalhadores na busca de trabalho. Tais medidas também encontraram respaldo nos acordos internacionais, aos quais o Brasil é signatário, que associam medidas de ativação do emprego às estratégias de combate à extrema pobreza. Meta número um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos após a Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000, que deveriam ser atingidos até 2015, e reafirmada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na agenda 2030 da ONU, reduzir a pobreza e erradicar a extrema pobreza entrou nas agendas estratégicas dos governos. No Planfor, contribuir para a redução da pobreza passou a constar como objetivo a partir de dezembro de 2000 (CODEFAT, 2000).

Com orçamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) parte das ações de qualificação profissional passa a ser coordenada pelo Ministério do Trabalho. Digo parte, porque diversas iniciativas direcionadas para a qualificação do trabalhador coexistem em paralelo¹⁵. Além da relação com os entes federados tais planos ampliam sobremaneira o financiamento de instituições privadas ministrando cursos de qualificação profissional. A representação tripartite do Codefat (representantes do governo, de trabalhadores e de empregadores) vê-se contemplada, já que aos sindicatos também foi possibilitado executar cursos financiados pelo FAT.

O financiamento pelo FAT deu ao governo condições financeiras para o trato político da qualificação profissional. Primeiro, porque o Planfor foi desenhado para ser executado de maneira descentralizada, tendo os estados como agentes mediadores, gerindo os Planos Estaduais de Qualificação (PEQs), e os municípios como demandantes e receptores dos cursos. Tendo em conta o expressivo número de municípios brasileiros, e considerando ser o município local de moradia, é no governo local que as consequências do desemprego se mostram mais desnudas, e que as demandas pela proteção social (e.g. saúde, alimentação, moradia, trabalho, segurança) exigem respostas.

Tendo início com os processos de industrialização, com a qualificação do pobre para o trabalho fabril, a qualificação profissional caminhou apartada da educação servindo, inclusive, para afastar os pobres do ensino universitário, tradicionalmente reservado às elites (CUNHA, 2000). Iniciativas para ampliar o acesso dos mais pobres ao ensino universitário são recentes¹⁶. Decerto que há um déficit de profissionais de nível técnico e “a baixa capacitação e os problemas na educação básica são os principais motivos para a falta de mão de obra especializada no país” (EQUIPE EDITORIAL DO INDEED, 2023). Outro fator continua sendo a falta de sintonia entre a qualificação e as demandas do mercado, já sinalizada em nossos estudos sobre o Planfor (Souza,2004).

No governo da Presidenta Dilma Roussef (2011-2016) houve uma tentativa de reversão na histórica separação entre educação profissional, responsabilidade do Ministério do Trabalho, e educação formal, com o Ministério da Educação assumindo o controle do

¹⁵ A qualificação profissional também aparece em ações de outros ministérios. Acesse os PPAs anteriores, no site do Ministério da Economia.

¹⁶ Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2005 e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – (REUNI) em 2007, Pronatec em 2011 e a LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, conhecida como a Lei de cotas.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Destaca-se que, seja sob o comando do Ministério do Trabalho, seja nos domínios da LBD, trata-se de ações de qualificação profissional que preferenciam o público mais vulnerável sócio e economicamente. Nos planos geridos pelo MTE, a princípio direcionados para:

Beneficiários do seguro desemprego; beneficiários de programas de geração de emprego e renda; trabalhadores sob risco de perda do emprego; desempregados; trabalhadores autônomos e micro produtores do setor informal; e outros grupos social e economicamente vulneráveis, do meio urbano e rural; com atenção especial para adolescentes, jovens, mulheres e idosos” (Resolução Codefat nº 126/1996, art. 3º II).

A este leque de prioridades, outros públicos foram sendo inseridos em resoluções posteriores, tornando-se difícil pensar em público prioritário. A abrangência nas prioridades é igualmente apresentada no artigo segundo da Lei nº 12.513/2011, que institui o Pronatec.

- I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- II - trabalhadores;
- III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e
- IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.
- V - mulheres vítimas de violência doméstica e familiar com registro de ocorrência policial.

Três parágrafos ainda especificam o atendimento a públicos específicos: agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; pessoas com deficiência; povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda (Lei nº 12.513/2011).

Em um país com altos índices de desemprego e informalidade não é difícil entender que massificar a qualificação profissional não resultará em reversão nos indicadores. Podemos encontrar os determinantes em outros resultados. Não na geração de trabalho e/ou renda para a maioria dos trabalhadores que passaram pelos diversos cursos de qualificação profissional. Se não há dados que possam atestar a relação qualificação e inserção no mundo do trabalho, o número de trabalhadores que ano após ano passa por esses planos é significativo.

Qualificação sem inserção

No que refere à qualificação profissional, com base em dados quantitativos (número de vagas disponibilizadas) poderíamos, então, afirmar que o Estado tem feito seu papel, melhorando as condições de acesso ao mundo do trabalho ou de aumento da renda. Em um país com as riquezas que o Brasil possui isso é muito pouco. Não basta “ensinar a pescar” se as condições do mar não são favoráveis, se o pescador não possui os instrumentos

necessários e adequados para a pescaria ou se não há compradores para o peixe pescado. No período estudado (1996 a 2019)¹⁷ o contingente de brasileiros que passou por cursos de qualificação profissional é significativo, haja vista a meta do Planfor de qualificar 20% da PEA¹⁸. Sem dados disponíveis que atestem qual o percentual atingido, uma busca nas Resoluções do Codefat¹⁹, que aprovam a Proposta Orçamentária do FAT, o Programa Qualificação Social e Profissional do PNQ registra a previsão de qualificar quase dez milhões de trabalhadores entre os anos de 2008 a 2019, anos em que tal informação aparece. Igualmente, não encontramos dados que confirmem se a previsão foi cumprida.

Mesmo em momentos que apresentam redução nos índices de desemprego (12,4% em 2003 para 6,2% em 2013) não há registros que correlacionem a qualificação à inserção no mercado de trabalho. O que os dados comprovam é o crescimento da precarização do trabalho, com o emprego sem carteira assinada avançando em ritmo mais acelerado, chegando a média anual de 12,9 milhões de trabalhadores em 2022, maior contingente da série histórica iniciada em 2012. Já a taxa de informalidade, embora tenha apresentado leve queda, que pode ser associada à pandemia de Covid 19 - 40,1% em 2021 para 39,6% em 2022 - representa 38,8 milhões de trabalhadores (ABDALA, 2023). Os dados comprovam, igualmente, que os maiores crescimentos são em trabalhos mais pesados e com menores remunerações. Números que têm reflexos nos indicadores de educação.

No Brasil, ainda que a taxa de analfabetismo tenha recuado de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, os maiores percentuais continuam entre os idosos, pretos e pardos, e no nordeste. Nos jovens de 18 a 24 anos, 70,9% dos pretos e pardos deixaram os estudos sem concluir o ensino superior, já para os brancos o percentual é de 57,3. Ampliando para os jovens de 14 a 29 anos, 18,3% não completaram o ensino médio. Dentre as razões para o abandono escolar, segundo a Pnad Contínua de Educação de 2022, os maiores percentuais são 40,2% por necessidade de trabalhar e 24,7% por falta de interesse em estudar. Chama a atenção, ainda, que 9,2% abandonem os estudos por gravidez e 4,6% por realizar afazeres domésticos ou ter de cuidar de pessoas (GOMES; FERREIRA, 2023).

Como pensar ações de ativação do emprego quando os desocupados são jovens, sem experiência e com baixa escolaridade? No primeiro trimestre de 2023, 51,1% dos desocupados tinham entre 14 e 24 anos, muitos engrossando a categoria dos "nem-nem". Se a importância da educação para inserção no mercado de trabalho vem sendo relativizada, os dados provam que o nível de instrução continua sendo um importante determinante. Em 2019, enquanto apenas 21,2% das pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo estavam trabalhando, o percentual para brasileiros que concluíram o ensino superior foi de 77,7%.

Em um país com a dimensão populacional e as diversidades regionais do Brasil, o papel do Estado na promoção de ações de incentivo ao trabalho e ao emprego não é trivial, requer investimento e integração de políticas econômicas e sociais. Até porque sem crescimento econômico os “esforços” para aumentar as chances de inserção no mercado de trabalho tornam-se inúteis. Tais ações devem considerar além dos desocupados, e dos ocupados em

¹⁷ O recorte no estudo sobre os planos de qualificação tem por base a instituição do Planfor e o ano de 2019, por considerar que os anos de 2020 e 2021 merecem um estudo a parte, dada a influência da pandemia de Covid-19.

¹⁸ Vide Resolução Codefat N° 194, de 23 de Setembro de 1998. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-194-de-23-de-setembro-de-1998.pdf>. Consulta em 03/08/2023.

¹⁹ As Resoluções do Codefat podem ser consultadas em: <https://portalfat.mte.gov.br/resolucoes-2/>

trabalhos precarizados, parte dos considerados fora da força de trabalho, que chegou a 67 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2023. "Para empregar todos os jovens que entram no mercado de trabalho o Brasil precisaria crescer, pelo menos, 3% ao ano", afirmou Vandyck Silveira, presidente da Trevisan Escola de Negócios, em reportagem do site Exame, publicado em 03/01/2022.

Com o mercado em recessão, como ocorrido entre 2014 e 2016 e, recentemente, com a pandemia de Covid-19, a falta de qualificação volta a ser colocada como um dos entraves ao desenvolvimento. Estudo²⁰ realizado pela Fundação Dom Cabral em 2016, com 201 empresas, que equivalem a 16,9% do PIB brasileiro, aponta que as maiores dificuldades registradas na contratação de profissionais são deficiência na formação profissional básica 48,3% e falta de experiência na função 40,8%.

Como pensar ações de ativação do emprego quando a economia não cresce a patamares suficientes? Na contramão das ações de qualificação em grande escala, há déficit de profissionais no mercado, porém, com exigências que excluem os mais pobres. Dentro desta lógica às avessas, novamente, a qualificação profissional tem sido apresentada como porta de saída.

Considerações finais

Considerando que parte dos trabalhadores certificados nas ações de qualificação profissional não será absorvida pelo mercado de trabalho, que o crescimento do emprego vem ocorrendo em contratações sem carteira ou por conta própria (categoria que também abriga perfis diferenciados) a focalização nos mais vulneráveis sócio e economicamente, associada às metas quantitativas, nos induz a pensar que a qualificação profissional, mesmo que de maneira não explícita possui determinantes impulsionados pela quantidade de atores que mobiliza. Além dos governos em suas três esferas, os recursos da qualificação movimentam uma cadeia de trabalhadores envolvidos nos processos de mobilização e execução dos cursos. Por outro lado, a falta de monitoramento das metas de inserção também nos induz a pensar que os governos, de um lado, assumiram a informalidade em suas mais variadas feições como horizonte; de outro, consideram como resultado questões relacionadas ao papel social da qualificação, tais como elevar a autoestima, voltar a estudar, conhecer novas pessoas, enfim, aspectos que contribuem para melhorar a sociabilidade, independente da inserção profissional. Tais resultados são valorados tanto pelos gestores da pasta do trabalho, quanto da assistência social (e.g. documentos de avaliação do Planfor, PNQ e Pronatec).

Diante disso, um dos maiores desafios ou dilemas das ações de qualificação profissional é assumir que parte dos capacitandos não será inserida no mercado de trabalho, nem na condição de assalariado, tampouco como autônomo ou “empreendedor”. Isto não significa aceitar que não houve “esforço ou tenacidade” suficiente, mas sair da perspectiva que culpabiliza o indivíduo por seu sucesso ou fracasso e assumir que para alguns a qualificação cumpre outros objetivos que não a inserção produtiva ou geração de renda. Neste grupo há situações distintas:

²⁰ Disponível em: https://www.fdc.org.br/conhecimento-site/nucleos-de-pesquisa-site/Materiais/sumario_executivo_pesquisa_qualificacao_profissional_fdc.pdf, acesso em 06/08/2023.

1) Os que não fazem o curso pela capacitação profissional em si. Fazem pelos benefícios materiais (alimentação, passagem, bolsa) ou sociais (sair de casa, fazer amigos, ocupar o tempo);

2) Os que não fazem por escolha própria, mas são convencidos pelas estratégias de mobilização adotadas (pela assistência social ou pelas executoras, por exemplo);

3) Os que frequentam o curso, mas não conseguem acompanhar as aulas (do ponto de vista dos conteúdos programáticos), por não possuírem requisitos (cognitivos, psicológicos), mesmo que os possuam formalmente (e.g. anos de estudo, alfabetização realizada há muitos anos, algum tipo de transtorno mental ou, simplesmente, por não se adaptarem às regras e rotinas da educação bancária [Freire, 1987]), mas também não abandonam pelos motivos já citados.

Das situações acima, derivam pelo menos duas questões: assume-se que há equívocos nos processos de recrutamento e seleção do público, considerando que a vaga poderia ser ocupada, de fato, por quem almeja e terá condições de trabalhar; ou encampa-se como resultado positivo os benefícios que a participação em ações de qualificação profissional traz para a vida do indivíduo, ou seja, como função social.

Tratar como perda de recursos, se pensado sob a ótica econômica da relação custo por aluno, ou sob ganho, em termos de melhoria no capital social do indivíduo, dá um interessante debate. Afora o percentual de evadidos, cujas perdas não podem ser ignoradas, nem do ponto de vista econômico, menos ainda para o trabalhador, é preciso maior cuidados com o financiamento público. A evasão, por ter arrumado trabalho, que representa um ganho imediato para o trabalhador, considerando a volatilidade do mercado de trabalho, pode significar perdas mais adiante, pela falta da qualificação. Permanecer nos cursos sem ter um rendimento (bolsa ou ajuda de custos) coloca o trabalhador diante da “escolha de Sofia”, já que muitos sobrevivem de biscates. No geral, os cursos são realizados durante o dia, e estar em sala de aula é deixar de ganhar algum dinheiro.

Sem alterar as regras da sociedade capitalista, excludente e desigual, parece haver certo consenso que não há trabalho para todos, seja na condição de assalariado, seja sob a falácia do empreendedorismo. A qualificação profissional parece ignorar as regras do capital e continua a: i) “qualificar” em grandes quantidades, ii) realizar os mesmos cursos, nos mesmos municípios, iii) realizar cursos descolados das demandas locais e, o que é mais desastroso do ponto de vista da eficácia, iv) realizar cursos em massas na modalidade Qualificação à Distância (QaD)²¹.

Nos planos analisados parece haver tentativas de abranger os grupos ou segmentos mais vulneráveis sócio e economicamente. Se o mercado está cada vez mais exigente, focalizar neste público é acertar na população mais pobre e, conseqüentemente, com somatórios de exclusões que se tornam dificultadores, tanto para a qualificação, pela baixa escolaridade; quanto para obtenção da vaga de emprego, por falta de experiência, pelo local de moradia ou por condições físicas²². Este público, porém, não pode ser deixado para trás. As alternativas, talvez, devam ser repensadas e assentadas em experiências que conjuguem

²¹ Vide Programa Caminho Digital, disponível em <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/trabalhador/qualificacao-profissional/caminho-digital/caminho-digital1>

²² Embora a Lei nº 9.029/1995 proíba a adoção de práticas discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, infelizmente a “aparência” continua sendo critério em muitas seleções.

esforços econômicos e sociais, valorizando tanto as economias locais, quanto o conhecimento popular.

Nossos estudos sobre as iniciativas de qualificação profissional sinalizam que, no geral, as alterações nas ações associam-se às alternâncias no governo central, reforçando seu uso político. Determinadas características, cujas origens podem ser percebidas no início do século passado, nas primeiras tentativas de regulamentação por parte do Estado, se reatualizam e se fazem presentes independente da filiação partidária dos governantes.

Resguardando os cuidados em termos de compararmos ações de naturezas distintas, verificamos a presença de determinantes comuns entre elas: planejamento em grande escala; amplo leque na priorização do público; execução majoritariamente realizada pela contratação de instituições privadas; fragilidade da articulação com a inserção profissional; ausência de pesquisas de impacto que verifiquem a relação qualificação/inserção/ tipo de emprego/renda, enfim, que atestem que os investimentos públicos resultaram em melhorias nas condições de trabalho, renda e de vida dos trabalhadores.

Decerto que os objetivos são ousados. Imputam à qualificação do trabalhador demasiado peso, de alguma maneira, invertendo a lógica do processo produtivo. Sem mudanças no setor produtivo não há melhorias no emprego e isto afeta também aos mais qualificados. Esta assertiva não anula a importância da (re)qualificação profissional, principalmente para a população alijada do acesso à educação de qualidade, que não têm experiência profissional ou que necessita de certificação para ver validado seu *know-how*.

Uma análise a partir das Resoluções do Codefat sinaliza que os parâmetros para a qualificação profissional foram definidos, seja na especificação público, seja nas exigências em relação à qualificação das executoras. Quanto ao público, registra-se que a priorização é demasiada ampla, o que acaba por torná-la irrelevante. Para as executoras, a necessidade de comprovar experiência, especialização, competência gerencial e infra-estrutura adequadas às ações previstas foi minimizada ante às grandes metas e à ineficiência dos mecanismos de fiscalização.

Nessa estrutura de gestão/execução, que mesclou contratação de executoras pela Ministério do Trabalho (Planfor e PNQ) e Ministério da Educação (Pronatec) e por secretarias estaduais, as instituições privadas predominaram nos contratos. Lembrando aqui, que o Sistema S não integra a rede estatal. A privatização nas contratações permanece em todos os planos, reforçando nossas análises que a qualificação profissional possui mais determinantes políticos que técnicos.

Malgrado “a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda” ter sido estimulada e inserida entre os objetivos do Pronatec, pela Lei nº 12.816, em 2013, a ausência de dados não nos permite verificar se a qualificação resultou em trabalho, tampouco em trabalho protegido e renda digna para os que concluíram os cursos. Dados do mercado de trabalho registram que os empregos que crescem são os menos remunerados, grande parte no setor informal. Segundo estudos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), com dados de 2012 a 2019, “o mercado de trabalho no Brasil está preso em uma armadilha de baixa produtividade. Atividades que demandam menos estudo e oferecem salários mais baixos ampliam espaço no total de vagas criadas”²³. Atividades ligadas à tecnologia da

²³ Matéria publicada no <https://www.maisgoias.com.br/pais-cria-mais-vagas-de-baixa-produtividade-diz-estudo/>

informação e comunicação apresentaram crescimento, mas exigem maiores graus de escolaridade e qualificação. Como a concorrência é grande, a intermediação entre o aluno/trabalhador que passou por processos de qualificação e as vagas ofertadas pelo mercado precisa existir. Tais evidências nos remetem ao questionamento central de nossa tese de doutoramento, finalizada há quase duas décadas: Qualificar para quê?

Referências

BRASIL. *Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990*. regula o programa do seguro-desemprego, o abono salarial, institui o fundo de amparo ao trabalhador (fat), e dá outras providências

BRASIL. *Lei nº 9.394*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 dez. 1996.

BRASIL. *Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011*. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm

CUNHA, L. A. Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. In: *Construindo a nova cidadania. Formação de gestores e formadores em políticas públicas de trabalho e renda*. Parceria MRE-ABC/MTE-SPPE/FLACSO Brasil, 2000.

EQUIPE EDITORIAL DO INDEED. 5 profissionais em falta no mercado. Indeed, 8 jun. 2023. Disponível em: <<https://br.indeed.com/conselho-de-carreira/encontrando-emprego/profissionais-em-falta-mercado>>. Acesso em: 4 ago. 2023

VENTURA, Jaqueline Pereira; LESSA, Ludmila Lustosa; SOUZA, Samantha Castro V. de. *Pronatec: Ampliação das Ações Fragmentárias e Intensificação da Privatização da Formação do Trabalhador*. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10091/25122>. Acesso em: 06/08/2023

MARX, K. (1997). *O Capital: Livro 4. Diversas formas de existência da sobrepopulação relativa. A lei geral da acumulação capitalista. Vol. III*. Moscovo: Edições Progresso; Lisboa; Editorial Avante, 1990 - 1997.

NASCIMENTO, E. P. Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: Dos Excluídos Necessários aos Excluídos Desnecessários. Texto apresentado no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, Minas Gerais, 1994. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18772>
País cria mais vagas de baixa produtividade, diz estudo. Disponível em: <<https://www.maisgoias.com.br/brasil/pais-cria-mais-vagas-de-baixa-productividade-diz-estudo/>>. Acesso em: 6 ago. 2023.

Resolução nº 33, de 28 de novembro de 2011. Define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos. Disponível em: https://showcommerce-files.net.br/arquivos/1490791596resolucao_n__33.pdf. Consulta em 04/11/2022.

SOUZA, F. V. F. DE. *Qualificar para quê? dilemas da política de qualificação profissional*. (Tese de doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SOUZA, F. V. F. Políticas de Qualificação Profissional Dirigidas aos Pobres? O Brasil como um Estudo de Caso. In: *Educação e Formação de Jovens e Adultos. (Re)pensando o trabalho e os contextos profissionais*. ALCOFORADO, Luís; RAMOS, Elenita Eliete de Lima; COSTA, Nivia Maria Vieira (orgs). Coimbra, Minerva Coimbra, 2020.

EXPERIÊNCIAS DE MOBILIZAÇÃO PELO DIREITO À VIDA EM FAVELAS CARIOCAS: UM OLHAR SOBRE A ADPF DAS FAVELAS

Lidiane Malanquini
Monique Cruz
Kátia Sento Sé Mello

Introdução e metodologia

O presente capítulo tem como objetivo trazer elementos que permitam uma análise histórica da luta pelo direito à vida e segurança pública em favelas cariocas a partir da experiência de duas favelas localizadas na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro: Maré e Manguinhos. A partir de uma breve leitura da história de construção desses territórios e processos de mobilização na luta por direitos de seus moradores, pretende-se aprofundar o debate sobre experiências de incidência política, incluindo as experiências da articulação que incide sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, mais conhecida como ADPF das Favelas¹.

Este ensaio parte de um olhar muito específico de suas autoras, duas delas atuantes em movimentos de defesa de direitos humanos há mais de 15 anos, trabalham em organizações consolidadas de defesa de Direitos Humanos e atualmente estão cursando doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Uma com um olhar de “cria” de quem foi atravessada de diferentes formas pela política de segurança pública em seu território de origem e moradia, Manguinhos, de onde vem se debruçando intelectualmente sobre a temática; outra com uma trajetória no campo da formação policial e pesquisas na área de segurança pública, atuando há quase 10 anos em uma organização no conjunto de favelas da Maré com temática relacionadas a segurança pública. Outra autora é professora da Escola de Serviço Social e atuante em políticas públicas de métodos alternativos de administração de conflitos. É a partir desses olhares entrecruzados e que assumem formas distintas de olhar a questão da segurança pública em favelas que produzimos esse ensaio tendo como ponto de partida as favelas da Maré e Manguinhos.

Acreditamos que a produção aqui apresentada tem como ponto de partida esses territórios e a forma de ver e viver de seus moradores. Se opondo a uma perspectiva desses territórios e seus moradores como objetos de pesquisa, acreditamos que todo conhecimento aqui sistematizado é feito com e a partir destes lugares e pessoas, que são sujeitos ativos na construção desses territórios, na luta por seus direitos e que conformam este trabalho.

Trabalha-se com a categorização das favelas como territórios negros (CRUZ, 2020) considerando não apenas o percentual de pessoas negras que vivem nesses territórios ser majoritariamente de pessoas negras, mas pela sua composição social e econômica. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², as pessoas negras são a maioria

¹ Cf.: **ADPF das Favelas**. Disponível em: <https://www.adpfdasfavelas.org/>. Acesso em: 31 jul.2023.

² Cf.: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desigualdades Por Raça ou cor no Brasil*. 2ª ed. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 31 jul.2023.

das que vivem em domicílios com acesso precário ou sem acesso a saneamento básico, que estão abaixo da linha da pobreza, no trabalho informal e/ou ganhando os piores salários.

Nosso trabalho empírico junto às populações faveladas demonstra também a materialidade desses dados quando é visível (a considerar processos de auto e heteroidentificação racial) que a maior parte das pessoas atingidas pelas violências (das polícias e dos grupos civis armados) são negras. A materialidade da vida nas favelas ressalta, inclusive, a história da cidade na qual a experiência das pessoas negras descendentes de trabalhadoras/es escravizados antes e depois da abolição da escravidão no Brasil foi de busca por locais de moradia explicitada especialmente pela ocupação dos morros a partir do Centro da cidade (CRUZ, 2020).

A experiência de violência instituída nos locais de moradia dos pobres na cidade está evitada de violência e ocupação militarizada desde pelo menos o início do século XX, quando iniciativas de ocupação para o controle se estabeleceram a partir de estereótipos raciais e mais ainda, de tentativas de pôr fim às moradias improvisadas ou auto-organizadas (MATIOS, 2014, 2017; CHALHOUB, 2016). Ao longo dos séculos, em especial lembramos da Ditadura Empresarial-civil-militar e da própria democracia o aprofundamento de processos violentos e de incremento da violência foram abrindo espaço para a criação e implementação de políticas de segurança pública que se estabeleceram nas regiões pobres da cidade sob o argumento do enfrentamento ao crime (BARROS, 2018; CRUZ, 2020).

Há mais de três décadas experimentamos no Rio de Janeiro, particularmente favelas e periferias, vivem em contexto permanente e contínuo de crescimento da violência armada que atinge sobremaneira a população pobre e negra. A ampliação da circulação de armas de guerra na cidade é assustadora e causa impactos imensuráveis. Para além dos impactos subjetivos de se conviver com a ampla circulação de armas, dados sobre mortes por armas de fogo são alarmantes. Dados do Instituto Fogo Cruzado, apontam que na Região Metropolitana, em 2022, cerca de 2 mil pessoas atingidas por armas de fogo, sendo 984 pessoas mortas e 1016 feridas por arma de fogo³.

No que se refere à atuação das forças policiais, observamos uma atuação reativa e baseada no confronto armado que acontece historicamente em favelas, sem reconhecer direitos básicos como direito à vida, à circulação e a direitos sociais como acesso à saúde e educação. Depois de 15 anos de mais uma tentativa frustrada de policiamento comunitário nas favelas⁴, vimos emergir uma priorização das operações policiais como o principal, por vezes, o único meio de atuação policial nesses territórios. A atuação está marcada por ações pontuais, extremamente militarizadas, utilizando carros e helicópteros blindados, além de centenas de armas de guerra. O que além disso ainda cria um ambiente em que a sociabilidade está baseada na ideia de que há um inimigo que precisa ser eliminado (CRUZ, 2020).

Estas operações policiais marcam o cotidiano da vida de quem vive em favelas, seja por seus intensos confrontos armados que assassinam e deixam pessoas feridas, impedem a circulação, suspendem a atividade de postos de saúde e escolas que atuam nesses territórios. Também marcam estas operações policiais situações de violências físicas, abusos de

³ Cf.: *Relatório semestral*: Grande Rio teve mais de mil baleados. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/dados/relatorios/grande-rio-primeiro-semester-2023>. Acesso em: 31 jul.2023.

⁴ As Unidades de Polícia Pacificadora foi um programa de policiamento comunitário implementado pelo governo do estado em favelas do Rio de Janeiro. Com início em 2008 na favela do Santa Marta, o programa construiu 37 UPPs em favelas do estado do Rio de Janeiro.

autoridade, ameaças e torturas, que para além de sequelas físicas, causam sequelas psicológicas imensuráveis. Que são também atravessadas por processos judiciais que legalizam o ilegal como ocorre com os mandados de busca e apreensão coletivos (DPERJ, 2018; CRUZ, 2020)

Dados de letalidade policial apresentados pelo Anuário de Segurança Pública, referente ao ano de 2022, apontam que, no Brasil, 17 jovens foram assassinados pelas forças policiais por dia. Quando olhamos os dados referentes ao Rio de Janeiro, do mesmo estudo, a taxa de letalidade policial é de 8,3 para cada 100 mil habitantes.

Além disso, vivenciamos o avanço do domínio de grupos armados ligados a venda de drogas ilícitas ou grupos paramilitares que se proliferam em bairros da zona norte e oeste da cidade. Para além da comercialização de seus serviços prioritários, observamos o controle comercial por esses grupos de uma série de serviços básicos como distribuição de internet, tv a cabo e botijão de gás (CARVALHO *et.al.*, 2023). Também é possível observar, por parte destes grupos, da regulação de conflitos nesses territórios que passam desde briga entre vizinhos, direito ao patrimônio até situações de violência baseada em gênero.

Diante deste contexto, múltiplas são as estratégias adotadas pelos moradores de favelas para lidar com estas violências e violações de direitos que marcam o cotidiano destes territórios. A construção de espaços coletivos como fóruns e movimentos de mães e familiares de vítimas, articulação de meio de comunicação comunitários que visibilizam e criam contra narrativas sobre o que acontece nas favelas, organizações e instituições que colaboram na produção de dados sobre essas situações são alguns exemplos de estratégias que vem mitigando danos dessas violências.

O presente artigo busca ao longo de suas seções remontar esse histórico de construção destes territórios e seus movimentos de luta por direitos, apresenta o contexto de segurança pública local e estratégias de enfrentamento a estas violências seguidas de um breve histórico da construção de instrumentos jurídicos coletivos como a Ação Civil Pública da Maré (ACP da Maré) e a ADPF das Favelas.

Histórico de construção e mobilização por direitos

Segundo dados do Censo 2010, o IBGE estima que mais de 17 milhões de pessoas vivem em favelas no Brasil. Ainda com base neste estudo, na cidade do Rio de Janeiro existem 763 favelas onde vivem mais de 1,3 milhão de pessoas. Em termos percentuais, podemos afirmar que 22% da população carioca vive em favelas. Na Zona Norte da cidade, onde se localiza a Maré e Mangueiras, mais de 27% das pessoas vivem em favelas.

Um outro dado de extrema relevância, refere-se ao crescimento da população que vive em favelas no Rio de Janeiro. Entre o Censo de 2000 e 2010, a população da cidade cresceu em média 5%, enquanto a população que vive em favelas cresceu 19%. Desta maneira, o estudo sobre as favelas que contribuem para qualificação dos serviços públicos nesses territórios mostra-se fundamental para uma sociedade menos desigual.

Mangueiras leva o nome de todo o bairro que tem como principais fronteiras as Avenidas Dom Hélder Câmara e Democráticos, a Rua Leopoldo Bulhões, o Canal do Cunha, Av. Brasil e Linha Amarela. São ao todo 12 favelas onde vivem cerca de 36 mil pessoas. A

primeira favela de Manguinhos nasceu no início do século XX⁵. Como um conjunto pequeno de favelas passou por alguns ciclos de ocupação e tem em seu território a Fundação Oswaldo Cruz, que gerou ainda nos anos 1900 o primeiro grande ciclo de chegada de novos moradores em busca de trabalho e melhores condições de moradia.

O segundo grande ciclo se deu a partir dos anos de 1940, o terceiro a partir de 1960 e depois 1980 todos relacionados ao trabalho, à proximidade da estação de trem de Manguinhos, e outros postos de trabalho que vinham sendo criados com os processos de urbanização e ampliação da cidade. Este é um elemento importante no que tange às populações das favelas: o trabalho e a existência de grandes vias, linhas de ônibus, trem e metrô mobilizam a circulação e o incremento em locais de moradias.

O Conjunto de Favelas da Maré, por sua vez, é formado por 16 favelas que se localizam em uma região longínqua entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, duas das principais vias expressas de acesso ao centro da cidade do Rio de Janeiro. Segundo dados do Censo Maré⁶, realizado pelas ONGs Redes da Maré e Observatório de Favelas, contabilizou em 2013 mais de 139 mil habitantes que residem em 47 mil domicílios. A nível populacional, a Maré é maior de 95% dos municípios brasileiros.

A história de construção da Maré se articula fortemente com o processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Muitas das pessoas recém-chegadas à Maré vieram por fluxos migratórios da região nordeste do país e optaram por este local devido à proximidade com as obras de construção da Variante, hoje conhecida como Avenida Brasil, em 1940. Além disso, processos de remoção de favelas e cortiços da área central e zona sul da cidade, trouxeram centenas de famílias para esse território sob a promessa de um espaço provisório até construção de conjuntos habitacionais melhores estruturados. Contrariando a falácia de que as favelas nasceram à margem do poder público, das 16 favelas da Maré, 9 são intervenções do Estado nos seus três níveis de governo (municipal, estadual e federal). Desta maneira, a Maré, assim como tantas outras favelas do país são construídas pelo Estado, negando a ideia da ausência estatal na nesses espaços.

O mesmo se deu em Manguinhos, onde uma das localidades, chamada até os dias de hoje de "CHP II", nasceu da realocação pelo Estado, de famílias vindas do Caju, da Favela do Pinto (no Leblon da década de 1960) e da Favela do Esqueleto (onde hoje é a Universidade Estadual do Rio de Janeiro) para o então Conjunto Habitacional Provisório II.

Historicamente, os movimentos de favelas vêm questionando a forma como o Estado atua nesses territórios: de maneira pontual, focalizada e que não garante continuidade na atuação das políticas públicas. Movimentos históricos nesses territórios vêm lutando por melhores condições de vida para seus moradores.

Um exemplo disso foi o movimento histórico dos moradores de Nova Holanda, uma das favelas da Maré, que negando a ideia da provisoriedade proposta pelos Centros de Habitação Provisória da década de 1960, construíram paredes de alvenaria por dentro dos barracos de madeira cedidos pelo governo do Estado. Uma moradora nos relatou que quando agentes da Fundação Leão XIII, à época responsáveis pela retirada dos moradores

⁵ Cf.: Dicionário de Favelas Marielle Franco. *Wikifavelas. Favelas de Manguinhos*. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Favela_de_Manguinhos. Acesso em: 31 jul.2023.

⁶ Para acessar os dados do Censo Maré: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf. Acesso em: 01 ago.2023.

da região, se confrontaram com as paredes de alvenaria declinaram da remoção desses moradores para conjuntos habitacionais construídos na zona oeste da cidade.

Anos mais tarde, diante a negação do Estado na estruturação de saneamento básico, luz e acesso a água, os próprios moradores de Nova Holanda, a partir de um movimento que recebeu o nome de Chapa Rosa, acessou por eleição direta a Associação de Moradores que permitiu um amplo movimento de urbanização nessa região com melhorias significativa na rede de saneamento básico, distribuição de água e distribuição de energia elétrica.

Em Manguinhos as intervenções do Estado passaram por políticas de saúde implementadas pela Fiocruz e Secretarias de Saúde (Saúde da Família, por exemplo) até projetos de intervenção urbanísticas incluindo Favela-Bairro, Programa de Aceleração do crescimento (PAC) e outros que além de obras de infraestrutura (elevação da linha férrea) e saneamento (dragagem do trecho do Rio Faria-Timbó) criaram um "centro cívico" com equipamentos de cultura, lazer, educação e saúde gerando ao mesmo tempo remoções para a Zona Oeste e melhoria de condições de vida que duraram pouco, mobilizando em cada um desses períodos mobilizações de moradores que se mantém no tempo e que vão assumindo novas pautas (TRINDADE, 2012; BARROS, 2016; CRUZ, 2020).

Essas intervenções também geraram mobilizações locais. Ainda na década de 1970 moradores contam que um trabalhador da Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL) foi assassinado pela polícia, houve uma grande mobilização que infelizmente não seguiu adiante pelo medo que se impunha naquele momento pelo Regime Militar. Já nas décadas de 1980/1990 a mobilização mais intensa ocorreu por conta da atuação das mulheres na demanda pela implementação de uma creche na região. É também daquele período, mais especificamente de 1995, a fundação da Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático e Sustentável (Rede CCAP)⁷ que até hoje atua no território com Educação, Comunicação Comunitária, Esporte e Cultura.

Infelizmente, ainda que vivendo em um território muito próximo (e atendido) pela grande instituição Fiocruz, Manguinhos, assim como Maré, ao passo que foram alvo de intervenção direta do Estado através de políticas sociais e de desenvolvimento, também se tornou, diante dos efeitos neoliberais da precarização e exploração do trabalho, um espaço empobrecido da cidade, com altos índices de contaminação tuberculose⁸, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁹ e, alvo da violência do Estado sob justificativa do enfrentamento á violência dos grupos civis armados. Esses elementos levaram a população a criar o Fórum Social de Manguinhos e a Comissão de Moradores de Vila Turismo, em 2007 e que se fundiram gerando outras mobilizações no território, como a luta pela implementação do Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e outras drogas (CAPS AD) Carlos Augusto da Silva 'Magal' (BARROS, 2016), a criação o Coletivo Mães de Manguinhos, em 2015, na luta contra a violência letal da polícia (CRUZ, 2020).

Sendo assim, olhar para a história da Maré e Manguinhos é também olhar para a construção de uma cidade e de um país desigual, que se territorializa na maneira desigual que o Estado atua nas áreas de favelas e periferias brasileiras. Ao mesmo tempo, é de fundamental

⁷ Cf.: Rede CCAP. Disponível em: <http://redeccap.org.br/>. Acesso em: 31 jul.2023.

⁸ Cf.: Quadro da tuberculose piora no Rio: favelas populosas têm piores índices. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/quadro-da-tuberculose-piora-no-rio-favelas-populosas-tem-piores-indices-21947857>

⁹ Cf.: Observatório dos conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Manguinhos. Disponível em: <https://observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/observa2019/fox/observando.php?id=24#:~:text=Manguinhos%20est%C3%A1%20entre%20os%20cinco%20%C3%BAltimos%2C%20com%20IDH%20de%200%2C726>. Acesso em: 01 ago.2023.

importância reconhecer os amplos processos de mobilização comunitária que conformam e constroem esses espaços, além das especificidades e diferenças que constroem as identidades das favelas que compõem ambos os conjuntos de favelas gerando mobilizações diversas com pautas que se relacionam e se separam mantendo a contradição viva na construção da cidade como um todo.

Segurança Pública e organização a partir de Favelas

Como se buscou demonstrar brevemente tanto Manguinhos quanto Maré têm sua história marcada pela atuação do Estado que remove e cria condições de mobilidade e moradia precárias gerando a necessidade de modelos de autogestão para a contenção das necessidades como é o caso dos mutirões de construção de casas, de colocação de laje de alvenaria, de criação de encanamento para as casas além de gerar uma economia do cuidado (DEBERT e PULHEZ, 2019) que implica na criação das condições necessárias para o desenvolvimento das pessoas, onde as mulheres são as principais responsáveis pela família e pela comunidade (GONZALEZ, 2018).

Na atuação do Estado por meio da atuação das polícias e outras forças militarizadas nos territórios de favelas sob a égide da segurança pública os processos de mobilização e organização popular também têm sido implementados por uma maioria de mulheres que atuam primeiro para garantir a vida e a integridade de seus entes queridos, incluindo pessoas vizinhas ou após violações de direitos humanos, na luta por justiça por seus entes queridos. Essa é uma realidade vivida na maioria das favelas com as quais as autoras têm tido contato ao longo de sua trajetória profissional.

Filmes como os longa-metragem “Notícias de uma Guerra Particular” (1999)¹⁰ e “Entre Muros e Favelas” (2005)¹¹ que falam especificamente sobre a situação grave da segurança pública do Rio de Janeiro nos anos 1990 e 2000, demonstram como moradoras/es e trabalhadoras/es relatam a violência vivida em seus territórios. No primeiro filme é possível, inclusive, identificar como as mulheres na iminência de viverem mais uma perda vão juntas atrás de policiais que efetuaram uma prisão para garantir que de fato aquela pessoa detida fosse levada com vida à delegacia.

Nos filmes fica também visível que o calibre das armas e as tecnologias bélicas estavam bem menos avançadas e a resistência dos grupos civis armados e organizados para garantir o mercado do varejo das drogas naquele local. A política de segurança, então, tratava ainda, a partir das bases locais, a atuação local dos varejistas. Manguinhos e outras partes da cidade naquele período puderam experimentar essas bases locais que em muito se diferenciavam das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) dos anos 2010. Outros programas como o Departamento de Polícia Ostensiva (DPO) e o Grupo de Policiamento de Áreas Especiais (GPAE) faziam parte das estratégias de controle e vigilância, sem, contudo, gerar grandes conflitos armados como passou a acontecer com o declínio das UPPs (BARROS, 2016; CRUZ, 2020).

¹⁰ Cf.: Notícias de uma guerra particular. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=55Aqud3z7gk>. Acesso em: 01 ago.2023.

¹¹ Cf.: Entre Muros e Favelas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sghpqM4g334>. Acesso em: 01 ago.2023.

A segurança pública em Manginhos foi uma questão desde sua fundação, se pensarmos que a favela nasce no início do século XX, como dissemos. Aquele período em que a sociedade carioca amargava a transformação urbana baseada na remoção e expulsão dos pobres, majoritariamente negros, dos cortiços do Centro da cidade. Contudo, durante os anos 1970, 1980 passou a ser um território, segundo moradores antigas, de muitas disputas entre grupos rivais. Com a ascensão das facções “do tráfico” como conhecemos hoje entra-se nos momentos de ocupação do DPO e mais recentemente, em 2012 a invasão e ocupação pela UPP, que por seu turno imprimiu outras dinâmicas ao território, inclusive com execuções sumárias de jovens negros¹² que mobilizou o nascimento do conhecido coletivo de Mães que lutam pelo direito à Justiça e à verdade sobre o assassinato de seus filhos, Mães de Manginhos (CRUZ, 2020). A partir dessa experiência, mulheres-mães vêm realizando acolhimento mútuo, ao mesmo tempo, que ampliando o diálogo sobre verdade e justiça com atores estratégicos da cidade.

No conjunto de favelas da Maré, a realidade não é diferente. Embora o programa das UPPs não tenha chegado até a Maré, esta vem sofrendo com o processo de militarização de sua vida cotidiana. Entre abril de 2014 e junho de 2015, por exemplo, por meio de um decreto federal de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), a Maré foi ocupada por tropas das Forças Armadas. Foram 15 meses de uma ocupação extremamente militarizada com tanques e armas de guerra, barricadas com sacos de areia e centenas de jovens militares ocupando um território fortemente armados e que demonstraram ter pouco domínio sobre o seu fazer.

Se o início da ocupação foi atravessado por muitos sentimentos e expectativas pelos moradores que viram reduzir a circulação das armas por grupos ligados a atividades ilícitas no território, com o passar do tempo a ocupação militar demonstrou-se insustentável tanto financeiramente como na rotina de atuação das tropas. Com um custo diário de 1,7 milhão por dia¹³, moradores da Maré viveram uma rotina de abordagens truculentas e confrontos armados que marcaram o período. Não há como esquecer a abordagem feita a tiros de fuzil por militares a um grupo de 4 jovens na favela do Salsa & Merengue, na Maré, quando Vitor Santiago, à época com 29 anos, teve sua perna alvejada, necessitou amputá-la ficando paraplégico. Para além do uso desmedido da força e truculência na abordagem, todo processo de socorro e investigação deste crime foi dificultado pelos militares.¹⁴

Foi neste período que se iniciou uma articulação de comunicadores periféricos que passaram a acompanhar processos de violências e violações de direitos que ocorriam no período de da ocupação militar na Maré e pensar estratégias de publicização e construção de contra narrativas sobre o que acontecia na Maré. A partir dessa articulação criaram uma página no *facebook* chamada “Maré Vive” que, atualmente, conta com mais de 213 mil seguidores entre moradores da Maré e de outras partes da cidade.

Após a saída das Forças Armadas e retomada das operações policiais rotineiras, a página do *facebook* e *instagram*, funcionam como um espaço de troca de informações entre moradores, criando mecanismos de autoproteção para aqueles que precisam circular no

¹² Em 20 de março de 2023 completaram-se 10 anos do primeiro homicídio ocorrido em Manginhos com a participação direta de policiais da UPP Manginhos.

¹³ Dados coletados por pesquisa da ONG Redes da Maré no período da Ocupação das Forças Armadas na Maré. Para acessar o relatório final da pesquisa:

https://www.redesdamare.org.br/media/livros/Livro_Pesquisa_ExercitoMare_Maio2017.pdf

¹⁴ Para entender melhor sobre o caso, veja o vídeo produzido pela Justiça Global com Vitor Santiago:

https://www.youtube.com/watch?v=_rKcQubKnuc

território nestes dias. Além disso, cumprem um papel importante de visibilizar violências e violações de direitos que acontecem em dias de operações policiais junto a jornalistas¹⁵. Em Manguinhos a experiência da comunicação comunitária caminha por um legado deixado pela atuação das instituições que buscam fortalecer a formação de jovens comunicadores/as comunitários/as que tornaram o *Fala Manguinhos*¹⁶ um espaço importante de comunicação entre e para pessoas moradoras e trabalhadoras das favelas de Manguinhos.

Como já abordado anteriormente, as grandes operações policiais vêm se caracterizando como o principal meio de atuação das forças policiais nas favelas do Rio de Janeiro. O que deveria ser acionado como uma exceção, vem se configurando como prática policial cotidiana nesses territórios. Para além das diversas formas de violências e violações de direitos que historicamente acontecem nestas operações policiais, a frequência e intensidade dos confrontos armados nestes dias vem gerando a paralisação de uma série de serviços que atendem milhares de pessoas em favelas e periferias.

A partir desse incômodo, somada a necessidade de acolhimento de vítimas de violências durante estas ações, a ONG Redes da Maré desde 2016 vem desenvolvendo um trabalho *in loco* nos dias de operação policial que busca manter os equipamentos da organização abertos nestes dias para demandas de moradores que estão sofrendo violências e violações de direitos por agentes de segurança. Metodologia de acolhimento muito própria de contextos de favelas e historicamente realizadas por mulheres em situações de risco, violências e ameaças praticadas por policiais em favelas e periferias. A partir desta experiência, a organização não governamental vem organizando “plantões de acolhimento” com uma equipe técnica especializada, formada majoritariamente por assistentes sociais, psicólogas, e advogadas, que realiza o acolhimento dos familiares e vítimas, diálogos com os agentes de segurança em situações de abuso de autoridade, além de orientações e acompanhamento de moradores a serviços públicos como hospitais e delegacias.

Também durante estes “plantões” é realizada a coleta de dados sobre os impactos das operações policiais que vão desde fechamento de equipamentos públicos como escolas e unidades de saúde, até situações de violações de direitos e descumprimentos de determinações legais por parte das forças policiais. A partir desses dados coletados e confirmados *in loco*, a Redes da Maré vem construindo um banco de dados quantitativo e qualitativo que apoia processos de comunicação e disputa de narrativas. O primeiro deles ligado a atuação do jornal comunitário Maré de Notícias que realiza a cobertura factual e de conteúdo nestes dias, realizando a disputa de narrativa direta com veículos de comunicação de massa sobre os impactos destas operações policiais; além de produzir o Boletim pelo Direito à Segurança Pública da Maré¹⁷ que sistematiza os dados dos impactos da violência armada anualmente, que em 2023, chegou a sua 7ª edição.

¹⁵ Nos últimos anos, a página também vem abordando diferentes temáticas que vão desde obras e serviços públicos de interesse aos moradores, até divulgação de experiências positivas vivenciadas por moradores da Maré, como o caso de jovens que ganharam um campeonato mundial de jiu-jitsu.

¹⁶ Cf.: Agência de Comunicação Fala Manguinhos. Disponível em: <https://www.atados.com.br/ong/agencia-de-comunicacao-fala-m>. Acesso em: 01 ago.2023.

¹⁷ Para ver o conteúdo de todos os Boletins pelo Direito à Segurança Pública Na Maré: https://www.redesdamare.org.br/br/publicacoes?download_tipo_id=7

ADPF das Favelas

Uma outra estratégia que tem sido fundamental para mitigação das violências que acontecem no contexto das operações policiais nas favelas é o uso de instrumentos jurídicos coletivos. Estes instrumentos jurídicos vêm se construindo como uma importante ferramenta para ampliar o debate da segurança pública para além do poder executivo estadual. Acionar o poder judiciário e toda a sociedade no debate sobre segurança pública nas favelas, fortalece um debate sobre o papel do Estado, em seu conceito ampliado, na construção de novas formas para que as polícias atuem nesses territórios, pautado na garantia de direitos e valorização da vida de quem vive nesses territórios.

Uma experiência importante refere-se a Ação Civil Pública 0215700-68.2016.8.19.0001, mais conhecida como ACP da Maré¹⁸. Em junho de 2016, com o avanço de uma operação policial no período noturno na Maré, um grupo de organizações, lideranças comunitárias e familiares de vítimas da Maré junto a Defensoria do Estado do Rio de Janeiro foram até o plantão judiciário estadual informar ao juiz que uma operação policial sob a justificativa de cumprimento de mandado judicial, avançava no período da noite¹⁹. Neste dia, após a construção coletiva sobre as ilegalidades daquela atuação, a juíza determinou a suspensão da operação policial e retirada dos agentes de segurança envolvidos na ação do conjunto de favelas da Maré.

Depois de provocações de moradores e organizações da Maré, a Defensoria Pública transformou esta em uma ação coletiva que tinha como objetivo ampliar o controle sobre as atividades policiais durante as operações e mitigar os impactos destas na vida cotidiana da Maré, apresentando ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A partir dos atendimentos realizados junto a familiares de vítimas e relatórios com dados quantitativos e qualitativos sobre os impactos das operações policiais fornecidos pela Rede da Maré, a Defensoria Pública deu entrada ainda em 2016 neste processo judicial que viria a ser a primeira ação coletiva a se debruçar sobre o tema de segurança pública nas favelas. Entre os principais pedidos destacava-se o cumprimento de uma série de legislações estaduais como disponibilização do uso de ambulância em dias de operação policial²⁰, a inviolabilidade do lar e a proibição de operações policiais para cumprimento de mandado judicial no período da noite²¹. Além de requerer a construção de um plano de redução de riscos e violências durante as operações policiais no conjunto de favelas da Maré.

Como estratégia de fortalecimento do debate público sobre a ação judicial, uma série de ações foram adotadas no período que passaram: [1] pelo diálogo com representantes de órgãos públicos e moradores da Maré sobre a Ação coletiva, [2] produção e sistematização de dados sobre os impactos da Ação no cotidiano de quem vive na Maré, [3] divulgação e ampliação do debate através de campanhas nas ruas da Maré e [4] diálogos com formadores

¹⁸ Cf.: Redes da Maré. Ação Civil Pública na Maré. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/49/acao-civil-publica-da-mare>. Acesso em: 01 ago.2023.

¹⁹ Segundo o artigo 22 do Código Penal é vedado o cumprimento de mandado judicial no período entre 21h e 5h da manhã.

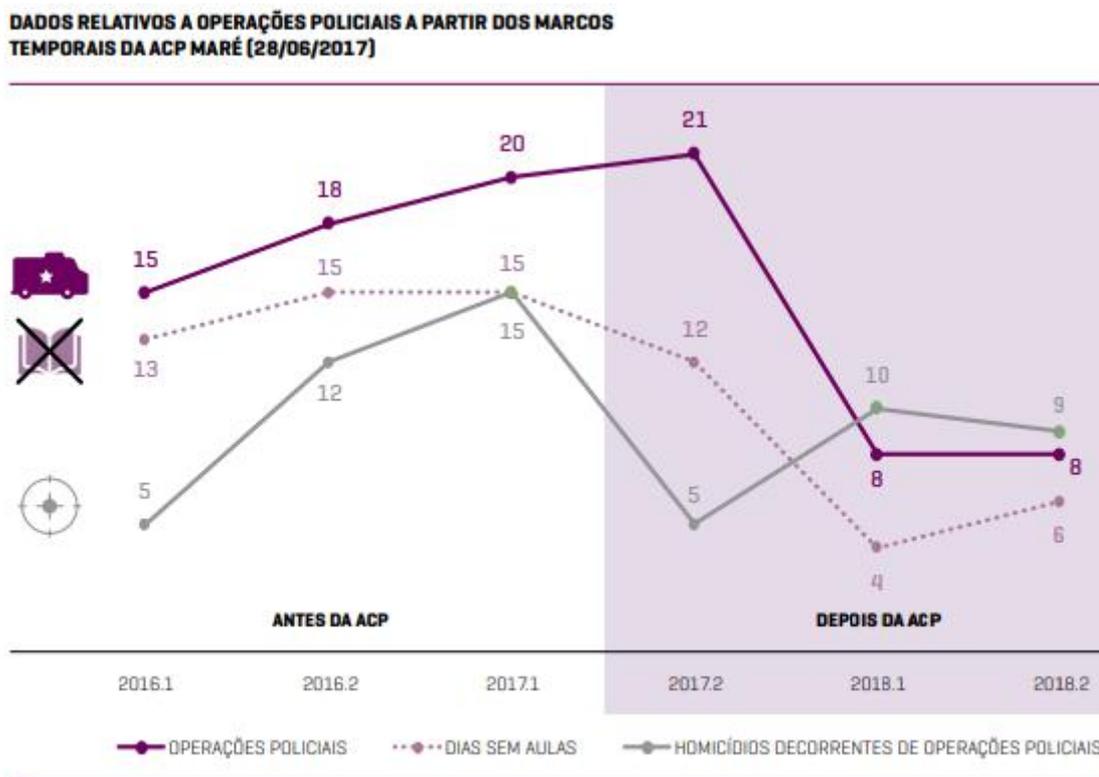
²⁰ LEI Nº 7.385, DE 14 DE JULHO DE 2016. Disponível em: https://intranet.mprj.mp.br/documents/10227/17427961/lei_n_7.385_de_14_de_julho_de_2016.pdf. Acesso em: 01 ago.2023.

²¹ Constituição Federal de 1988, Art. 5º, inciso XI.

de opinião na cidade. A partir destas ações lideradas por moradores e organizações da Maré foi possível ampliar o debate do processo judicial, extrapolando os muros do poder judiciário.

Em junho de 2017, a ACP da Maré conseguiu uma tutela provisória que determina medidas a serem cumpridas pelo governo do estado e que impacta sobremaneira a forma como as polícias atuam naquele território. Enquanto víamos o aumento das operações policiais em várias favelas do Rio de Janeiro, dados apresentados pelo 3o Boletim pelo direito à Segurança Pública da Maré, aponta para uma redução significativa dos dias de operações policiais e fechamento das escolas e unidades de saúde na Maré:

Gráfico 1: ACP da Maré e impacto nas operações policiais na Maré entre 2016 e 2018



Fonte: 3o Boletim pelo Direito à Segurança Pública na Maré. Redes da Maré.

Diante desta importante articulação local na Maré, e de seus resultados, foi que em 2019 o Partido Socialista Brasileiro (PSB) em conjunto com movimentos sociais, organizações sociais e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ) inspirados na ACP da Maré elaboraram uma ação e deram entrada no Supremo Tribunal Federal (STF) com o intuito de chamar à responsabilidade os ministros/as da Suprema Corte para que pudessem proporcionar uma incidência junto ao governo do Rio de Janeiro, ainda comandado por Wilson Witzel²² por conta do aumento da letalidade policial nas favelas da cidade, incluindo algumas envolvendo denúncias de homicídios cometidos por franco

²² Cf.: *Wikipedia*. Wilson Witzel. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wilson_Witzel. Acesso em: 01 ago.2023.

atiradores da Polícia Civil em Manguinhos²³ e, a Chacina do Fallet-Fogueteiro²⁴ que terminou com 15 pessoas assassinadas pela polícia militar com fortes indícios de execução, assim como a execução do adolescente João Pedro Mattos Pinto, e seu desaparecimento por horas após uma operação da Polícia Civil em São Gonçalo²⁵.

Considerando elementos da ACP da Maré, da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em relação ao Caso Nova Brasília²⁶ e da conjuntura atual da segurança pública a ADPF 635 foi apresentada em 2019 e ganhou outros contornos a partir da pandemia de COVID-19, levanto a importantes vitórias como a determinação de que as operações policiais em favelas somente ocorresse sob a demonstração de absoluta excepcionalidade e que que as polícias no estado utilizassem câmeras corporais e nas viaturas além de determinar a elaboração e implementação de um plano de redução da letalidade policial²⁷.

A mobilização e articulação de movimentos sociais, ONGs, universidades e a Defensoria Pública do Estado demonstraram que é possível incidir a partir desses instrumentos jurídicos, embora não tenham sido efetivos para alterar o modo de operar das polícias e dos governantes no estado. Contudo, é importante destacar a efetividade da ADPF 365 na proteção da vida quando implementada de acordo com as determinações do STF.

De acordo com o Grupo de Estudos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF)²⁸ estimou a partir de uma triangulação de informações estatísticas que a ADPF 635 pode ter poupado cerca de 288 vidas em 2020. Além disso, ficou expresso também a suspensão das operações não gerou aumento de outros índices de crimes:

As análises mostraram ainda que a redução de 59% na quantidade de incursões armadas no ano passado ante 2019 resultou no número mais baixo de operações computadas na série histórica de 2007 a 2020 (320 contra média histórica de 808). Também no ano passado, houve queda de 39% dos crimes contra o patrimônio — roubos de veículo, de carga, a transeuntes, em coletivo e de aparelho celular — e de 24% dos crimes contra a vida — homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, além de morte por intervenção de agente do Estado — na comparação com 2019. **Com isso, o estudo concluiu que a restrição às operações policiais estabelecida pela ADPF das Favelas não implicou o aumento das ocorrências**, apesar de alegações de que a redução das incursões impediria a polícia de combater a criminalidade²⁹.

²³ Cf.: Snipers em manguinhos: laudo revela que disparo que matou porteiro veio de cima. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/snipers-em-manguinhos-laudo-revela-que-disparo-que-matou-porteiro-veio-de-cima-23599597.html>. Acesso em: 01 ago.2023.

²⁴ Cf.: Chacina do Fallet-Fogueteiro - 08 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_do_Fallet-Fogueteiro_-_08_de_fevereiro_de_2019. Acesso em: 01 ago.2023.

²⁵ Cf.: Como está aquele caso: João Pedro, adolescente morto em conjunto de favelas do RJ. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/30/como-esta-aquele-caso-joao-pedro-adolescente-morto-em-conjunto-de-favelas-no-rj.ghtml>. Acesso em: 01 ago.2023.

²⁶ Cf.: Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil. Sentença de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf. Acesso em: 01 ago.2023.

²⁷ Cf.: ADPF 635. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5816502>. Acesso em: 01 ago.2023.

²⁸ Cf.: Operações policiais e violência letal no Rio de Janeiro: os impactos da ADPF 635 na defesa da vida. Disponível em: <https://geni.uff.br/2021/04/05/operac%CC%A7o%CC%83es-policiais-e-viole%CC%82ncia-letal-no-rio-de-janeiro-os-impactos-da-adpf-635-na-defesa-da-vida/>. Acesso em: 01 ago.2023.

²⁹ *Idem*.

Ainda que a resistência do governo estadual do Rio de Janeiro e das agências policiais na implementação das medidas previstas nas decisões do ADPF 635 a mobilização das populações faveladas segue resistindo ao autoritarismo e a violência letal implementada pelas políticas de segurança pública e por seus efeitos na atuação dos grupos civis armados que reiteram a morte como política de Estado e a violação de direitos humanos nos territórios negros da cidade.

Considerações finais

O presente artigo busca de forma breve e resumida debater sobre estratégias de mitigação das violências em territórios negros da cidade do Rio de Janeiro. A partir da experiência das favelas de Manguinhos e Maré, buscou-se exemplificar as diferentes formas de violências e negligências que estão submetidas estes territórios e seus moradores. Como afirmado anteriormente, é nesses territórios que o racismo estrutural se territorializa seja na precariedade dos serviços ofertados pelo Estado, seja pela maneira violenta da atuação de agentes de segurança pública, seja na naturalização de toda sociedade destes processos que acontecem cotidianamente nesses espaços.

Ao mesmo tempo, o texto busca evidenciar como que moradores dessas regiões, em especial mulheres negras, vêm se articulando para a autocuidado, autoproteção e para a reivindicação de direitos sociais garantidos por marcos legais. Estas estratégias gestadas nas favelas da Maré e Manguinhos, mas também em tantos outros territórios negros, vem permitindo avanços na garantia de direitos básicos de uma população historicamente negligenciada pelo Estado. Estratégias que articulam acolhimento mútuo, diálogo comunitário, produção de dados e narrativas e diálogo com poder público, vem sendo fundamental na mitigação das violências que ocorrem em favelas e periferias.

Mostra-se fundamental reconhecer estas estratégias históricas de luta por direitos e protagonismo das pessoas que mais são afetadas pelas desigualdades raciais e sociais desse país na construção de estratégias de mudanças da realidade. São estas estratégias aliadas a instrumentos jurídicos que vêm contribuindo para um debate mais democrático sobre as formas de atuação das forças policiais em favelas e periferias no Rio de Janeiro. É apenas no encontro destes saberes e técnicas que é possível provocar o Estado sobre a maneira que vem atuando historicamente nesses territórios.

Referências

BARROS, R. Rio de Janeiro: caleidoscópio da militarização urbana. *In*: FARIAS, J., et al. *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. p. 283-296.

BARROS, R. *Urbanização e "pacificação" em Manguinhos: um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo*. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (tese). Rio de Janeiro. 2016.

CARVALHO, M.B., ROCHA, L.M, MOTTA, J.W.B. *Milícias, facções e precariedade*: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2023. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2023-03/boll_milicias_faccoes_e_precariedade_boll-e-cidades.pdf. Acesso em: 31 jul.2023.

CHALHOUB, S. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na Corte Imperial. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CRUZ, M. *Aqui a bala come, não tem aviso prévio: favela, necropolítica e a resistência das mulheres-mães guardiãs da memória*. Dissertação (Mestrado). UFRJ/PPGSS. Rio de Janeiro. 2020.

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. *Relatório Parcial do Circuito Favelas por Direitos*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14Qy6yleYpugnSF3MrBpKhIpu0QmiyYV9/view>. Acesso em: 30 out.2018.

DEBERT, G. PULHEZ, M. “Apresentação” In: DEBERT, Guita Grin Debert; PULHEZ, Mariana Marques [Orgs]. *Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência* / 2.ed. - Campinas, SP : UNICAMP/IFCH, 2019. p.05-28.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 01 ago.2023.

MATTOS, R. Aldeias do Mal. *Revista da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 28-33, Outubro 2017.

MATTOS, R. C. *A ocupação do Morro da Favela no contexto do 1º Centenário da Independência e o discurso de José da Barra (o "chefe de polícia" da localidade)*. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2014.

REDES DA MARÉ. *Censo Maré*. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/12/censo-mare>. Acesso em: 01 ago.2023.

TRINDADE, C. P. D. *"Não se faz omelete sem quebrar os ovos"*: política pública e participação social no PAC Manguinhos - Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação de História Social da Universidade Federal Fluminense (doutorado). Niterói, p. 244. 2012.

O IMPACTO SOCIAL DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA UFRJ

Erimaldo Nicacio

Introdução

A irrupção da pandemia de COVID-19 no início de 2020 impôs à população mundial uma situação sem precedentes, pelo menos nos últimos 100 anos: uma doença que se disseminou rapidamente pelo mundo, com elevada taxa de letalidade e de transmissão. O impacto econômico da pandemia foi imediatamente reconhecido. Alguns pesquisadores (vide por exemplo, Metri e Crespo, 2020, Palludeto et al, 2020, IMF, 2020) descreveram as consequências das medidas adotadas para reduzir o ritmo de transmissão da doença e consequentemente a incidência de casos graves que viriam a pressionar o sistema de saúde. Na medida em que a quarentena era acompanhada da paralisação de diversos serviços, essa situação trazia de maneira óbvia como efeitos: o risco de falências em alguns setores; fragilização de cadeias produtivas; demissões; perda de renda dos trabalhadores autônomos; aumento da pobreza e da miséria, entre outros. A pandemia implicava, portanto, além da crise sanitária, uma crise econômica de grande magnitude que exigiu a intervenção do Estado para proteger a renda das pessoas, a solvência das empresas e a estabilidade do mercado financeiro. Até mesmo o FMI (IMF, 2020) passou a defender a importância da intervenção dos Estados nacionais no enfrentamento das consequências econômicas e sociais da pandemia.

Os custos sociais deste quadro não demoraram a se fazer sentir. Santos (2020) mostrava os efeitos da quarentena em diferentes grupos: as mulheres, os trabalhadores precarizados, a população de rua, os moradores das periferias e das favelas, os refugiados, os idosos. Como observaram (Matta, Rego, Souto, e Segata, 2021) o discurso midiático de que “estamos todos no mesmo barco” não correspondia à realidade. Era mais adequado afirmar que estávamos “todos no mesmo mar revolto”, alguns em grandes iates, outros em embarcações frágeis e outros ainda sem embarcação e à deriva.

Ao mesmo tempo, alguns autores passaram a se dedicar ao estudo do impacto psicossocial da pandemia¹. Brooks et al apresentam alguns estudos sobre os efeitos negativos da quarentena: sintomas de estresse pós-traumático, raiva, confusão, nervosismo, medo, frustração, aborrecimento, dificuldade de concentração, perda de produtividade, relutância em trabalhar, culpa. Os autores identificam como fatores estressores: medo de ser infectado, perda de rotina, e de contato social, falta de recursos básicos para a sobrevivência no período de quarentena, informação inadequada, perda de renda, estigma (sobretudo no caso dos profissionais de saúde e idosos).

Algumas pesquisas se concentraram especificamente no estudo acerca dos estudantes de graduação. Chirikov (2020), por exemplo, do *Student Experience in the Research University (SERU)* Universidade da Califórnia – Berkley, realizou um *survey* com 30.725 Estudantes de graduação e 15.346 estudantes de pós-graduação (que incluía mestrados e doutorados acadêmicos e profissionais). Um *pool* de nove universidades se reuniu para esta pesquisa.

¹ Huremović (2019) já alertava para os problemas de saúde mental decorrentes de um surto de proporções pandêmicas.

Os resultados mostraram que a incidência de Transtorno Depressivo Maior era de 35% dos estudantes de graduação e 32% de pós-graduação. Para efeitos de comparação, a prevalência de Depressão na população em geral era, na época, de 4,4%. No caso do Transtorno de Ansiedade Generalizada, 39% dos estudantes de graduação e 39% dos estudantes pós-graduação foram identificados positivamente. Na população em geral, a prevalência de TAG era de 3,6%.

A pesquisa apontou que a prevalência de Transtorno Depressivo Maior entre estudantes de pós-graduações acadêmicas e profissionais foi o dobro do registrado em 2019, enquanto que para o Transtorno de Ansiedade Generalizado houve um acréscimo de 50%. É interessante observar que as taxas mais acentuadas foram encontradas em: estudantes de baixa renda, pessoas LGBT e estudantes que cuidam de outras pessoas e estudantes que apresentaram dificuldade de se adaptar ao ensino remoto.

O estudo de Sun et al (2021) mostra a alta incidência de sintomas psiquiátricos entre estudantes universitários. 67,05% relataram estresse traumático, 46,55% apresentaram depressão e 34,73% relataram sintomas de ansiedade. Além disso, 19,56% mencionaram ideação suicida.

A pesquisa relacionava os seguintes fatores associados aqueles sintomas: problemas financeiros relacionados à COVID-19, a presença da ameaça de contrair a doença, o estigma em relação às pessoas com a doença.

Tendo como ponto de partida a percepção da complexidade da pandemia, por seu caráter multidimensional, este artigo tem por objetivo apresentar os principais resultados da pesquisa “*Incidências Sociais Subjetivas da Pandemia de Covid-19 e da Quarentena na Vida dos Estudantes de Graduação da UFRJ*”. Esta pesquisa, de caráter qualitativo, tomou como ponto de partida as seguintes questões: O que mudou na vida desses estudantes? Como eles atravessaram a experiência da quarentena? Como vivenciaram o ensino remoto?

Metodologia

Os dados foram coletados de duas formas: *entrevistas semi-estruturadas*, baseadas em um roteiro prévio e um *grupo focal*. Os dois procedimentos foram realizados de forma remota em atendimento às recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) comunicadas em 01 de abril de 2020, com base nas diretrizes do Ministério da Saúde (MS) decorrentes da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

Após autorização do (a) diretor (a) da unidade de ensino, um professor ou coordenador de graduação ou a representação estudantil entrou em contato com os alunos para convidá-los a participar das entrevistas. A lista de e-mail foi passada para a equipe de pesquisa, que entrou em contato por email com os alunos.

Antes das entrevistas ou do grupo focal foi encaminhado por e-mail o RCLE (registro de consentimento livre e esclarecido) para que os estudantes lessem e tomassem conhecimento dos objetivos da pesquisa e da atividade de que eles participariam. Depois eles devolviam o RCLE assinado digitalmente, registrando assim o seu consentimento em participar da pesquisa. A equipe de pesquisa assinou os RCLEs para devolver aos estudantes.

O projeto definiu como meta realizar entrevistas com alunos de um curso de cada um dos seis centros da universidade e também realizar dois grupos focais com alunos dos

mesmos cursos. Até o momento concluímos as entrevistas e um grupo focal com **27 estudantes** de 6 (seis) cursos de graduação, conforme descrito abaixo.

- entrevistas semi-estruturadas

Foram entrevistados **18 estudantes de graduação** provenientes de seis cursos de graduação da UFRJ vinculados a seis centros assim distribuídos:

- Matemática (CCMN): 3 alunos
- Enfermagem (CCS): 3 alunos
- Serviço Social (CFCH): 4 alunos
- Letras (CLA): 3 alunos
- Engenharia (CT): 2 alunos
- Direito (CCJE): 3 alunos

As entrevistas foram realizadas por meio remoto (*Google Meet*) na qual o estudante foi convidado a falar sobre como estava vivenciado a pandemia e a quarentena. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

- grupo focal:

Já realizamos um grupo focal reunindo **9 (nove)** estudantes de graduação, sendo 3 (três) de cada um dos seguintes cursos: 3 alunos de Matemática (CCMN), 3 alunos de Enfermagem (CCS) e 3 alunos de Serviço Social (CFCH). Estes alunos foram convidados por e-mail por indicação de representante da unidade de ensino ou por indicação de alunos que havia sido entrevistados. A reunião foi realizada por meio remoto (*Google Meet*). Os estudantes foram convidados a falar sobre como eles estavam vivendo a pandemia e da situação de quarentena. Um roteiro (anexo II) serviu de pauta para organizar a discussão. A reunião foi gravada para depois ser transcrita.

Os dados sócio-demográficos resumidos a seguir apenas servem para caracterizar o grupo dos participantes da pesquisa, não tendo o propósito de ser representativo do conjunto dos estudantes de graduação da UFRJ. Eles possuíam em média 24 anos de idade. Em relação à cor, 10 se apresentaram como brancos (as), 12 como pardos (as), 5 como pretos (as). Em relação ao gênero 14 se identificaram como mulheres, 12 como homens e 1 como travesti. Moravam na sua maioria na Zona Norte, Zona Oeste e Baixada Fluminense. A renda familiar variava em torno de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00.

Resultados

O material coletado nas entrevistas e grupo focal foi submetido a uma primeira codificação (Bardin, 2000) com base na definição de quatro eixos temáticos que foram utilizados no roteiro para a discussão no grupo focal. As falas sofreram recortes através dos quais se destacaram frases que expressavam a vivência dos participantes. A categorização das frases seguiu a distinção dos quatro eixos temáticos e reagrupou tanto as frases que indicavam temas recorrentes, quanto as que indicavam alguma experiência singular relevante. Os quatro eixos temáticos são os seguintes:

- Incidências sociais da pandemia e da quarentena
- Incidências psíquicas da pandemia e da quarentena

- Estratégias de enfrentamento
- A experiência do Ensino remoto

Incidências Sociais

O impacto da pandemia para cada estudante não se deu de imediato. Ele foi se fazendo sentir na medida em que as pessoas foram atingidas pelas informações que chegavam pelo noticiário a respeito da disseminação da doença e dos casos de mortes, mas também pela interrupção das atividades comerciais e do fechamento de escolas e universidades. Com o tempo, a percepção do que estava acontecendo foi se agravando pelo fato de pessoas próximas serem afetadas pela doença e até mesmo vir a morrer.

No caso em estudo, a maioria dos estudantes não se sentiu desconfortável imediatamente. A partir de março de 2020, a UFRJ decidiu pela suspensão das atividades acadêmicas como medida de proteção à saúde e à vida dos estudantes, dos docentes e dos servidores técnico-administrativos. No início da pandemia os entrevistados ainda não tinham tido a experiência da doença seja consigo próprio ou com algum familiar. Nas primeiras semanas, esta interrupção foi vivida com um misto de estranhamento e tranquilidade. Alguns diziam que atravessaram este período inicial facilmente e até podiam desfrutar da convivência familiar e do conforto da casa. Outros ficaram perplexos com a suspensão repentina das atividades.

A maioria dos estudantes relatou que o início da pandemia e da quarentena foi um período relativamente tranquilo pois consideravam que seria uma interrupção breve das atividades. Muitos até diziam que lembrava um período de férias em que era possível descansar, além de evitar o deslocamento para a faculdade (um trajeto longo para a maioria dos estudantes). Muitos mencionaram a oportunidade de um maior convívio com a família.

A surpresa e a expectativa de que a pandemia passaria rápido são indicadas nessas falas:

Essa situação toda foi bem surpreendente no início, porque não imaginei que ia se estender tanto, então, pelo menos pra mim não foi difícil no início porque eu achava que ia ser um negócio breve, que ia acabar no máximo em dois ou três meses. Então fui levando tudo normalmente, tomando as devidas precauções, comecei a não sair de casa, a faculdade foi cortada, com o tempo alguns projetos que eu participava também, mas eu segui em frente, acreditando que tudo ia se normalizar em algum momento (Murilo, Matemática).

Lembro que no início só tivemos uma semana de aula e na 6a feira conversei com meus amigos: “caramba, acho que vamos ter mais um pouquinho de férias” porque a gente não tinha a dimensão do que seria e do que se transformaria e de como as coisas iriam prosseguir; era tudo muito incerto. E aí acabou que foram passando os meses e foi tudo sendo adiado (Aline, Enfermagem).

Muitos estudantes declararam que, de início, supunham que a pandemia não ia se estender por muito tempo. Conversavam com familiares e amigos sobre as notícias em torno

de uma doença nova que estava atingindo vários países e se perguntavam: como vai ser quando essa doença chegar aqui?

Mesmo assim, isso não impediu que todos fossem tomados por certa perplexidade diante da ruptura que a interrupção das atividades produziu na sua vida. Posteriormente, com o prolongamento da suspensão das aulas e o noticiário sombrio, a grande maioria foi atingida por sentimentos de irritação, desalento, incerteza e perda de referências.

Este aluno do Instituto de Matemática expressa o impacto que essas interrupções causaram: *“Tava começando meu 3º. Período e eu só tive uma semana de aula. Eu tinha uma festa para ir no domingo. Aí cancelaram a festa e a UFRJ suspendeu as aulas. Foi um choque”* (Isaac, Mat.)

O mesmo sentimento encontramos nesta aluna do serviço social:

“Eu estava participando de uma atividade como voluntária na semana pedagógica aí a UFRJ lançou uma nota suspendendo as atividades. Estávamos lá reunidos aí eu fui pra casa meio transtornada. Eu ia trabalhar no dia seguinte e me mandaram uma mensagem dizendo que tinham suspendido as atividades. Aí eu comecei a me desesperar (Mariana, Serviço Social)”

De uma hora para a outra todos tivemos que refazer nossas rotinas. A quarentena virou a vida de todo mundo de cabeça para baixo. Nós, professores, tivemos que aprender, às pressas, a utilizar plataformas de videoconferência para fazer reuniões *on-line*, orientações, atividades de pesquisa, entre outras coisas. No entanto, as aulas continuaram suspensas. E o prolongamento das restrições de mobilidade foram gerando reações de irritabilidade, incerteza e medo.

Aliás, o significante “suspensão” condensa um aspecto importante da nossa experiência diante da pandemia. Tudo ficou em suspenso. Numa espécie de *stand-by*, ou seja, em modo de espera.

Havia um enorme estranhamento diante da obrigatoriedade de ficar em casa. A grande maioria dos estudantes relatou o quanto era estranho ficar restrito ao espaço da casa em função das medidas de distanciamento social. Muitos diziam que o problema não era tanto ficar em casa, mas *“não poder sair”*. Não encontrar mais as pessoas, familiares, amigos, colegas da faculdade. Como dizia esta aluna do serviço social: *“Ficar em casa não é o problema. O problema é o fator obrigatório: ter que ficar em casa é estressante”* (Maria, Serviço Social).

A rotina mudou e teve que ser restabelecida em outras bases. Os estudantes estavam habituados a ir para a faculdade durante a semana e descansar no final de semana. Esta alternância se desfez.

“Então parecia que todo dia era final de semana, que eu não tinha o que fazer. Aí eu dormia bastante, procurava não ficar parada sem fazer nada, estava sempre ou assistindo a alguma coisa ou dando atenção pro cachorro, ou ouvindo música, fazendo algo. Tinha dia que eu ficava caçando o que fazer dentro de casa, aí arrumei meu guarda-roupa, gavetas, tudo procurando o que fazer pra não ficar parada (Isadora, Enfermagem)”

A maioria relatou o sofrimento decorrente da perda de renda dos pais e da necessidade de eles próprios encontrarem um emprego para ajudar nas despesas da casa. Quase metade

dos entrevistados relatava possuir algum auxílio financeiro (auxílio emergencial do governo federal ou auxílio/bolsa da UFRJ). Conforme testemunha Bernardo:

“Mudou a questão de renda, a renda diminuiu durante esse período. E isso acarretou mais estresse, ter que me privar mais de certas coisas, tipo comprar alguma coisa na rua, sabe? Foi muito ruim ter que me privar mais ainda do que já era o habitual (Bernardo, Serviço Social)

Incidências Psíquicas

Os estudantes falaram bastante, tanto de forma espontânea, quanto provocados por alguma pergunta, sobre o impacto da pandemia na sua saúde mental. A grande maioria relatou ter sido afetada por diferentes expressões de sofrimento psíquico. É importante enfatizar que cada sujeito respondeu ao trauma da pandemia de acordo com a sua singularidade e de acordo com suas condições sociais. Por conseguinte, é preciso considerar o que há de recorrente nos diversos relatos, mas também dar lugar à experiência singular de cada um. Mais do que identificar a ocorrência de transtornos mentais específicos, aqui o objetivo é mostrar os termos através dos quais os estudantes descreviam a sua vivência subjetiva.

Havia um sentimento generalizado de perda, o que pode ser observado nas mudanças relatadas anteriormente. Várias coisas foram sendo perdidas quando irrompeu a pandemia. E isso foi vivido com muito sofrimento. No caso dos estudantes de graduação, uma série de perdas estavam associadas à interrupção do ano letivo, como atesta Luiza:

“Foi sentimento de ano perdido, sabe? Depois mais pra junho/julho que foi caindo a ficha que não ia acabar tão cedo isso, que ia continuar até a vacina chegar. Aí já dá um desânimo generalizado, porque ainda tem o risco de se contaminar e ainda assim um sentimento de... não chega a ser tristeza, mas é um desânimo mesmo de qualquer coisa, entendeu? Aí começou o negócio de ensino remoto, mesmo assim não dava vontade de fazer as coisas, porque já tinha perdido praticamente o ano inteiro. Aí, vontade de fazer nada e ficar só esperando mesmo” (Luiza, Enfermagem).

Os estudantes relataram sentir medo. Sentiam medo de transmitir a doença, sobretudo para familiares mais velhos (pais, tios e avós). Medo de ficar doente, sentir dor e medo da morte iminente. E esses medos os deixavam num estado de vigilância constante.

Muitos relataram, também, ter desenvolvido um quadro de ansiedade a partir da pandemia, observando que nunca tinham sentido isso antes. É interessante observar que os relatos trazem situações em que as manifestações de ansiedade acabam sendo confundidas com sintomas da COVID-19. As ocorrências de dor de cabeça, dispnéia (sensação de desconforto respiratório), secura na boca e outras manifestações faziam as pessoas suspeitarem de terem contraído a doença, levando-as a procurar os serviços de saúde, o que contribuía para sobrecarregar o sistema, além de expor a pessoa ao contágio pela proximidade com outros pacientes. É o que relatam Luiz e Isadora.

“Há uns dois, três meses eu tive uma crise de ansiedade na qual eu achei que eu estava com COVID. Eu estava na rua e acredito ter sido uma crise. De repente, eu senti uma

falta de ar, comecei a salivar muito sabe e falei 'caraca, eu tô com coronavírus'. De repente, eu senti uma falta de ar e comecei a salivar muito sabe? Aí eu vim embora. Cheguei em casa falando: 'eu tô com coronavírus, eu tô com coronavírus'. Eu nunca tinha tido uma crise de ansiedade na vida. Minha família me acalmou, aí foi passando aos poucos. Depois não tive mais nada". (Luiz, Matemática)

"Todo dia senti ansiedade.... mão suando muito, às vezes meu coração fica batendo quando paro pra ver jornal, perna balançando, já acordo, no primeiro momento que eu abro o olho e lembro que to vivendo isso, parece um pesadelo" (Isadora, Enfermagem).

A ansiedade se desdobrava no aumento do consumo de comida e de bebida levando as pessoas a engordarem. *"Nessa quarentena me afundei no doce, acho que tô descontando né, porque engordei também"* (Isadora, Enfermagem)

A fala de uma das participantes do grupo focal foi importante pois condensa vários aspectos do impacto da pandemia na vida dos estudantes. A ruptura causada pela pandemia, o sofrimento psíquico decorrente desse corte e as estratégias acionadas para lidar com a situação:

"Então, a faculdade, quando era modalidade presencial, ela meio que funcionava como uma distração pra mim, por mais que tivessem as tarefas da faculdade, porque era um momento que eu saía, que eu via as pessoas, conversava com outras pessoas, que eu via outros ambientes, e aí, com a pandemia, isso foi cortado, inclusive os encontros que eu tinha com os meus amigos, que já eram raros e passaram a ser nenhum, né... Então, isso me deixou bastante deprimida" (Joana, Enfermagem).

Mesmo quando são percebidos aspectos positivos nota-se o quanto é estressante as mudanças que sobrevieram com a pandemia.

"Ta sendo muito gratificante o maior contato com a família, maior convívio. Acho que há um fortalecimento desses vínculos. Eu acho que tá sendo um lado positivo da pandemia. Por outro lado, estressante, porque parece que é.. 24 horas do seu dia você tá naquela tensão, sabe? Porque tá mesclado agora com as atividades remotas [de trabalho e de ensino]" (Amanda, Serviço Social).

A fala de Joana, acima, coincide com os relatos de vários estudantes que referiram alterações no humor, em sua vertente depressiva, com tristeza e desânimo. Outros relataram ter experimentado alterações no seu ritmo de sono, seja demorando a pegar no sono à noite, seja dormindo de madrugada desenvolvendo atividades e acordando mais tarde.

A negação da pandemia provocava raiva em muitos estudantes. Queixavam-se de que parecia que as pessoas estavam indiferentes diante da morte, o que era reforçado pelo discurso negacionista do governo federal, conforme as falas de Amanda e Isadora.

"Bom, tem me incomodado muito as pessoas que acham que não tem que ser feita, porque aqui no meu bairro tá uma loucura.. é.. tá acontecendo pagode, baile, festas, campeonatos de futebol. aglomerações gigantes, então isso me incomoda bastante. (...) Então, acho que fica um pouco enraizado uma sensação de que a gente é diferente, é isolado do restante da cidade. Então, isso deve dar uma sensação de proteção, não é

possível! Junto com o fato de que aqui tem uma grande aprovação também do capeta [o presidente Jair Bolsonaro] e eu acho que isso se reflete bastante no comportamento das pessoas. Tem uma falta de crença à gravidade real da situação” (Amanda, Serviço Social).

Alguns estudantes expressavam o seu incômodo diante do que identificavam como ignorância das pessoas que negavam que os hospitais estavam lotados e que as pessoas estavam sendo entubadas em massa e morrendo. Isadora, estudante de um curso da área da saúde afirmava indignada:

“Eu faria um estudo mesmo do que passa na cabeça das pessoas ver um monte de pessoas com autoridade nacional falando besteira, induzindo né, todo mundo ao erro. Isso me deixa muito triste. desesperança mesmo, porque enquanto as pessoas continuarem desrespeitando as orientações e tomando remédios que não têm comprovação, negando a vacina, inventando as coisas, isso não vai acabar” (Isadora, Enfermagem).

Ela afirmava que o seu desânimo era intensificado pela negação da pandemia promovida pelo governo federal e por uma parte expressiva da população.

“Gente que fala que isso aí é mentira, é fakenews, tem que estar num estado mental de muita negação pra poder não se cuidar ou então... ah, negócio de máscara, querer falar que é uma conspiração da China. O desânimo só vai aumentando cada dia que passa porque a gente vive num país que tem muita produção científica, a gente já podia estar com a vacina, tudo certinho, só que né tudo dificulta, o governo, as pessoas ao meu redor negando a ciência, isso me dá desânimo, a faculdade também me dá. Se eu pudesse me mudar daqui do Brasil, eu me mudaria, acho que o país que tá me deixando triste, no geral. Aí eu fico só me sentindo impotente. (Isadora, Enfermagem)

Mas algumas pessoas destacaram alguns momentos positivos durante a pandemia. Uma delas, por exemplo, mencionou a convivência familiar que a quarentena propiciou. Uma outra aluna relatava uma rotina desgastante, com muitos deslocamentos pela cidade e com a quarentena isso se interrompeu temporariamente, reduzindo assim seu cansaço físico e mental.

Estratégias de Enfrentamento

Todos fomos afetados pela pandemia, mas não da mesma maneira. É importante observar que cada um enfrentou a situação de acordo com os seus recursos materiais, simbólicos e subjetivos. E esses recursos são distribuídos de forma desigual. A maioria dos estudantes entrevistados possuía renda média entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00 e residiam na periferia da cidade. Muitos sofreram com a perda de renda vivida por seus pais.

A maioria dos estudantes relatou ter passado por dificuldades financeiras nas suas famílias. Diante disso, os auxílios financeiros tiveram um papel fundamental para viabilizar a permanência em casa, garantindo condições mínimas para os membros da família. Embora insuficientes, os auxílios foram fundamentais. Dentre os auxílios financeiros mencionados

estão: o auxílio emergencial do governo federal, bolsa-auxílio da assistência estudantil da UFRJ, bolsas de pesquisa e bolsas de extensão.

Era quase uma unanimidade a referência ao uso do computador e da internet como meio de realizar atividades e ter acesso a atividades que permitiam as pessoas manterem algum bem-estar neste contexto de crise sanitária. Um desses recursos foram as *lives*, como relata Monique:

“No início, eu fiquei muito elétrica, eu queria fazer tudo ao mesmo tempo, queria movimentar o corpo, fazer várias coisas dentro de casa, aí conforme o tempo foi passando, a energia foi abaixando assim, acho que a ficha foi caindo e meio que gerou uma confusão mental, assim e aí eu continuei tentando mexer o corpo, fazer algumas atividades, é..., muita coisa ‘tava acontecendo na internet ...’tava tendo aqueles lives, aquelas coisas todas... eu assistia live de exercício físico, assistia live de dança, assistia live de tudo, e aí depois a energia foi baixando um pouco, eu fui ficando meio de saco cheio de tudo.” (Monique, Enfermagem)

Um relato interessante foi de Joana, outra aluna da enfermagem, sobre o recurso que ela encontrou para lidar com a suspensão das atividades e a sensação de incerteza que a pandemia impôs:

“Eu passei por um leque de estratégias, porque, de início, eu tentava me inscrever em tudo quanto é tipo de seminário, congresso, tudo on-line que eu encontrasse, porque eu via toda hora o pessoal mandando mensagens sobre isso no grupo da turma, então eu ficava pensando: ‘Nossa, tá todo mundo fazendo um monte de coisa, e eu aqui parada, então eu tenho que fazer também’. E, acabou que eu quase me afoguei em atividade extra por conta disso, então logo depois eu comecei a acessar mais as redes sociais, principalmente Facebook e Youtube né? tô assistindo muitos vídeos no Youtube pra me distrair e gosto muito de cantar também, então de vez em quando pego uma canção nova pra treinar.” (Joana, Enfermagem).

E como forma de lidar com a ansiedade e o sentimento de incerteza ela relata a seguinte experiência:

“E, admito que também durante esse primeiro período de pandemia eu meio que fiquei viciada em compra on-line, isso funcionou também como uma distração pra mim porque é um sentimento de ter o que esperar, então eu compro e fico esperando o produto chegar, e.. enfim, isso me ajuda de alguma forma com a ansiedade”. (Joana, Enfermagem)

Muitos relataram ter retomado ou iniciado tratamento psicoterápico e/ou psiquiátrico durante a pandemia: *“Em dezembro, eu comecei um acompanhamento psicológico por teleatendimento. Eu agradeço muito a uma professora que me ajudou a conseguir esse acompanhamento porque eu tive muitas crises de depressão, ansiedade e muitos pensamentos deprimentes.”* (Joana, enfermagem).

Outros estudantes disseram ter encontrado suporte na religião:

“Agora que eu vim pra casa do meu sogro tenho acompanhado o espiritismo. Tenho rezado muito. A gente reza por todo mundo, para que as coisas melhorem. Muita coisa a gente tem equilibrado por isso. É um momento muito único da semana. Duas horas

na semana a gente restringe só pra fazer a leitura do evangelho. É uma reunião de fato muito interessante. Tem ajudado muito” (Luiz, Matemática).

Por fim, cabe destacar que a possibilidade de manter atividades remotas ligadas à universidade foi fundamental para que muitos alunos não ficassem tão perdidos e sem perspectiva. Atividades de extensão e de pesquisa, o Festival do Conhecimento e as orientações de TCC foram apontadas pelos alunos como importantes para ocupar o tempo, aprender coisas novas e até mesmo se preparar para o ensino remoto. Ao ser perguntada se manteve algum vínculo de estudos com a faculdade antes do PLE (Período Letivo Excepcional) Maria, do Serviço Social declarou:

“Tinha somente com meu orientador do TCC. E aí teve o Festival do Conhecimento da UFRJ e aí eu me engajei nessa causa, porque comecei a assistir o festival e achei maravilhoso o que estavam fazendo: trazer a universidade pra dentro de casa. E aí depois me inscrevi pra ser monitora, e isso me deu gás novo pra entrar no PLE, porque eu acho que se eu não tivesse feito parte do Festival, eu nem ia aderir ao PLE” (Maria, Serviço Social)

A experiência do ensino remoto

Em 17 de junho de 2020, o CEG (Conselho de Ensino de Graduação) publicou a resolução n. 03 que autorizava e regulamentava a adoção de atividades pedagógicas não-presenciais, em particular o ensino remoto e instituiu o PLE (Período Letivo Excepcional). Desde então, as unidades acadêmicas passaram a implantar o ensino remoto emergencial. No final do mês de agosto de 2020, teve início o PLE.

O roteiro de entrevistas incluiu algumas perguntas sobre como foi a experiência de participar do PLE e sobre o ensino remoto. As respostas mostraram os prós e os contras desta modalidade de ensino. Por um lado, indicam que este recurso teve vários efeitos positivos no sentido de ajudá-los a reorganizar a rotina, manter contato com os professores e colegas da faculdade, permitir o prosseguimento dos estudos para não adiar a formatura. Por outro lado, a maioria dos estudantes falava das dificuldades de realização das atividades propostas. Os estudantes relataram muitas dificuldades no acesso às plataformas devido à falta de equipamento ou dificuldades com o sinal de internet. E concluíam que o ensino remoto não substitui o ensino presencial. No entanto, o que prevaleceu foi a afirmação de que o ensino remoto é importante e é melhor do que não ter atividade alguma vinculada à universidade.

Ter aula em casa implica uma facilidade para os estudantes no sentido de estarem desobrigados de se deslocarem para a faculdade, ainda mais para os que moram longe. No entanto, participar de aulas em casa é difícil, considerando as necessidades de realizar atividades domésticas, a presença de familiares no mesmo ambiente, o cuidado dispensado a crianças pequenas.

Os estudantes se queixavam, também, do intenso ritmo de trabalho imposto pelos professores que parecem ter desconsiderado que os alunos precisam se dedicar a outras disciplinas.

Vantagens do ensino remoto

Muitos estudantes ressaltaram a importância do PLE como uma forma de não atrasar a integralização do curso, mas também para manter um contato com a universidade, já que muitas pessoas não tinham nenhuma atividade na universidade.

“Eu fiquei meio tensa pra sair de casa aí, quando o PLE começou, eu fiz questão de participar porque eu queria ocupar a cabeça, sabe? com alguma coisa relacionada à faculdade, porque já tinha muito tempo que eu não ‘tava fazendo nada da faculdade; aí voltou, eu consegui algumas disciplinas e voltou a Extensão também junto” (Monique, Enfermagem).

A organização do ensino remoto pela universidade foi considerada uma oportunidade para se manter um vínculo com a universidade. Alguns só tinham contato com seu orientador/orientadora de TCC, conforme relata Amanda do Serviço Social:

“Eu estava escrevendo meu TCC. Eu o apresentei no início de agosto, aí antes do PLE eu tava escrevendo ele, então meu vínculo era com a minha orientadora. Meu contato com a universidade era através dela e da coordenadora da secretaria. Estas eram as pessoas com quem eu me comunicava anterior ao PLE. Se eu tivesse interrompido esse contato eu ficaria completamente perdida” (Amanda, Serviço Social).

Para todos os alunos entrevistados, o deslocamento para a faculdade é custoso e desgastante. O ensino remoto traz essa facilidade de evitar o deslocamento e para algumas pessoas isso se traduz em bem-estar:

“A correria do transporte, perder 6 horas do meu dia dentro de transporte público e tal, tirava muito da minha saúde mental, me fazia muito mal esse deslocamento, sabe? Era um cansaço absurdo, então, assim, eu tendo um tempo mais em casa eu fiquei um pouco mais tranquila, mesmo com todas as outras preocupações (Janaína, Serviço Social)”.

Desvantagens do ensino remoto

O ensino remoto não foi uma experiência simples para Amanda. Ao mesmo tempo em que abria possibilidades de aprendizado, gerava uma sobrecarga de trabalho para os alunos. Ao ser perguntada sobre como estava sendo para ela o ensino remoto Amanda, do Serviço Social, afirma:

“Horrível! É a pior experiência que eu já tive na minha vida! Eu nunca estudei tanto na minha vida inteira. Eu não sei se isso é bom, se é ruim, mas acho que como eu tô estressada deve ser ruim; mas como eu tô aprendendo tudo também deve estar sendo bom, porque agora eu tô tendo umas matérias que são do início da faculdade que te ajudam a entender todas as outras que se desdobram. Eu vejo que eu podia ter entendido muito mais fácil todas as outras se eu tivesse feito essas aulas na qualidade que eu tô fazendo agora. Só que como o PLE rouba 24 horas do meu tempo, onde eu tô dando peito pra minha filha lendo texto, sempre, coisa que eu não fazia, então, tem essa coisa de assustador (Amanda, Serviço Social).

Os alunos muitas vezes relatam um sentimento de inadequação por não dispor de um ambiente de estudos adequado para acompanhar as aulas remotamente. Na verdade, o ensino remoto invade a casa dos alunos.

“O ensino remoto está sendo meio complicado assim tipo criar uma rotina pro EAD é um pouco difícil. Acordar cedo, mas ainda assim ter aula no meu quarto, tipo quando tô na minha casa eu não tenho uma estrutura... tipo de ter uma mesinha de estudos e eu sento naquela mesinha e fico lá e tal. Não tenho essa estrutura, então eu fico sentada na minha cama e aí boto um banquinho e fico com o notebook lá na frente”. (Janaína, Serviço Social)

Mariana também relata muitas dificuldades para acompanhar as aulas:

“Eu fico numa cadeira que é péssimo pra mim me mexo muito nas aulas, porque eu fico tentando arrumar uma posição melhor pra, sabe? E toda hora passa gente atrás e toda hora é uma gritaria porque a minha mãe grita o tempo todo, meu irmão pequeno também grita o tempo todo, é bem difícil. (Mariana, Enfermagem)

Outro problema apontado pelos estudantes era a dificuldade de concentração.

“Ao mesmo tempo que eu queria participar, eu percebi que eu não ‘tava tendo foco, não ‘tava conseguindo me dedicar, fui ficando muito dispersa é... nas aulas, nas coisas, ‘tava muito difícil me concentrar pra ler e também pra escrever, eu ‘tava tendo uma dificuldade muito grande e ainda tô. Tô também no período agora, mas tô percebendo essa dificuldade assim de me concentrar, de prestar atenção, de ler, de escrever, tudo isso tá sendo muito complicado”. (Monique, Enfermagem)

“Quando você tá na cama, você sente aquela vontade de se deitar, você sente aquela vontade de dormir. Acordar cedo é complicado, mas eu tenho tentado estar presente nas minhas aulas e tentado acompanhar ao máximo como eu fazia na época que era presencial” (Janaína, Serviço social).

“Dentro de casa você tem várias coisas que te distraem, coisas que você considera mais prazeroso fazer, e isso tira o seu foco no estudo, faz com que você perca a vontade de pegar pesado naquilo e tudo o mais” (Murilo, Matemática)

A dificuldade de concentração se somava ao grande volume de atividades proposta por alguns professores que consideravam que os alunos dispunham de mais tempo por estarem em casa:

“Então, eu acho que a dinâmica pro PLE funcionar exige um gasto de energia individual muito grande, que é anterior ao momento ao vivo das aulas. Então, é o que compromete 24 horas, porque você tem as suas atividades de trabalho, as suas atividades domésticas, as suas atividades individuais (comer, dormir, tomar banho) e você ainda tem que fazer as suas aulas. Só que pra você fazer as suas aulas, você tem que se preparar para as suas aulas, então onde que você vai encaixar na sua dinâmica tempo pra poder assistir videoaulas de por exemplo, 3 horas, 4 horas de duração? Eu tenho uma matéria, que teve um compilado de videoaulas pra ver pra semana seguinte que

somavam 12 horas. Como é que eu vou encaixar 12 horas num dia que tem 24? Como é que eu faço o resto? É complicado. Como eu tenho outras matérias, acaba que eu vou ter um, dois dias pra poder encaixar essas 12 hrs, aí acordo antes da minha filha, vejo uma horinha aqui, fazendo comida vejo outra horinha aqui, tomando banho vejo mais um pouquinho; você acaba sobrepondo as atividades, então enquanto você toma banho você estuda, enquanto você amamenta você lê, enquanto você anda de carro você tá ao vivo na videoaula. Então, acho que o PLE tá incorporando 24 horas da vida de todo mundo (Amanda, Serviço Social).

A experiência do PLE também foi marcada por dificuldades de muitos alunos conseguirem vagas nas disciplinas, já que muitas unidades decidiram priorizar a oferta de disciplinas para os alunos concluintes.

“Mas, em relação ao ensino remoto, foi um pequeno baque, porque a maioria delas eram gravadas, aí eu perdi um pouco meu espaço de tirar dúvida, depois da aula presencial, eu, geralmente, na UFRJ, eu me reunia com os amigos na sala do departamento pra ficar estudando alguma coisa ou conversando sobre um assunto. A gente não tinha mais esse espaço”. (Murilo, Matemática)

Discussão

A escuta dos estudantes de graduação da UFRJ nos permitiu verificar como a pandemia é um fenômeno complexo que comporta implicações sanitárias, sociais, econômicas e psíquicas. Além disso, foi possível verificar que os efeitos da pandemia na vida das pessoas não são homogêneos. Variam de acordo com a classe social e os recursos de que cada um dispõe, que incluem os diferentes ativos que cada família possui e, também, o acesso a direitos básicos de cidadania.

É claro que a pandemia produziu os seus efeitos dentro de uma dinâmica social estabelecida. Isso não nos autoriza a minimizar o caráter de ruptura e de novidade que ela trouxe. Ao mesmo tempo, não deixa de ser verdade, como afirmou Santos (2020) que o mundo tem vivido um paradoxal estado de “crise permanente” desde a década de 80 com a hegemonia do neoliberalismo. É a normalidade da exceção. Uma crise sempre é excepcional. É um momento, um evento. Mas ao falar de crise permanente, Santos nos indica como o neoliberalismo produz crises para não serem resolvidas, pois elas se tornam a justificativa para os cortes nas políticas sociais e para a redução dos salários. Neste sentido, a precarização das relações de trabalho e a desproteção social colocam amplos setores da população numa situação de incerteza.

Palludeto et al (2020) mostraram que a ação dos Estados Nacionais frente ao impacto sanitário e econômico da pandemia foi fundamental para seu devido enfrentamento. No entanto, o Brasil apresentou medidas controversas no controle da pandemia:

“Enquanto parcela relevante de governadores e prefeitos, prezam pelas medidas de isolamento social – alguns estados, inclusive, decretando mais recentemente lockdown – , no âmbito da presidência da República permanece o discurso em favor do rápido retorno das atividades econômicas, como a reabertura do comércio de setores considerados não essenciais, bem como a ampliação dos setores considerados essenciais”. (Palludeto et al, 2020, p. 28)

A pandemia de COVID-19 trouxe novos elementos que produziram um quadro de incerteza generalizado. No contexto brasileiro, ela foi intensificada não apenas pelo fato de que o governo federal decidiu abrir mão do seu papel articulador de ações de enfrentamento da pandemia, coordenando os entes federados, mas por deliberadamente sabotar as medidas que estados e municípios e congresso nacional vinham procurando implementar. Na verdade, como o estudo de Ventura e Reis (2021) comprovou, o governo federal na época se empenhou de forma bastante eficiente na promoção da disseminação do vírus no território nacional, o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível. O próprio presidente da república minimizou a gravidade da pandemia, disseminando um discurso negacionista ou promovendo medicamentos sem eficácia comprovada. Os testemunhos dos alunos mostram o quanto a promoção do negacionismo pelo governo federal intensificou o quadro de incerteza e medo vivido por eles.

Os autores do estudo também discutiram a polêmica sobre a definição do que seriam as atividades essenciais que deveriam ser mantidas em funcionamento durante a pandemia. Concluíram que o caráter essencial de uma atividade durante a pandemia não estava vinculado a uma avaliação técnica rigorosa, mas dependia do resultado da correlação de forças políticas prevalente em cada região do país.

Outro aspecto a ser analisado é como a pandemia afetou nossa relação com o tempo. Norbert Elias (1998) nos fala da dimensão simbólica do tempo, que mais do que um instrumento de orientação ele é instrumento de regulação da conduta e da sensibilidade humana. Ele mostra como nossa experiência do tempo é social e simbólica. As coerções externas das relações sociais modelam nossa rotina e nossa experiência cotidiana. No caso da pandemia, o impacto da pandemia nas nossas relações afetou também nossa sensibilidade, incluindo aí nossa experiência do tempo. A quarentena é angustiante pois ela subverte nossas referências de tempo. O tempo para nós só aparentemente é algo natural e objetivo. Mas na verdade ele é efeito do nosso engajamento no laço social, ou nos termos de Norbert Elias, (1998) ele depende das cadeias de interdependência que unem o sujeito ao outro. O tempo tem um caráter simbólico (Elias, 1998), pois são símbolos que marcam a sucessão dos acontecimentos. A fala de Joana mais acima, evidencia como o isolamento social, ou seja, o impedimento dos encontros cotidianos que materializam nossos laços sociais impacta na nossa percepção do tempo e nossa relação com o futuro.

Considerações Finais

Ao documentar as falas de estudantes da UFRJ em torno de suas vivências no período da pandemia de COVID-19, esta pesquisa procurou contribuir para o registro de uma experiência crítica vivida num período da história recente que afetou a vida de todos. Elaborar a memória a respeito do modo como os acontecimentos da pandemia afetou a vida dos estudantes da UFRJ pode nos fornecer subsídios para pensar políticas e ações de assistência estudantil tanto em períodos de normalidade quanto em períodos semelhantes. Fica evidente que o enfrentamento de uma pandemia não depende apenas dos profissionais de saúde, mas de uma ação coordenada do estado na proposição de ações no plano econômico e assistencial, pois não podemos fechar os olhos para a possibilidade de ocorrência de novas pandemias.

Referências

- BROOKS, Samantha K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, Volume 395, Issue 10227, 912 – 920. 2020.
Disponível em:
https://oem.bmj.com/content/77/10/666?gclid=Cj0KCQjwrMKmBhCJARIsAHuEAPT a2vIVn-vRGlKprjsXGIq2rbCT1xHXA1JZ1RcpQpQ8Sns3hzxvJ3AaAiwxEALw_wcB.
Acesso em: 10 jul. 2022.
- CHIRIKOV, I., SORIA, K. M., HORGOS, B., & JONES-WHITE, D. (2020). *Undergraduate and graduate students' mental health during the COVID-19 pandemic*. SERU Consortium, University of California - Berkeley and University of Minnesota. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/80k5d5hw>. Acesso em: 05 ago. 2022.
- ELIAS, N. (1998) *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HUREMOVIC D, editor. *Psychiatry of Pandemics: A Mental Health Response to Infection Outbreak*. Gewerbestrasse: Springer Nature. 2019
- IMF (2020) *Policy Steps to Address the Corona Crisis*. Disponível em:
<https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2020/03/16/Policy-Steps-to-Address-the-Corona-Crisis-49262>. Acesso em 11 mar. 2022.
- MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p.
- METRI, Maurício e CRESPO, Eduardo. *Economia em tempos de COVID-19: reflexões para enfrentamento*. 2020. Disponível em: https://jornalggn.com.br/a-grande-crise/economia-em-tempos-de-covid-19-reflexoes-para-enfrentamento-por-mauricio-metri-e-eduardo-crespo/#_ftnref2. . Acesso em: 5 ago. 2022.
- PALLUDETO, A. W. A et al (*Política econômica em tempos de pandemia: experiências internacionais selecionadas*. Série “Laboratório de Economia Internacional” – Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (CERI). 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina. 2020.
- SUN, S., GOLDBERG, S.B., LIN, D. et al. Psychiatric symptoms, risk, and protective factors among university students in quarantine during the COVID-19 pandemic in China. *Global Health* 17, 15 (2021).
Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7829620/> . Acesso em: 12 set. 2022.
- VENTURA, Deisy de Freitas Lima e REIS, Rosana. *A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19. Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*, n. 10, p. 6-31, 2021. Disponível em:
<https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

Ludmila Fontenele Cavalcanti
Daniel de Souza Campos

Introdução

Os estudos sobre a violência de gênero constituem-se em um campo teórico-metodológico fundado a partir das reivindicações do movimento feminista brasileiro e internacional. De acordo com Corrêa (2018), gênero e sexualidade, consideradas dimensões centrais da vida social, têm sido parte importante do debate político numa intrincada arena de disputas.

De acordo com Pougy (2022),

[...] o fenômeno da violência sexual é corolário de uma organização social patriarcal, racista e classista, que alimenta o mandato da masculinidade e a guerra contra as mulheres. Isso se manifesta por meio de uma pedagogia da crueldade, capaz de banalizar e de tornar naturais relações de poder misóginas. (POUGY, 2022, p. 7)

A violência sexual, uma das manifestações da violência de gênero mais cruéis e persistentes, é considerada um fenômeno multifacetado, com raízes histórico-culturais, articulado às dimensões étnico-raciais, de classe e de geração (DAVIS, 2016). A violência sexual contra a mulher envolve controle, dominação e subordinação da sexualidade da mulher nas relações de gênero que evidenciam a hierarquia e as desigualdades sexuais. No Brasil, a violência sexual, uma das violações dos direitos sexuais, é considerada como qualquer forma de atividade sexual não consentida (BRASIL, 2013a). O direito a uma vida sexual satisfatória e livre de violência, coerção, risco de gravidez não desejada e de não adquirir doença, é um dos direitos sexuais e reprodutivos mais básicos da mulher.

O conceito de violência sexual compreende uma variedade de atos ou tentativas de relação sexual sob coação ou fisicamente forçada no casamento ou em outros relacionamentos (OMS, 2002). Nestas, como em outras definições, a violência sexual é referida a relações sexuais não consentidas no domínio do corpo e da sexualidade, especialmente a feminina.

A violência sexual perpetrada contra a mulher pode causar morte e incapacidade com maior prevalência entre as mulheres em idade reprodutiva; acontece nas diferentes etapas do ciclo de vida; anula a autonomia da mulher e mina seu potencial como pessoa e membro da sociedade, além de provocar repercussões intergeracionais.

As ações violentas são produzidas em diferentes espaços relacionais, envolvem dominação permanente e ocorrem em cenários sociais não uniformes. As manifestações dessa violência se inserem numa cultura, onde as maneiras como as mulheres vêem a si próprias e como são vistas são fatores importantes no reforço ao controle da sexualidade, às discriminações e aos preconceitos de gênero.

A violência sexual contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos, causando consequências físicas, sociais, econômicas, sexuais, mentais, imediatas e de longo prazo, além de se constituir num obstáculo à sua plena participação na sociedade. As consequências negativas atingem não apenas as mulheres, mas também suas famílias e suas comunidades. Os custos são enormes e envolve gastos relacionados à saúde, assistência jurídica e perdas de produtividade, impactando nos orçamentos nacionais e no desenvolvimento geral do país.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023), em 2022, observou-se o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas. Estes números correspondem aos casos que foram notificados às autoridades policiais e, portanto, representam apenas uma fração da violência sexual experimentada por mulheres e homens, meninas e meninos de todas as idades. Em relação ao ano de 2021 a taxa de estupro e estupro de vulnerável cresceu 8,2% e chegou a 36,9 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. Cabe destacar que as estatísticas sobre violência sexual se baseiam nas situações que foram registradas, embora haja invisibilidade e subnotificação desse fenômeno.

Durante a pandemia por COVID 19, em um contexto de emergência, houve um aumento dos riscos de violência contra mulheres, nas suas variadas formas, devido ao aumento das tensões em casa e ao isolamento das mulheres. As mulheres em situação de violência enfrentaram obstáculos adicionais para fugir de situações violentas ou acessar as proteções e serviços essenciais devido a restrições ao movimento em quarentena. O impacto econômico da pandemia também criou barreiras adicionais para a proteção das mulheres, ampliando suas vulnerabilidades. As medidas de confinamento também aumentaram a exposição das mulheres às situações de violência sexual no âmbito intrafamiliar que podem redundar num incremento das gestações não desejadas (CEPAL; UNFPA, 2020).

O reconhecimento da violência contra a mulher como uma das expressões da violência de gênero e com uma questão de interesse público requer o envolvimento de toda a sociedade para reduzir a sua incidência.

Observa-se ainda a ausência da abordagem sobre as violências sexuais na formação dos profissionais de saúde responsáveis pela abordagem do tema no âmbito dos diferentes serviços.

É nesse contexto que o “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual”, integrante do “Núcleo de Políticas Públicas, Identidades e Trabalho”, vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vem realizando diferentes atividades no campo da prevenção da violência sexual desde os anos 2000.

O Grupo de Pesquisa e Extensão tem como objetivo produzir conhecimento e dar visibilidade ao tema da prevenção da violência sexual, contribuindo para a formação e qualificação de profissionais e gestores das diferentes políticas públicas na atenção às mulheres em situação de violência sexual e a consequente qualificação da atenção às mulheres em situação de violência sexual.

Assim, tomando como referência as estratégias de enfrentamento à violência sexual no contexto brasileiro, pretende-se analisar a trajetória de consolidação da extensão universitária na área da prevenção à violência sexual contra a mulher na UFRJ, apontando a

contribuição do “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual” e os desafios colocados à formação profissional.

Estratégias de enfrentamento à violência sexual no contexto brasileiro

De acordo com Pasinato e Ávila (2021), a literatura especializada fomenta uma perspectiva de políticas preventivas em três vertentes: primária, secundária e terciária. As políticas de prevenção primária, nomeadas como prevenção, são aquelas voltadas para as causas primordiais da violência de gênero na sociedade como um todo, relacionadas a papéis estereotipados de gênero e ao disciplinamento das mulheres. Já as políticas de prevenção secundárias se referem às intervenções precoces e têm como alvo indivíduos pertencentes a grupos de risco, evitando o seu agravamento. Já a prevenção terciária engloba intervenções de longo prazo para mitigar os impactos da violência e prevenir a sua reincidência, tendo em vista o caráter usualmente cíclico da violência de gênero.

Em decorrência das Conferências Mundiais da Organização das Nações Unidas para a construção de uma agenda social para o século XXI e da incorporação do tema da violência de gênero nas Convenções, que resultaram das Conferências, é crescente o reconhecimento de que a violência contra as mulheres é uma preocupação legítima dos governos de diferentes países, pois constitui uma violação dos direitos humanos, um problema social e de saúde pública, e que tem um impacto econômico importante nos países.

No caso brasileiro, a violência sexual contra a mulher tem sido enfrentada de forma transversal com intersetorialidade nas políticas públicas. Desde 2003, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) vem atuando no enfrentamento à violência contra a mulher tendo por base a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SPM, 2011), estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2013b), abrange o apoio a serviços especializados; capacitação de agentes públicos para prevenção e atendimento; incentivo à articulação dos poderes públicos para constituição de atendimento multidisciplinar em rede; apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência; e ampliação do acesso das mulheres aos serviços de Justiça e à Segurança Pública.

Essa abrangência é retratada em diferentes documentos e leis publicadas neste período, a exemplo dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

A noção de enfrentamento que vem sendo adotada nos Planos Nacionais não se restringe apenas à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres. O enfrentamento nessa perspectiva requer a ação intersetorial das áreas envolvidas com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outras).

O tema da violência sexual vem, por um lado, alcançando a visibilidade necessária na formulação da política pública de saúde, e por outro, deparando-se no âmbito do

planejamento e organização dos serviços com a complexidade ainda não dimensionada de culturas institucionais distintas, programas diferenciados e atores sociais variados.

Nesse processo, destaca-se a construção da Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012), que buscou organizar a atenção nos serviços públicos, normatizar o atendimento clínico, os cuidados médicos e de enfermagem, a coleta de material para identificação do agressor, a anticoncepção de emergência e a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. Também regulou a realização dos exames laboratoriais, o fornecimento de medicação, o apoio psicológico e os procedimentos para interrupção da gravidez. Essa Norma Técnica vem sendo traduzida para os serviços de saúde sob o formato de protocolo, ou seja, um plano escrito que define, para uma realidade específica, os procedimentos que devem ser seguidos para identificar e responder apropriadamente às vítimas de violência sexual.

A incorporação diferenciada dos parâmetros sugeridos pela Norma Técnica (BRASIL, 2012) decorre da trajetória de consolidação dos serviços, da inserção diversificada dos profissionais e gestores, na qual o processo de qualificação pode contribuir para ampliação e qualidade dos serviços prestados (CAVALCANTI ET AL, 2012).

É necessário um esforço permanente de promover a integração e articulação dos serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da implantação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, com fluxo orgânico institucionalizado e um compartilhamento de informações para o atendimento qualificado das situações de violência sexual contra a mulher (CAVALCANTI, 2016).

A Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2021) apontou que 7,5 milhões de mulheres já sofreram algum tipo de violência sexual no Brasil, o que confirma a alta magnitude deste fenômeno. O contexto do isolamento provocado pela pandemia da COVID-19 e seus impactos socioeconômicos aumentaram a exposição de mulheres à violência doméstica, que também envolve a violência sexual perpetrada pelo parceiro íntimo, agravada pelo limitado acesso a rede de serviços (PNUD, 2020).

Em virtude da magnitude e da complexidade da violência sexual, sua prevenção requer ações em diferentes níveis de atenção e capazes de impactar favoravelmente a realidade vivida pela população feminina. O modelo recomendado pelo Ministério da Saúde privilegiou, num primeiro momento, as ações de caráter emergencial, que acabam por favorecer a identificação de violências sexuais cometidas por estranhos, com ampliação gradativa das discussões em torno do tema da violência sexual de modo a abranger ações mais amplas de prevenção.

A Norma Técnica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012) reconhece o caráter indispensável do conhecimento, e, portanto, da informação, para os profissionais de saúde na construção de respostas às mulheres em situação de violência sexual. No entanto, diferentes estudos apontam o desconhecimento dos profissionais acerca dos procedimentos relativos ao atendimento às mulheres em situação de violência sexual, assim como a falta de informação sobre os serviços e redes disponíveis tanto pelos profissionais como pelos gestores (CAVALCANTI ET AL, 2015). A maneira como o profissional concebe a violência sexual é parte da sua própria formação e vivência como pessoa e parte integrante de suas práticas profissionais no espaço dos serviços. Nesse sentido, a disseminação da informação

assume um papel central na prevenção à violência sexual contra a mulher (WHO, 2004; PASINATO, ÁVILA, 2021).

A despeito do avanço legislativo e no campo da formulação das políticas até o ano de 2016, o Brasil viveu nos anos subsequentes uma escalada de retrocessos em relação a garantia de direitos sexuais e reprodutivos e um conservadorismo em grande escala, afetando o campo do direito à uma sexualidade livre de violência (MACHADO, 2020).

Num cenário de retorno ao enfrentamento à violência de gênero, em 2023, foram sancionadas as seguintes leis: n. 14.540, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal; n. 14.541, que dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; e n. 14.542 que dispõe sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego.

Prevenção à violência sexual contra a mulher como parte da formação profissional

O atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência implica na formação continuada de agentes públicos e comunitários; no funcionamento adequado dos serviços especializados; na constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento¹ a partir da articulação dos governos – federal, estadual, municipal – e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento.

As etapas do atendimento, incluindo os mecanismos de detecção, a notificação, as medidas de emergência, o acompanhamento, a reabilitação e o tratamento dos impactos da violência sexual sobre a saúde da mulher, demandam qualificação por parte dos profissionais de saúde para perceber essa problemática como um fenômeno social capaz de produzir sérios agravos à saúde das mulheres e adolescentes (BRASIL, 2012).

Apesar do avanço conceitual na organização formal da atenção às mulheres em situação de violência sexual, é no espaço dos serviços, que os profissionais de saúde protagonizam um conjunto diferenciado de práticas capazes ou não de romper com as estruturas e mecanismos de fragmentação do cuidado.

A pesquisa “Análise comparativa da abordagem às violências sexuais contra a mulher na formação profissional na área da saúde em diferentes universidades”, desenvolvida no período de 2017 a 2020 pelo “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual”, da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apontou que, embora haja um reconhecimento do diálogo das formações profissionais estudadas (Serviço Social, Psicologia, Medicina e Enfermagem) com o campo dos Direitos Humanos e com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a materialização de conteúdos curriculares obrigatórios incorporam de modo insuficiente o tema da violência

¹ O conceito de Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; a identificação e o encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção (BRASIL, 2011).

sexual contra a mulher, como uma das expressões da violência de gênero e violação de Direitos Humanos. Os quatro cursos estudados têm importante inserção na área da saúde, o que requisita a aproximação entre o ensino e o trabalho em saúde capaz de produzir posturas na atuação diante das necessidades da população no SUS (OLIVEIRA, BALARD, CUTOLO, 2013).

De acordo com os três segmentos estudados (docentes, discentes e gestores), os campos de estágio dos cursos estudados, especialmente os que integram projetos de extensão, foram apontados como possibilidades concretas de abordagem teórico-prática do tema da violência sexual na formação profissional, embora haja uma abordagem diferenciada no currículo associada aos perfis profissionais e à respectiva aproximação dos cursos com a atenção integral em saúde. Por outro lado, também foi apontada a dificuldade de inserção dos estudantes em pesquisas acerca do tema. Um limite ainda presente nas estruturas curriculares dos cursos da saúde é a não inclusão da perspectiva interseccional na análise do fenômeno. Entre os desafios apontados pela pesquisa encontra-se a necessidade de formação no campo dos direitos sexuais e reprodutivos como parte dos Direitos Humanos e a adequação da formação profissional à realidade da saúde da população.

As experiências de execução de políticas de enfrentamento à violência sexual contra a mulher no contexto das universidades públicas brasileiras, seja através de serviços de atendimento à população feminina local (unidade de saúde e centro de referência) ou na implementação de estratégias de enfrentamento à violência sexual no contexto da própria universidade, ainda são pouco conhecidas (MAITO *et al*, 2019).

É importante ressaltar o contexto recente de intenso debate nas universidades sobre as violências sexuais ocorridas nestes espaços, decorrente da visibilidade do tema proporcionada pelos coletivos feministas de alunas, pesquisas (INSTITUTO AVON, DATA POPULAR, 2015), blogs, seminários e grupos de trabalho.

Diante dos resultados apontados na pesquisa sobre a formação profissional, da escassez de produção acerca do tema e do papel estratégico das universidades no enfrentamento à violência sexual, o presente estudo pretende analisar comparativamente as estratégias de enfrentamento à violência sexual contra a mulher no contexto das universidades públicas brasileiras.

A formação profissional deve ser norteada pelos princípios de criticidade, competência e compromisso com a democracia e a cidadania. Nesse sentido, os profissionais devem estar capacitados, sob o ponto de vista teórico, político e técnico, a investigar, formular, gerir, executar, avaliar e monitorar políticas sociais, programas e projetos em diferentes áreas, aí incluída a prevenção da violência sexual contra a mulher.

A inserção no “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual” vem permitindo a aproximação com a rede de serviços das diferentes políticas públicas, com as demandas vivenciadas no cotidiano profissional e com as estratégias adotadas pelos diferentes profissionais e gestores no atendimento às mulheres em situação de violência sexual.

Essa inserção qualifica a formação profissional do estudante para a futura atuação em instituições públicas, privadas, em organizações não governamentais e junto aos movimentos populares na área da violência de gênero.

Nesse sentido, a extensão universitária é compreendida como ação política, estratégia democratizante e metodologia voltada aos problemas sociais, ou seja, como um processo que

consolida a aproximação da produção de conhecimento e da formação profissional à diversidade de situações sociais, na qual os futuros profissionais poderão atuar como integrantes das equipes multiprofissionais. A violência sexual contra a mulher passa então a ser um dos problemas sociais enfrentados cotidianamente pelos profissionais de saúde e pelos profissionais das demais políticas públicas.

Sua concepção e implementação vem sendo respaldada por um arcabouço teórico-metodológico advindo das ciências sociais e humanas, com ênfase nas discussões relativas à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos. Sua atuação permite viabilizar e fortalecer o compromisso da universidade pública em atender demandas reais e emergentes diante um problema de alta magnitude.

A trajetória do “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual”, baseia-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS, 2012), através de um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e os outros setores da sociedade.

A articulação com o ensino vem ocorrendo nos níveis de graduação e pós-graduação (residências, mestrado, doutorado e pós-doutorado), envolvendo diferentes cursos (Serviço Social, Psicologia, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Jornalismo, entre outros) da UFRJ, campos de estágio profissional, além de outras universidades, institutos de pesquisa e organizações não governamentais.

O Grupo de Pesquisa e Extensão também vem possibilitando a participação contínua de docentes e discentes no processo de qualificação das ações municipais e estaduais, em diferentes localidades no campo da prevenção à violência sexual, e contribuindo com a consolidação das ações públicas de prevenção à violência sexual contra a mulher. Nesse sentido, não se limita ao espaço físico da dimensão tradicional do ensino, mas compreende todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, trabalhando conteúdos interdisciplinares decorrentes da prática.

Até 2021, as ações do Grupo de Pesquisa e Extensão produziram 15 pesquisas já realizadas, possibilitando a produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, priorizando metodologias participativas e conhecimentos que impactassem no atendimento no âmbito dos serviços das várias política públicas envolvidas na rede intra e intersetorial na atenção às mulheres em situação de violência sexual.

Essas pesquisas podem ser agrupadas em seis conjuntos: 1. Diferentes expressões da violência de gênero, com ênfase na violência sexual, na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos; 2. Avaliação de políticas públicas, serviços e ações relacionadas à atenção de crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência sexual nas várias instâncias governamentais; 3. Construção de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas na área da saúde, educação e segurança pública; 4. Produção de conhecimento na área da prevenção à violência sexual numa perspectiva comparada. 5. Violência sexual e formação profissional na área da saúde; e 6. Enfrentamento à violência sexual no contexto das universidades públicas brasileiras.

Além da perspectiva interdisciplinar com que o tema da violência sexual vem sendo abordado nas ações de extensão, articuladas ao ensino e à pesquisa, onde participam estu-

dantes, docentes e profissionais de diferentes formações, as atividades são dirigidas aos profissionais e gestores das diferentes áreas de políticas públicas com distintas formações. O processo de construção das atividades e os espaços de divulgação também sintetizam o conhecimento acerca da abordagem do fenômeno.

Do ponto de vista do crescimento pessoal e cidadão, a inserção no projeto permite: o intercâmbio de experiências nacionais; a ampliação da vivência acadêmica através da articulação ensino, pesquisa e extensão; a produção e veiculação de conteúdo educativo; a produção de textos; a participação junto ao movimento organizado de mulheres; e a participação em eventos diversificados.

O primeiro material educativo produzido coletivamente pelo Grupo de Pesquisa e Extensão foi o “Álbum seriado Prevenção da violência sexual”, para utilização em diferentes contextos (unidades de saúde, escolas, entre outros), composto de informações sobre a prevenção da violência sexual contra a mulher para utilização pelos profissionais com diferentes grupos de usuários dos serviços. Esse material foi publicado em cinco edições e distribuído para todas as unidades públicas de saúde do Município e do Estado do Rio de Janeiro. Também foi distribuído em escolas municipais do Estado do Rio de Janeiro na execução do Projeto de Extensão “Escola que Protege”.

Outra experiência exitosa foi o desenvolvimento do site <http://www.prevencaoaviolenciasexual.ess.ufjf>, que durante dez anos disseminou informações sobre o enfrentamento à violência sexual contra a mulher.

Considerando a intensificação da utilização das tecnologias da informação, através do uso dos dispositivos móveis em diferentes setores das políticas públicas que permitem uma maior conectividade, e a importância do desenvolvimento de redes e da ampliação de acesso a serviços prestados aos diferentes grupos populacionais, na área da violência de gênero, diferentes aplicativos foram produzidos nos últimos anos na América Latina voltados às mulheres em situação de violência de gênero com enfoque na proteção. No entanto, há uma lacuna na produção de dispositivos voltados aos estudantes, pesquisadores, profissionais e gestores, em relação às diferentes expressões da violência de gênero.

A complexidade relacionada às situações de violência sexual requisita uma abordagem multiprofissional capaz de prevenir, detectar e abordar em diferentes momentos, o que implica em acesso simplificado a informações atualizadas.

Neste cenário, foi desenvolvido o aplicativo “EVISU - Informações sobre o enfrentamento à violência sexual contra a mulher”, em parceria com a Universidade de Fortaleza. Este aplicativo foi idealizado e desenvolvido por uma equipe interdisciplinar, marcada pela presença de estudantes e profissionais das áreas de Serviço Social, Enfermagem, Propaganda e Publicidade e Tecnologia da Informação.

O aplicativo, disponível para iOS e Android, é uma ferramenta de interface simples, original e pioneira na disseminação de informação sobre o tema da violência sexual. Considerando a complexidade do fenômeno, fica evidente a importância de um instrumento de fácil manejo que forneça informações de múltiplas formas para aqueles implicados no atendimento às mulheres em situação de violência sexual.

Dados do Rastreador Global de Resposta à COVID-19 com viés de gênero (PNUD, 2020) apontam que os governos de 135 países vêm concentrando seus esforços contra a COVID-19 relacionados ao gênero principalmente na prevenção e/ou na resposta à violência contra mulheres, cujos esforços concentram-se no reforço de serviços essenciais,

como abrigos, linhas de apoio e outros mecanismos de denúncia. No entanto, apenas 48 países, menos de um quarto dos analisados, trataram os serviços relacionados com violência contra mulheres como parte de seus planos nacionais e locais de resposta à COVID-19 com pouco financiamento adequado para essas medidas.

Diante do cenário pandêmico, que limitou as atividades em caráter excepcional, o Grupo de Pesquisa e Extensão, cumprindo as diretrizes institucionais e instrumentos jurídicos voltados à proteção da comunidade universitária, vem construindo coletivamente um conjunto de atividades produzidas e disseminadas remotamente com maior acessibilidade (tradução para libras, vídeo descrição e #PraCegoVer).

Até o presente momento, foram produzidos, mensalmente, 20 webinários da Série “Aproximações Interdisciplinares” sobre temas relacionados aos debates de gênero, masculinidades e violências contra as mulheres, contando com a participação dos docentes, técnico-administrativos, estudantes e profissionais integrantes do Grupo, bem como de pesquisadores de variadas instituições e integrantes da sociedade civil. Essa iniciativa foi acompanhada da produção de duas edições do Manual de Webinários (CAVALCANTI ET AL., 2020; CAVALCANTI, FARIAS, 2022), tendo como objetivo contribuir para a organização de seminários *online* como estratégia de divulgação e promoção de debates que envolvam a comunidade acadêmica e a sociedade em geral em ambientes virtuais. Essa iniciativa exitosa vem potencializando a articulação ensino, pesquisa e extensão, construindo um acervo para consulta (YouTube) e, também, sendo replicada em outros contextos.

Outra iniciativa do Grupo de Pesquisa e Extensão, iniciada no período de isolamento social, foi o Programa de Rádio “Prevenção em Foco”, que propõe debater mensalmente assuntos relativos a gênero, sexualidade, violência, políticas públicas, legislação, saúde, raça e outros temas que atravessam esse campo. Por meio de entrevistas, em um “bate-papo dinâmico”, pesquisadores/as, professores/as, servidores/as e ativistas apresentam e discutem novas visões e ideias para o debate. Essa iniciativa foi selecionada pelo Edital da Rádio UFRJ destinado a veicular conteúdos radiofônicos em diversas plataformas da Rádio UFRJ (Spotify, Deezer, Google etc).

Além dessas iniciativas, a produção e divulgação sistemática e convergente de informações sobre a prevenção da violência sexual em diferentes contextos vem ocorrendo através das redes sociais do Grupo de Pesquisa e Extensão (Instagram, Facebook e YouTube) e da participação na Rede Nacional de Combate à Desinformação, permitindo um maior alcance no cumprimento dos objetivos propostos. Essa iniciativa também foi sistematizada através do Protocolo de Gerenciamento de Redes (CAVALCANTI, FARIAS, 2022).

Considerações Finais

Considera-se que as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas de modo articulado ao longo da trajetória de mais de duas décadas do “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual” vêm favorecendo a integração entre diferentes áreas de conhecimento, a construção de posicionamentos críticos sobre a temática da violência sexual e o alargamento das fronteiras da inserção na universidade, fundamentais para o amadurecimento na formação profissional. Também têm contribuído para o conhecimento acerca de futuras áreas de atuação profissional, formando alunos mais críticos e comprometidos profissional e eticamente com o campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

O conjunto diversificado de atividades voltadas à informação sobre a prevenção da violência sexual a disposição de estudantes, profissionais e gestores, numa perspectiva multidisciplinar, interdisciplinar e intersetorial, vem se constituindo como uma estratégia eficaz para a incorporação do tema da violência sexual nas ações das políticas públicas, bem como contribuído para a melhoria das ações profissionais.

A despeito dos limites orçamentários das universidades públicas e do necessário enfrentamento a uma agenda conservadora em relação aos direitos sexuais e reprodutivos é indispensável o compromisso com a construção da formação cidadã.

Levando em conta a experiência do “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual” acerca das políticas de enfrentamento à violência sexual contra a mulher no contexto das universidades públicas brasileiras, a coordenação do Grupo de Pesquisa e Extensão participou da construção da “Política institucional de valorização dos Direitos Humanos e enfrentamento às diferentes expressões da violência no âmbito da UFRJ”, após a UFRJ ter aderido ao “Pacto de Cooperação pelo enfrentamento às violências contra as mulheres na cidade do Rio de Janeiro”. Nesse contexto, o Aplicativo EVISU - Informações sobre o enfrentamento à violência sexual contra a mulher, já utilizado como meio de difusão da informação desde 2012, soma-se a iniciativa da Ouvidoria da Mulher, contribuindo com a formação e qualificação profissional, bem como para a visibilidade sobre o tema.

Espera-se que a possibilidade de replicação das experiências relatadas e de capilaridade em outros contextos sirvam de desafios para os diferentes os segmentos das universidades públicas na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Referências

BRASIL. *Lei n. 12.845 de 1º de agosto de 2013*. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília, DF: Presidência da República, 2013A. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm. Acesso em: 30 jul. 2023a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica* / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 3. ed. atual. e ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023a.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. 2013. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2013. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023b.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <file:///Users/ludmilafontenele/Downloads/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CAVALCANTI L.F. Violência contra a mulher: avanços, limites e desafios da abordagem do fenômeno nos serviços de saúde. *In*: VIEIRA, L.J.E.S.; MOREIRA, D.P.; LIRA, S.V.G. (Org.). *Enfrentamento às violências: sujeitos, estratégias e contextos*. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará - EdUECE, 2016, v. 1, p. 31-56. Disponível em: <https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2013/07/ENFRENTAMENTO-AS-VIOLENCIAS-ebook.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CAVALCANTI, L. F.; MOREIRA, A.R.; VIEIRA, L. J. E. S. ; SILVA, R.M. Implementação da atenção em saúde às violências sexuais contra as mulheres em duas capitais brasileiras. *Saúde em debate*, v. 39, p. 1079-1091, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/HpxbGhRhsp37HFMd96qtXz/abstract/?lang=pt>: Acesso em: 30 jul. 2023.

CAVALCANTI, L.F. (Coord.). n/a et al. *Manual para produção de webinários*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020, 2ª edição. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13097/3/ManualProdu%0c3%0a7%0c3%0a3oWebi%0c3%0a1rios_2versao.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

CAVALCANTI, L.F.; FARIAS, P.S. *Protocolo de gerenciamento de redes sociais*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/16256/1/Protocolo%20de%20Gerenciamento%20das%20Redes.pdf>. Acesso em 30 jul. 2032.

CAVALCANTI, L.F.; FLACH DURA, R.M.; FARIAS, R.S. Atenção às mulheres em situação de violência sexual nos serviços de saúde do Estado do Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 99-124, 2012. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/6artigo.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL); OFICINA REGIONAL PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE DEL FONDO DE POBLACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (UNFPA). *Los riesgos de la pandemia de COVID-19 para el ejercicio de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres*, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46483-riesgos-la-pandemia-covid-19-ejercicio-derechos-sexuales-reproductivos-mujeres>. Acesso em nov. 2020.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cad. Pagu*, Debate, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653407/18506>. Acesso em: 30 jul. 2023.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf. Acesso em 30 jul. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranc%CC%A7a-Pu%CC%81blica-2018.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em 30 jul. 2023.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde*. 2021.

INSTITUTO AVON, DATA POPULAR. *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. 2015. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx-2015-1.pdf. Acesso em 30 jul. 2023.

MACHADO, M.D.C. O Neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, F. (Org.). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 83-133.

MAITO, D.C.; PANÚNCIO-PINTO, M.P.; SEVERI, F.C.; VIEIRA, E.M. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface (Botucatu)*. 2019; 23: e180653. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NyCb9wTJ8YfxBqDmNvbFF9K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório Mundial de Violência e Saúde*. Geneva: OMS, 2002.

PASINATO, W.; ÁVILA, T.P. Falando de prevenção no Brasil e na Austrália: Abordagens primária, secundária e terciária. In: ÁVILA, T.P.; YAMAMOTO, A.; FARIA, C.E.; MCCULLOCH, J.; CARRINGTON, K. (Org.). *Reflexões sobre políticas de prevenção à violência de gênero contra mulheres e meninas: debates no Brasil e na Austrália*. DF: ONU Mulheres: MPDFT, 2021, p. 69 – 79. Disponível em: https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/nucleos/nucleo_genero/Reflexoes_Brasil_Australia.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

POUGY, L.G. Prefácio. Violência sexual contra a mulher. In: *Violência sexual contra a mulher: abordagens, contexto e desafios*. Ludmila Fontenele Cavalcanti (Org.), 2022. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2022, p. 7-1. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/17171/1/ebook_Violencia-sexual-contra-a-mulher_1ed_2022.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD/BRASIL). *PNUD e ONU Mulheres lançam o rastreador global de resposta à COVID-19 com viés de gênero*. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/pnud-e-onu-mulheres-lan%C3%A7am-o-rastreador-global-de-reposta-%C3%A0-covid-19-com-vi%C3%A9s-de-g%C3%AAnero>. Acesso em 09 out 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Preventing violence: a guide to implementing the recommendations of the World report on violence and health*. 2004. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43014/9241592079.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jul. 2023.

O PENSAMENTO INDÍGENA TEM MEMÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DO ENSINO E DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Paulo Sérgio Pereira Filho
Alzira Mitz Bernardes Guarany

Introdução

A construção de conhecimento está vinculada ao contexto social e aos processos históricos nos quais se forjam. O conhecimento moderno ocidental, que emergiu a partir do movimento iluminista (HARVEY, 2016), foi fundamental para a emergência e o desenvolvimento da sociedade contemporânea, porém, sua construção ocorreu associada às lutas e disputas históricas com outros grupos de diferentes origens étnico-raciais, que foram desqualificados, subjugados, silenciados e invisibilizados em detrimento da qualificação do conhecimento do dominador/colonizador.

O presente capítulo propõe debater o tensionamento entre os brancos e os indígenas no Brasil no campo da produção do conhecimento, demonstrando a potência do conhecimento produzido pelos povos indígenas e defendendo que esses grupos, dotados de autonomia cognitiva, histórica e social, são aptos a contribuir com o campo da pesquisa e da ciência, desde que suas produções sejam reconhecidas e publicizadas e não menosprezadas por conta da sua identidade.

Os indígenas, historicamente, acumulam um conjunto de técnicas, metodologias e habilidades desenvolvidas na relação com a terra, com a natureza e com o meio ambiente ao longo de séculos. Evidencia-se o fato de que as etnias indígenas, por exemplo, os yanomamis, como discorre o xamã Davi Kopenawa (2015), são sujeitos que possuem uma relação com a natureza a partir do cuidado, uma vez que identificam a terra como recurso de cultivo e de sobrevivência. Significa que em sua organização social e produção de conhecimento, a vida e as relações humanas dependem diretamente da preservação das terras, numa relação de totalidade e comunhão.

A reflexão acerca da importância e contribuição dos conhecimentos produzidos pelos indígenas e centralizado na produção material desses sujeitos, acaba por nos levar a pensar sobre a questão da branquitude, como ela está alicerçada na base do pensamento moderno e sua contribuição para a desqualificação daquilo que é produzido fora no eixo não branco/europeu/dominante.

Nos setores do saber, da ciência e do ensino, a branquitude conduz e defende que tratar e defender a importância do pensamento e dos conhecimentos indígenas se ancora numa no identitarismo, promovendo uma abordagem reducionista da questão. Comparece como mais uma estratégia de marginalizar esses sujeitos afastando-os da possibilidade de produção de conhecimento, mantendo como conhecimento legítimo e universal apenas os produzidos historicamente pelos construtores do projeto de civilização moderno, branco e europeu. Além disso, buscaremos destacar como as distintas formas de se relacionar com a

escrita, com a oralidade e com a divulgação científica podem contribuir com os processos de ensino, rompendo com a relação ortodoxa de acesso ao conhecimento restrito e hierárquico.

Os nativos da terra *brasilis*¹ e o contexto colonial: as distinções das relações sociais entre os indígenas versus as relações sociais da branquitude

A história dos povos indígenas não se inicia no marco histórico do colonialismo. A terra em que habitam tradicionalmente, foi nomeada pelos povos originários como Pindorama que significa, na língua tupi, terra das palmeiras. Em Pindorama, antes do crime da invasão, do genocídio e da escravização de grupos indígenas e africanos, esses sujeitos já possuíam sua autonomia na forma de produzir, gerar e vivenciar em comunidade. No caso dos indígenas, com a chegada e a invasão dos colonizadores europeus em Pindorama, suas cosmologias, que consistem em conhecimentos originários produzidos e transmitidos coletivamente nos seus territórios e aldeias, foram impactadas pela imposição de uma nova dinâmica de organização social, de origem europeia, pautada na violência, na expropriação e na escravização. De forma que a formação social brasileira está interligada ao projeto de apagamento de Pindorama.

O Brasil é resultado desse processo de imposição de práticas e saberes europeus sobre as cosmologias indígenas (KOPENAWA, 2015), que têm projetos de sociedade distintos, conforme o grupo étnico-racial, pois as relações sociais desenvolvidas pelos indígenas são pautadas pela coletividade, pela necessidade, pela oralidade, prezando os mais velhos como fonte de conhecimento e gestão da comunidade.

Em contrapartida, os colonizadores impuseram violentamente suas relações sociais pelo processo de colonização, exploração, hierarquia e individualidade, auxiliados, em grande parte, pela Igreja Católica e pelo processo de catequização, que em verdade “[...] é uma das expressões do racismo anti-indígena, pois [...] visa definir os indígenas e sua cultura como primitiva, ultrapassada e cruel [...]” (KILOMBA, 2019), e, portanto, reforçar a qualificação do conhecimento branco e europeu. A prática de exploração e dominação dos povos indígenas pelos europeus colonizadores coisificava esses grupos e a natureza “Como disse o pajé yanomami Davi Kopenawa, o mundo acredita que tudo é mercadoria [...]” (KRENAK, 2019, p. 45).

A sociedade moderna emerge com a precisando justificar e tornar as teorias racistas, preponderantes e universais no imaginário social dos brasileiros, na mesma medida em que tem necessidade de desqualificar os sistemas sociais, os conhecimentos seculares dos povos que foram subjugados e a própria vida destes.

Para contrapor a noção de ameaça, atraso e inferioridade atribuídos às comunidades não brancas em geral e à indígena, em particular, o homem branco se coloca como referência de modelo universal em todas as dimensões da vida social. Consolida-se como representante do topo da hierarquia social burguesa, que goza de todas as condições de prosperidade da sociedade ocidental, mas cujo status está, paradoxalmente, ancorado na violenta e histórica

¹ Há registros de que foi a primeira referência usada para designar o Brasil antes da chegada dos Europeus. Expressão que já aparecia em mapas dos séculos XVI e XVII, como por exemplo o mapa feito por Pedro Reinel e Lopo Homem em 1519.

dominação e coerção dos dominados/colonizados, como forma de obter legitimação sobre eles e garantir a reprodução da sua mercadoria (ALMEIDA, 2014).

Esse histórico processo de desqualificação, coisificação e apagamento das violentas relações exercidas pela branquitude sobre a população indígena é intencionalmente produzido e incorporado pela produção intelectual e acadêmica. Como aprofundado no artigo “Existência e Diferença: O racismo contra os povos indígenas” (MILANEZ et al, 2019), no qual se mostra que os povos indígenas tiveram espaço quase nulo como um grupo que sofreu medidas e consequências de cunho racista e colonial. Os autores reforçam que a apreensão da população indígena como primitiva, selvagem e atrasada é justamente desenvolvida pelas formas de controle e dominação produzidas por teorias racistas.

A população indígena foi criada pela história branca europeia como primitiva, selvagem e infantil, passível de ser reduzida à força de trabalho e sujeitos desumanizados. Segundo a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz em “O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930”, a imagem do indígena sob o olhar do racismo científico da branquitude seria a de um sujeito suscetível de redenção através da catequização, que o retiraria de sua situação ‘bárbara e errante’ para inseri-lo no interior da civilização, forjada como processo eminentemente branco (SCHWARCZ, 1993).

Necessita-se de um maior entendimento da academia acerca do processo de escravização produzido nas Américas para além daquele difundido há décadas pela branquitude. Uma vez que este processo se vincula diretamente à consolidação do sistema capitalista que tem o racismo como estruturante do modo de produção, com rebatimentos na esfera da produção do conhecimento. Sob quais circunstâncias e condições a população indígena é tomada pela academia no campo de produção de conhecimento? Como os setores acadêmicos e a “intelectualidade” tratam o conhecimento indígena e os sujeitos indígenas? Nos parece que ainda se encontram excluídos de todos os setores da esfera social, sendo obrigados a se submeter à formas de trabalho mais sub-humanos e precarizados, mesmo estando o país inserido em um momento histórico no qual o trabalho é predominantemente assalariado (MILANEZ et al, 2019).

O ‘homem’ branco é isento de ser racializado, é tomado como modelo universal, sua centralidade não é posta sob análise crítica, não é discutida, e ainda é apontada como fenômeno natural. “Esses dois processos - ter a si próprio como modelo e projetar sobre o outro as mazelas que não se é capaz de assumir, pois maculam o modelo - são processos que, sob certos aspectos, podem ser tidos como absolutamente normais no desenvolvimento das pessoas” (BENTO, 2009, p. 6).

Significa que no contexto das relações étnico-raciais evidencia-se a construção de um processo denso e violento que busca legitimar a dominação de um grupo sobre o outro, inclusive, na dimensão da subjetividade, em que o status da humanidade é reconhecida somente para os dominantes, e os sujeitos subalternizados são condicionados a um lugar de desumanização, assim como tudo que produzem, inclusive no campo do conhecimento. Tanto a produção do apagamento indígena, quanto a polarização branco e negro são realizados intencionalmente como estratégia da branquitude para obter controle e legitimação sobre a história e corpos de sujeitos que ameaçam o domínio do projeto civilizatório europeu (QUIJANO, 2005). O Ocidente produz horizonte de existência, pautado, exclusivamente, na sua visão eurocentrada que alimenta o racismo anti-indígena,

uma vez que induz desqualifica e inviabiliza as cosmologias indígenas e suas respectivas formulações de sociabilidade.

Em sua tese “Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude”, a autora Gení Daniela Núñez Longhini (2022) propõe reflexões sobre a importância de utilizar o conceito “etnogenocídio” para nomear as violências físicas, culturais, subjetivas e coletivas que a branquitude praticou e pratica contra os povos indígenas. O etnogenocídio caracteriza-se como um processo de apagamento do corpo e da cultura de um povo através de diversas estratégias, entre elas a desqualificação, o apagamento e o silenciamento dos que produzem e de tudo que produzem. Atesta-se que ao realizar o extermínio físico em massa de um povo, chamado de genocídio, ocorre simultaneamente o extermínio de sua cultura, de todas as expressões práticas e das ideias de um povo, chamado etnocídio (NÚÑEZ, 2022).

Segundo Núñez (2022), é importante utilizar o etnogenocídio como categoria elaborada pelos intelectuais indígenas que contrapõe a lógica dominante no campo de produção científica em que são escassos na produção científica e acadêmica tendo a realidade da população indígena como pauta, sujeito e objeto centrais. Existe uma postura de resistência e luta no ato de denúncia e apontar as violências perpetradas, principalmente em nomear quem são os que a praticam e quais são os sujeitos que são vitimizados por tais violências, subjetivas e objetivas. Significa que no combate ao etnogenocídio, a branquitude precisa ser também racializada para comparecer como sujeito ativo da violência, e responsabilizada pelo silenciamento dos povos indígenas em todas as dimensões da vida social.

Nos estudos sobre colonialismo, a escravização da população indígena é tratada de forma periférica, assim como o etnogenocídio não é nem citado, pois esse último foi um elemento estruturante na forma que se construiu a história oficial do Brasil, excluindo a participação os povos indígenas. É importante que se tenha ciência de que povos indígenas foram explorados principalmente por terem conhecimentos acerca do território que ocupavam tradicionalmente e das riquezas que continha, mas foram coagidos pelos colonizadores brancos a contribuírem com seus interesses de explorar as terras, na mesma medida em que oficialmente, seus conhecimentos foram desqualificados como forma de apagar a verdade que eram portadores e afastar interesses concorrentes.

A importância do pensamento e do conhecimento indígena para a sociedade moderna: tecendo reflexões entre a oralidade, a escrita e a pesquisa

O racismo é uma realidade concreta e violenta. Por séculos, ele tem sido fundamental para o fazer econômico e político da Europa, começando com os projetos europeus de escravização, colonização, e para atual “Fortaleza Europa” (KILOMBA, 2019). No entanto, o racismo é disseminado e naturalizado no campo ideológico como um fenômeno identitário, periférico e marginal ao desenvolvimento das forças produtivas, assim como das demais dimensões da vida social.

Importante destacar isto, pois a inserção dos sujeitos indígenas na academia brasileira e o reconhecimento de suas cosmologias como fonte de conhecimento promove um novo

desafio para os que lá estão colocados pela branquitude: o confronto do saber ancestral com os interesses do capitalismo e do mercado. As múltiplas etnias indígenas como os Xakriabás, Pataxós, Yanomamis, Puris, Kanelas, Krenak, Tupinambás, entre outros, acumulam muitos conhecimentos acerca da natureza, da terra, de cultivo e da colheita que ameaçam os interesses do sistema do capital que prescinde que os sujeitos sejam alienados e submetidos uma dinâmica de produção e reprodução, que só acessem um conhecimento produzido e superficial para que não tenham consciência e possibilitem produzir autonomamente o atendimento de suas necessidades (KRENAK, 2019).

Logo, acessar a história contada pelos povos originários, compreender suas identidades forjadas a partir da coletividade, viabilizaria não só a preservação das suas memórias e dos conhecimentos dos povos indígenas, como ainda romperia com a naturalização da escravização, prática muito comum no cerne do debate epistêmico e no imaginário social. Portanto um desafio brutal, mas necessário para todos que se inscrevem no campo da emancipação humana (MARX, 2004).

A intelectual Célia Xakriabá (2018), em sua dissertação “O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada” discorre sobre o fato histórico e significativo que foi o investimento na criação e organização de escolas indígenas no estado de Minas Gerais, que priorizava o acesso dos alunos ao conhecimento ancestral dos povos originários. Esse projeto tinha 2 princípios centrais, sendo eles: ser intercultural e ser bilíngue. Implementou 16 escolas indígenas em aldeias e realizava o acompanhamento e suporte, do material pedagógico à formação dos professores. A intelectual exemplifica que ela foi produto dessa ação, uma intelectual indígena formada em escolas indígenas. Hoje ela é mestra em Desenvolvimento Sustentável e doutoranda em Antropologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrou esferas da política no estado de Minas Gerais e posteriormente na esfera nacional, como assessora parlamentar no Congresso Nacional. Hoje é liderança pertencente à Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). Nos espaços que ocupa e participa, se bate contra o racismo sistêmico que enfrenta na sociedade por ser indígena e sobre a importância da preservação dos territórios de sua comunidade (ONU, 2022). Ela descreve como é fundamental para a população indígena poder ter uma formação realizada de forma que sua história, educação e cultura dos indígenas sejam devidamente abordadas e respeitadas.

Estas iniciativas integram o rol das ações urgentes a serem tomadas no país e são fundamentais para combater o etnocídio no Brasil. Educação fundada no princípio intercultural, que preza pelo ensino que das múltiplas culturas que forjaram o país a partir de uma relação intercâmbios de aprendizagem, sem lugar para hierarquias e para preconceitos de umas com as outras. Assim como também tem que incorporar o princípio da educação bilíngue que traga para o processo de ensino/aprendizagem a valorização das línguas dos povos indígenas como sendo fundamentais para o currículo e formação profissional, em que o português, idioma do colonizador, não se sobreponha, muito menos os dos países capitalistas centrais, como o caso do inglês, e é tido como único horizonte de comunicação para o ensino nessas sociedades.

As políticas públicas e sociais produzidas por homens cis brancos são diferentes das políticas produzidas pelos povos indígenas. A escrita, a documentação e a burocracia são práticas institucionalizadas no projeto de colonização, que visam atender aos interesses dos

sujeitos dominantes. Desta forma, não podem e nem devem, apenas por essa vinculação, serem tomadas as práticas como negativas, elas são formas de registro e produção científica, todavia o contexto no qual elas são instrumentalizadas e operacionalizadas é que são prejudiciais para aqueles que não tem acesso à caneta e à papelada (XAKRIABÁ, 2018).

Em contrapartida, a oralidade, a escuta e a partilha são práticas de produção de conhecimento historicamente realizadas por povos indígenas e são ferramentas inegociáveis para estes povos, pois tem a ver com sua tradição e sua sociabilidade. Entretanto, com o cenário de avanço e desenvolvimento das forças produtivas e os conflitos sociais promovido pelos brancos sobre os indígenas, os povos indígenas, como estratégia de luta, se apropriaram da prática de escrita, mas instrumentalizam-na a partir de seus interesses, que são respaldados nas decisões da coletividade e na socialização de direitos. O que diferencia a produção escrita pelos porta-vozes dos povos indígenas da escrita branca tradicional, é que esta última tem como baliza os interesses individualistas e é utilizada para atender demandas privadas, como forma de acessar espaços e condições que são só reservadas para aqueles considerados como sujeitos letrados pela sociedade ocidental. A escrita para a branquitude é construída como espaço de privilégio em uma dimensão meritocrática.

Em uma sociedade cerceada por desigualdades econômicas, sociais e políticas, criadas pelo capitalismo e aprofundadas pelo racismo e discriminações de gênero, orientação sexual, credo, entre tantas outras, muitos sujeitos não estão inseridos no campo da educação pautada na branquitude. Não tiveram oportunidade de passarem pelo processo de alfabetização, muito menos tem acesso a qualquer formação política e não compreendem que podem reivindicar e se bater contra o direito burguês, pois desconhecem sua natureza histórica e naturalizam sua condição de subalternidade.

Percebe-se que sujeitos na sociedade moderna necessitam da escrita para acessar os campos de formação profissional, o vínculo de trabalho e ter acesso a um emprego ‘decente’, a moradia e a outras condições dignas de vida. Assim, a escrita está associada à capacidade de ascensão social, em uma sociedade que tem como lógica a exclusão dos espaços de letramento e formação daqueles que possuem formas de vida independentes do parâmetro eurocêntrico (XAKRIABÁ, 2018), o que só faz com que cresça cada vez mais as desigualdades.

A escrita, segunda a intelectual indígena, é uma forma de traduzir conhecimentos à medida que a oralidade tem a missão de transmitir. Assim, cabe a reflexão que tradução e transmissão possuem finalidades distintas, uma vez que a oralidade está associada ao pertencimento, aos valores que estão circunscritos a um determinado contexto. Já a tradução dos conhecimentos produzidos está associada ao exercício de compreender os valores de um grupo e gerar uma equivalência ao contexto daquele outro a quem se destina a tradução, ou seja, implica ainda uma capacidade interpretativa de adesão e respeito:

No final década de 1980/90, quando chegaram as primeiras propostas de projeto no território Xakriabá, acompanhadas principalmente pela Fundação Nacional de Amparo o Índio (FUNAI), havia ainda muito resquício do período de tutela, da lógica paternalista (e impositiva) do Serviço de Proteção ao Índio/SPI. Estes projetos eram apresentados, mas não eram geridos pelo associativismo comunitário, e muito menos construídos coletivamente, pois não existia um coletivo que dominasse a técnica de elaborar projetos de acordo os trâmites burocráticos criteriosos

que por muito tempo foram um empecilho para acessarmos tais editais. Embora não participássemos do processo de escrever é importante destacar que na organização social Xakriabá, composta pelas lideranças, nunca aceitamos de forma passiva o que vinha de fora, assim, as lideranças já contribuíam e se posicionavam, participando de maneira oral (XAKRIABÁ, 2018, p. 82)

O eurocentrismo (QUIJANO, 2005) e o capitalismo estão imbricados dialeticamente dentro de um projeto etnogenocida, na medida em que todos subjagam grupos étnicos, generificados e estigmatizados, em uma relação de discriminação que torna tais sujeitos, o outro, a ser subjagado, desqualificado e até exterminado. Enquanto, o homem branco cis, é representado através do “eu”, modelo considerado universal, sendo o ponto de partida das dinâmicas sociais vigentes.

O psicanalista martinicano Frantz Fanon discorre sobre como a linguagem se manifesta como instrumento de dominação e herança colonial, como ocorre com a sobreposição do Continente Europeu e seus idiomas sobre todo o território global. Segundo o autor, “Todo povo colonizado - isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural - toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana” (FANON, 2008, p. 34).

Para a população indígena, as especificidades da linguagem como dominação são extremamente violentas, e o fato da branquitude invalidar a tradição da oralidade como forma de conhecimento decorre da construção de um pensamento e de um campo científico moldados por um sistema racista e capitalista (NÚÑEZ, 2022). O nome para tais sujeitos que conquistam e dominam não é apenas um mero detalhe, pelo contrário, como indica Fanon (2008), a nomeação revela uma relação de poder, produzida pela colonialidade, em que, a depender do sujeito e sua raça/etnia, ele(a) pode ser subalternizado(a) ou validado(a).

É através de tais processos que a branquitude vai fragmentando as múltiplas identidades indígenas, homogeneizando os povos indígenas como uma identidade única. Esta estratégia é produzida intencionalmente para que não haja acesso às múltiplas formas múltiplas de organização social existentes e em andamento, que ameaçam a dinâmica universal dominante da branquitude de ter uma sociedade baseada em mérito e hierarquias, estruturantes do regime do capital.

A produção de conhecimento acerca dos povos indígenas no campo acadêmico enfrenta obstáculos do ponto de vista epistemológico, uma vez que as narrativas produzidas sobre esses sujeitos são estabelecidas pela ótica da branquitude (NÚÑEZ, 2022). Compreender a relevância acadêmica deste objeto é fundamental para as universidades, para que ocorra a valorização da população indígena e suas tecnologias ancestrais no campo do ensino, pesquisa e extensão e eles possam difundir e divulgar a riqueza produzida secularmente.

A oralidade é um dos saberes tradicionais dos povos indígenas da América, que constitui-se como expressão e manutenção da ancestralidade. O princípio da oralidade, desenvolvido pelos povos originários, preza pela integração enquanto comunidade e com a natureza. A prática também visa trabalhar a espiritualidade, e a conexão entre corpo, mente e coração, com intuito de celebrar a vida, e manter o equilíbrio, em todas as suas formas, sob uma perspectiva de totalidade. A comunicação, permanece sendo um elemento determinante

nas culturas indígenas, a nível global, e dos mais velhos para os mais novos, foi uma ferramenta de preservação da ancestralidade (XAKRIABÁ, 2018).

O racismo subjetiva pessoas indígenas a viverem na condição de colonizados e subalternizados. Se entender enquanto indígena perpassa um processo de rompimento com a identidade imposta pela sociedade calcada na branquitude, pois o imaginário social o aprisiona na representação de primitivo, atrasado, preguiçosos, na mesma medida em que as instituições, as leis, o Estado, estão alertas para punir estes corpos que se rebelam a essa imposição, lembrando-os que, para o projeto de sociedade vigente, a definição de humanidade não lhes serve, e portanto sofrerão as consequências caso se proponham a superar a submissão (MILANEZ et al, 2019).

Todavia é importante que demonstremos que as resistências existem e lutam contra o sistema acadêmico e de ensino assentados na branquitude. A autora Anari Braz Bomfim (2012) apresenta em sua dissertação “Patxohã, "língua de guerreiro": um estudo sobre o processo de retomada da língua Pataxó” o conceito de pesquisadores Pataxó, que consiste em grupo de nativos indígenas da etnia Pataxó que se organizam e atuam na produção de conhecimento realizada pelo seu coletivo, reivindicando o título de pesquisador.

Os pesquisadores Pataxó reconhecem que o que os torna intelectuais não é a validação institucionalizada da branquitude acadêmica. Bomfim (2012) argumenta que nas aldeias Pataxó, existem muitas pessoas que ocupam esse lugar de intelectualidade devido ao acúmulo de conhecimento, no que cerne ao processo de organização da comunidade, preparos medicinais, gestão educacional e transmissão da sabedoria.

A partir da cosmologia Pataxó, uma das bases de sua pesquisa consiste no fato de que os mais velhos da aldeia representam a memória e a história dos sujeitos, do lugar, da natureza e das relações sociais. O que se apresenta como novidade para os pesquisadores Pataxó é que eles se apropriam da escrita para complementar a produção de conhecimento oral que já é difundida nas aldeias Pataxó. Ocorre uma junção da memória com a escrita para tratar a cultura e o saber como construções que além de ser registradas originalmente sob gravuras e pinturas, podem ter a escrita como mais uma forma de organização (BOMFIM, 2012).

O contexto em que os pesquisadores Pataxó estão produzindo revela a sua condição de autonomia que está diretamente associada a práxis de toda sua etnia, que atua em diversas frentes fundamentais para a continuidade da transmissão, da sua continuidade enquanto povo e defesa das memórias indígenas, uma vez que estes sujeitos utilizam de técnicas para manutenção dos fundamentos do ser indígena Pataxó.

A condição de ser “um pesquisador Pataxó” não surgiu na academia, surgiu na aldeia mesmo, no desejo de saber mais e registrar sobre sua própria história, tendo a preocupação de refletir e repassar, a partir de ações, para os outros mais novos. Para a pesquisa não se tem um método pronto, é um processo que vai sendo construído na medida da necessidade e da dinâmica social vivida pelo povo Pataxó. Porém, uma coisa eu sei que é certo: primeiro, ir até os nossos intelectuais, os mais velhos e os mais experientes, para aprender o que eles têm para nos ensinar e, junto com eles, construir o melhor para nós. Foi nesse processo que surgiu o grupo de pesquisadores Pataxó e foi assim que aprendi a ser uma pesquisadora Pataxó também, antes de entrar na universidade (BOMFIM, 2012, p. 58).

As populações Pataxó enfrentam um golpe duro causado pelo etnogenocídio, qual seja o apagamento da sua língua nativa. A intelectual explica que os pesquisadores Pataxó na sua pesquisa identificaram que metade da língua Pataxó estava comprometida, correndo o risco de ser apagada completamente (BOMFIM, 2012). Ao contatar os seus mais velhos, os pesquisadores Pataxós observaram que havia um processo doloroso quando os mais velhos buscavam rememorar vocabulários da língua Pataxó, pois a colonização que atravessou historicamente este grupo, exigiu que muitos Pataxós abdicassem da sua língua e se apropriassem de outras impostas através do contato com o colonizador, tal afastamento fez com que muitas das produções linguísticas originárias dos fossem perdidas ou assimiladas ao vocabulário dos colonizadores.

Diante deste desafio, os pesquisadores Pataxós tomaram para si uma responsabilidade fundamental: o ensino, a preservação e a difusão da língua Pataxó. No ato de estudar profundamente os vocábulos Pataxós que possuem contatos, os pesquisadores realizam um processo de ressignificação, em que a partir dos termos preservados, criaram-se novos termos, respeitando toda a lógica da etimologia das palavras e da sua enunciação (BOMFIM, 2012).

Neste processo, os pesquisadores Pataxó se depararam com um impasse em relação à língua Pataxó utilizada, principalmente nas aldeias da Bahia. Os nativos reconheceram que a língua Pataxó em vigência não carregava a originalidade da língua falada antes dos processos de invasão, colonização, desterritorialização e etnogenocídio. Desta forma, os pesquisadores Pataxó se propuseram intervir, usando a reflexão e a coletivização do processo decisório, princípio caro para os povos indígenas: a partir de múltiplas conversas com as lideranças, com os povos Pataxó e em seus encontros de pesquisa, alcançaram o consenso de já que não era mais possível resgatar plenamente a língua da lembrança, se propuseram construir uma língua usual, em que estudam a estrutura da língua Pataxó e com o aval das lideranças apresentam uma língua que pode ser utilizada tanto na oralidade da aldeia, quanto na escrita e nas escolas indígenas da região (BOMFIM, 2012). Assim, surgiu a língua patxohã que articula o significado “de Pataxó, de língua, de espírito da linguagem e de guerreiro” (MATALAWÊ; BOMFIM, 2012, p. 81)

Tal estratégia é muito simbólica no que concerne os diferentes projetos de sociedade que os indígenas possuem ao contrário do projeto de sociedade imposta em escala global pela branquitude. A memória de Pindorama se faz presente no projeto do Brasil, e a práxis indígena manifesta-se novamente para além do resgate da memória, mas construindo novas memórias, na dialética do velho e do novo.

Deve-se considerar que os povos indígenas se compreendem por meio do coletivo. A identidade de ser indígenas está relacionada com a dinâmica de seus pares, logo a colonização, através da escravização, do aldeamento e do etnogenocídio, pulverizou a organização dos indígenas, e buscou fragmentá-los como indivíduos que devem ter interesses individuais, logo, tais processos violentam diretamente a identidade indígena, ancorada na coletividade e na coletivização do produzir, viver e existir.

Conclusão

Os povos originários do território brasileiro possuem uma gama de conhecimentos ancestrais, os quais inclusive precedem o desenvolvimento das forças produtivas do mundo

moderno, o movimento de globalização e a construção da ciência ocidental. Para o campo da produção de conhecimento é necessário ter entendimento de técnicas e teorias cuja sua aplicabilidade e funcionalidade possam, ou não, ser validadas na materialidade social e histórica.

A partir disto, é necessário compreender os fenômenos pertinentes às suas realidades, levando em consideração o que os constituiu e constitui como ser social, para reconhecer e forjar a sua autodeterminação epistemológica sobre si e com relação com a natureza. Tal processo também trata de reconhecer a percepção que eles têm sobre os condicionamentos que lhes são impostos e o que visualizam e constroem como alternativas e possibilidades de transformação social.

Desconhecer ou secundarizar as produções dos povos que constituíram o país corresponde a ter uma visão reducionista e parcial. É fundamental ter acesso à produção de conhecimento dos povos indígenas no campo acadêmico e fora dele, como nas aldeias e nações indígenas. Como foi o caso da pesquisa produzida pelos pesquisadores Pataxó, que só se realizou devido à participação de toda a comunidade. Assim como foram importantes as experiências de formação e intervenções sociais propiciadas pelas Programa Escola Indígena, como visto na experiência do estado de Minas Gerais, em que os sujeitos confirmam o quanto a sua formação pela ótica com centralidade no ensino intercultural e bilíngue foi e é fundamental para o seu processo formativo e no reconhecimento da sua cidadania e direitos.

Os traços da colonização atravessam todo o cenário histórico do país e deixa marcas visíveis e profundas até hoje. A realidade vivida hoje pelos povos indígenas foi e é atravessada pela violência do colonialismo e do capitalismo, uma vez que na dinâmica generalizada de trabalho forçado de indígenas e negros, alterou estruturalmente suas sociedades e suas sociabilidades, pois os povos indígenas necessitaram se reorganizar para sobreviver em meio a uma nova dinâmica de organização social, baseada na violência.

A sociedade contemporânea brasileira constitui-se sobre um cenário de correlações de forças sociais, em que habitam múltiplos grupos em um regime democrático. Ocorre que ainda hoje há uma radical sobreposição de conhecimentos, vidas e demandas, que são hierarquizadas por sistemas de dominação pautados no racismo e no capitalismo.

Deve-se elucidar, conhecer e difundir o papel que intelectuais, ativistas, e profissionais indígenas exerceram historicamente, antes mesmo da ciência ocidental ter o poder de se legitimar como universal, sendo essas uma das estratégias utilizadas por intelectuais indígenas para tensionar as relações de desigualdade no regime democrata.

Referências

AMARAL, Wagner Roberto do. BILAR, Jenifer Araújo Barroso. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. *Em Pauta, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2o Semestre de 2020, n. 46, v. 18, p. 180 – 195. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/34470>. Acesso em 18 jul. 2023.

ALMEIDA, Maria R. C de. Escravidão indígena e trabalho compulsório no Rio de Janeiro colonial. *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 6, n. 12, jul. - dez., p. 11 - 25, 2014.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Acesso em: 18 jul. 2023.

BOMFIM, Anari Braz. *Patxobã, “língua de guerreiro”*: um estudo sobre o processo de retomada da língua Pataxó. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. SP: Ed. Loyola, 2016.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARX, Karl. *O Capital – O processo de produção do capital*. Livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MILANEZ et al. Existência e Diferença: O Racismo contra os povos indígenas. *Revista Direito Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 10, n 3, 2019, p. 2161 - 2181.

NÚÑEZ, Geni D. L. *Nbande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude*. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2022.

ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS – ONU. “Nós temos o compromisso importante de desaquecer o planeta, para aquecer o coração”; conheça a trajetória de Célia Xakriabá. Disponível em <https://www.onumulheres.org.br/noticias/nos-temos-o-compromisso-importante-de-desaquecer-o-planeta-para-aquecer-o-coracao-conheca-a-trajetoria-de-celia-xakriaba/>. Acessado em 28/07/2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. En: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*.

SUESS, Paulo. *Em defesa dos povos indígenas: documentos e legislações*. São Paulo: Loyola, 1980.

XAKRIABÁ, Célia; CORREA, Célia Nunes. *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2018.

PESQUISA, EXTENSÃO E TERRITÓRIO: A POTENCIALIDADE NA PRODUÇÃO COMPARTILHADA DE SABERES

Fátima Valéria Ferreira de Souza
Isabele Filpo da Silva
Larissa de Siqueira Saldanha
Natã Sousa Coutinho
Verônica Cristina de Barros Ferreira

Introdução

Este capítulo tem por objetivo analisar a importância da extensão universitária, inserida no tripé ensino, pesquisa e extensão, e a indissociabilidade de cada um dos pilares da universidade pública. Por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental, buscamos compreender o marco conceitual da extensão universitária; sua relevância na formação de estudantes de graduação e de pós graduação; além da contribuição para elaboração, avaliação e execução de políticas públicas, no devir histórico dialético de devolução de conhecimentos e novos aprendizados.

A extensão universitária é definida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), a partir de amplo debate, nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Extensão, em 2009 e 2010, citado e reafirmado na Política Nacional de Extensão Universitária de 2012¹, da seguinte forma: “sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade” (XXVII e XXVIII Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Extensão, em 2009 e 2010 apud Forproex, 2012; p.28)

As universidades públicas do Brasil se erguem como pilares de conhecimento e desenvolvimento para o país. Seu impacto perpassa por todo o território nacional, abrangendo todas as esferas da sociedade. Essas instituições se estabelecem como verdadeiros catalisadores do crescimento na economia brasileira, intervindo nos determinantes e fatores culturais, sociais, e políticos, proporcionando um ambiente fecundo para a produção, troca e consolidação de saberes, bem como para a formação de indivíduos capacitados e interessados na produção de conhecimento.

O estudo universitário brasileiro possui diretrizes que promovem a expansão do conhecimento, integrando saberes acadêmicos e populares. Isso leva à democratização do saber, com a participação ativa da comunidade universitária e uma produção que surge do diálogo com a realidade social. Este diálogo se materializa em parceria com a comunidade “extramuros”, viabilizando a troca de saberes.

Há diretrizes, pactuadas pelo FORPROEX, que devem orientar a extensão universitária: Interação dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade;

¹ Política Nacional de Extensão Universitária - este documento foi o mesmo encontrado no site de extensão da UFRJ.

Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão; Impacto na formação do estudante; e Impacto na transformação social. (FORPROEX apud PR-5 UFRJ).²

De acordo com o Conselho Nacional de Educação, posto no Art. 8º da resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, as ações de extensão podem se estabelecer por meio dos programas, projetos, cursos, prestação de serviços, oficinas e eventos. Destas ações, somente os programas e projetos fazem parte de ações curriculares de extensão nos cursos de graduação de nível superior, devendo se constituir, preferencialmente, de forma interdisciplinar, podendo abranger diferentes cursos de graduação e também diferentes áreas do conhecimento.

A extensão universitária materializa a conexão dinâmica entre a academia e a sociedade, recorrendo a uma série de iniciativas plurais que possibilitam a integração ensino-pesquisa-extensão. Este tripé universitário abrange ações que possuem como foco o desenvolvimento de tecnologias e a transformação social, e envolvendo técnicos, professores, estudantes e a comunidade externa. Ao estender os limites físicos da universidade, tais ações buscam uma interação genuína com a comunidade externa ao meio acadêmico, tendo como objetivo principal a promoção de um verdadeiro intercâmbio de conhecimentos, trazendo a sociedade para o meio acadêmico e vice-versa. Rompe, assim, com a chamada educação bancária, onde o professor é o único detentor do conhecimento, para práticas mais horizontais que valorizam, por exemplo, o saber popular. Passa-se a uma interação dialógica.

A escritora Bell Hooks, ao dissertar sobre a importância da educação democrática, faz a seguinte constatação:

Professores que têm uma visão de educação democrática admitem que o aprendizado nunca está confinado a uma sala de aula institucionalizada. Em vez de reforçar a falsa presunção convencional de que o ambiente da universidade não é o "mundo real" e ensinar de acordo com isso, o educador democrático rompe com a falsa construção da universidade corporativa como separada da vida real e sempre procura visualizar a formação como uma parte de nossa experiência do mundo real e da nossa vida real. Adotando o conceito de educação democrática, vemos ensino e aprendizado ocorrendo constantemente. Compartilhamos o conhecimento recolhido nas salas de aula fora desses espaços, trabalhando assim para questionar a construção de que certas formas de conhecimento estão sempre, e apenas, disponíveis à elite (HOOKS, 2019, p. 199).

Tecendo um paralelo com o escrito, a extensão universitária contribui para o conceito de educação democrática ao passo que leva em consideração que compartilhar o conhecimento é uma diretriz a ser considerada, ao mesmo tempo que se reconhece a importância da horizontalidade na transmissão do saber, sem, contudo, desconsiderar a responsabilidade do professor na mediação do processo de aprendizagem.

Espera-se, na atualidade, que a extensão, na relação Universidade e sociedade, seja orgânica, a qual, via interação dialógica, construa perspectivas de impacto na transformação social. Trataremos deste no decorrer deste artigo e sobre o impacto na formação do estudante, falaremos, mais especificamente, no ponto 3.

² PR5 - Pró-reitoria de extensão - CONCEITOS E DIRETRIZES

Marco conceitual da extensão universitária

A extensão, no Brasil, remonta ao ano de 1912, com os cursos ofertados pela Universidade Livre de São Paulo, fechada em 1917. Na década de 1930, o movimento estudantil reivindicava reformas na Educação brasileira, pautando a extensão universitária como instrumento para difundir conhecimentos, saberes, culturas, pela aproximação entre a universidade e a sociedade. Reivindicações assumidas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), quando criada, em 1938. Segundo Souza (2005, p.258), *o movimento estudantil contribuiu de forma marcante com a efetivação da proposta extensionista progressista na universidade.*

Com a Lei 5540 de 1968³, criada durante a ditadura civil empresarial e militar no Brasil, a extensão é regulamentada a nível nacional. Inicialmente definida apenas na modalidade curso, que poderia ser ministrado nas instituições de nível superior. O artigo 40, alínea a, previa que as instituições de ensino superior, via atividades de extensão, proporcionariam aos estudantes *oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento.*

Na década de 1980, período de redemocratização do Brasil, a extensão universitária começa a ter papel de mais destaque na universidade. Em 1987, o documento do Primeiro Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, embasou a Carta Magna e que prevê, em seu artigo 207, *“a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”*⁴.

Em 1996, – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)⁵, no artigo 43, define como uma das finalidades da Educação Superior, *“promover a Extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”*. A política extensionista só vai ser estabelecida em 2001, no Plano Nacional de Extensão Universitária, concebido pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Neste período, estaria já ultrapassada a ideia de que as ações extensionistas abrangiam apenas atividades de disseminação de conhecimento. Neste Plano as atividades extensionistas eram compreendidas como espaços privilegiados de interação entre Universidade e sociedade, tornando mais orgânica a inserção da universidade na realidade social e política brasileira.

A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública (FORPROEX; 2012, p.17).

³ **LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968.** A LDB veio a substituir a Lei 5540, de 1968, então revogada, com exceção do artigo 16, que regia sobre o processo de escolha dos dirigentes das instituições de nível superior, o qual fora alterado pela Lei 9192, de 1995.

⁴ Art. 207 da Constituição Federal de 88 | Jusbrasil

⁵ **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**

Em 2012, como materialização do compromisso pactuado pelos Pró-Reitores de Extensão *com a transformação da Universidade Pública, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia* (FORPROEX; 2012, p.5), é lançada uma nova Política Nacional de Extensão Universitária, na qual são pactuados 15 objetivos dentre os quais, muitos já haviam sido formalizados na Política Nacional de Extensão Universitária, em 1999⁶, e acrescentam-se novos, atualizados e necessários para dar conta de novos desafios, 13 anos depois⁷. Tais objetivos tratam de reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável na formação do estudante, estimular atividades multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais; participação da Universidade na elaboração das políticas públicas; Financiamento público, priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais; estimular a utilização das tecnologias disponíveis; desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística; estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável, criar mecanismos permanentes de avaliação.

O Plano Nacional de Educação - PNE, para o período 2014-2024, tem por meta 12.7) *“assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”*⁸.

Se, a partir da LDB de 1996, os Planos Nacionais de Educação passaram a dar visibilidade à extensão universitária, em 2017 o Decreto nº 9.235 estabelece, para o credenciamento e recredenciamento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e públicas, como centros universitários, devem possuir programa de extensão institucionalizado.

O ano de 2018 representa um marco importante para as atividades extensionistas, definindo sua curricularização ao equivalente a 10% da carga horária dos currículos de cursos superiores. Tal medida foi regulamentada pela Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação e da Câmara de Educação Superior⁹.

Todos os esforços da atualidade cooperam para que as universidades saiam de seus muros, contemplem os saberes e culturas comunitárias de fora para dentro e apresentem debates que respondam às inquietações não apenas da comunidade acadêmica, mas de toda a sociedade. Para tanto, a extensão se apresenta como instrumento de devolução do saber fundamental para o papel social da Universidade na construção de um projeto societário democrático e igualitário.

A extensão na formação de estudantes da graduação e pós graduação - a UFRJ, o Serviço Social e mais

A Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, acompanhando as movimentações nacionais, aprova a RESOLUÇÃO CEG 04/2014, onde, em seu Art 1o, já estabelecia que *“As atividades de extensão, em suas variadas formas, devem obrigatoriamente fazer parte integrante dos currículos de todos os cursos de graduação, perfazendo um percentual mínimo de 10% da carga horária total do curso”*, e que esta carga horária faria constar no

⁶ Plano Nacional de Extensão Universitária Edição Atualizada, 1999

⁷ Política Nacional de Extensão Universitária (2012)

⁸ LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014 L13005

⁹ Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018

registro escolar dos estudantes, e o cumprimento da carga horária era facultativa aos estudantes, até março de 2017.

Em 2019, a UFRJ insere, de forma transversal e integrada aos currículos dos cursos de graduação, ações de extensão cadastradas na universidade, equivalente a 10% da grade curricular, conforme estabelecido pelo PNE (2014-2024), pela Resolução no. 07 MEC/CNE/CES (2018), a fim de, conforme Resoluções 01/2019 e 02/2019¹⁰, da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ: *“a intencionalidade de que o percurso extensionista do estudante seja variado e amplie sua visão do papel social de sua formação universitária”*.

Para se adequar às novas exigências, que estabeleceram a carga horária mínima de extensão nos cursos de graduação, em 2019, a Escola de Serviço Social faz uma reformulação curricular e a extensão universitária passa a ser obrigatória para a formação em Serviço Social. Diante desta curricularização da extensão, nos debruçamos sobre a importância das ações de extensão para a formação dos graduandos em Serviço Social. Por esta via, os alunos aproximam os conhecimentos trabalhados em aula com a prática, fazendo a articulação de seus saberes com a vivência nos territórios. Neste momento de formação profissional, os alunos apresentam demandas de expandir a teoria acumulada durante o processo da graduação, para a realidade na qual estão inseridos.

Estas ações possibilitam a troca de conhecimento entre discentes, docentes e parceiros, possibilitadas pela aproximação de ideias e saberes distintos e também complementares. Diante dos impasses apresentados pelos alunos ao longo da graduação, a extensão surge como um complemento de aprendizado por serem propagadas e disseminadas nos territórios, em alguns casos, como em nosso projeto, levando os alunos a refletirem sobre o seu próprio local de moradia e pertencimento.

Com isso, as ações de extensão não se limitam apenas ao campus da universidade, os alunos podem acessá-las até mesmo em seus próprios bairros. Isso permite que eles se articulem não apenas com cursos diferentes dos que estão cursando na graduação, mas também com diferentes áreas do conhecimento.

Nas ações de extensão, os alunos têm a oportunidade de acompanhar a atuação profissional não só de professores e técnicos universitários, mas também dos profissionais que já estão trabalhando nos locais onde a extensão é realizada.

Quando articulada às políticas públicas, tais locais podem ser unidades de atendimento da assistência social, da saúde, da educação, dentre outras. Para estudantes de serviço social, essa convivência com a atuação profissional de assistentes sociais os permite vivenciar na prática o que estão aprendendo em sala de aula, enriquecendo sua formação e tornando-os mais preparados para a vida profissional.

A interação entre ensino, pesquisa e extensão possibilita aos alunos uma troca de conhecimentos, ampliando a presença da universidade nos territórios em que estão inseridos socialmente. Os programas e projetos são desenvolvidos a partir das demandas dos alunos, em consonância com o planejamento dos professores. Isso torna a discussão sobre os temas mais atrativa e facilmente identificável para os graduandos, uma vez que estamos tratando dos territórios a que eles pertencem e se reconhecem como indivíduos.

A extensão impacta a vida do aluno, complementa e diversifica seu currículo, com atividades teórico-práticas que passam pela execução, planejamento, avaliação e gestão. Nem

¹⁰ https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/RESOLUCOES_E_PORTARIAS/Resolu%C3%A7%C3%A3o_01-2019.pdf

sempre o aluno pode escolher em qual área do conhecimento pretende desdobrar a sua atividade de extensão, já que, apesar das mudanças na legislação, há muito mais alunos na universidade que vagas. Contudo, ao ingressar em uma ação de extensão acaba criando novos interesses que irão aliar a formação acadêmica e de pesquisa a uma ação que realmente cause impacto em sua vida profissional.

Esse impacto na vida do estudante não se dá somente através da melhoria no seu currículo, mas pela identificação de temas de interesse para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, como a construção do trabalho de conclusão de curso, se dando, também, no protagonismo do aluno em ações de extensão com impacto social e transformador. Ao participar ativamente em um projeto de extensão, o aluno possui contato direto com o coordenador da ação, da equipe, dos parceiros e do público alvo do projeto, assim, o aluno se envolve no planejamento, na formulação de metas e na execução de programas e projetos, trabalhando então, para mudar a realidade de uma comunidade ou grupo o qual será o foco da ação de extensão na qual ele está envolvido.

A extensão universitária, como já mencionada, compõe também o processo formativo de pós-graduandos em todo o país, entretanto, a inserção nessas ações não aparece nas regulamentações enquanto requisito obrigatório à conclusão dos cursos. Alguns elementos nesta dinâmica merecem ser destacados, tendo em vista o enriquecimento dessa trajetória tecido por uma via de mão dupla, onde todos os envolvidos, profissionais, alunos extensionistas, professores, coordenadores e comunidade não acadêmicos constroem e usufruem dos resultados e produtos desta relação.

Ações de pesquisa e extensão exprimem também a viabilidade de promover aos pós-graduandos uma educação continuada de forma responsável e alinhada à realidade social, tendo em vista o contato estabelecido com os grupos selecionados e experiência adquirida na execução das atividades. Há de se considerar a importância da aplicação de uma perspectiva profissional crítica como constructo presente na abordagem das ações, o que consequentemente traz impactos sociais significativos no âmbito do território, visto que uma leitura crítica e cuidadosa da realidade e das demandas apresentadas pela comunidade torna possível uma intervenção e a elaboração de medidas comprometidas com as reais necessidades sociais. Nesse sentido, cabe considerar o Serviço Social como espaço em potencial, a partir do histórico profissional, onde a categoria caminha em concomitância com lutas e demandas da classe trabalhadora, o que facilita/possibilita uma atuação que parte da aproximação com essa realidade.

Se para a graduação a extensão apresenta desafios como a conciliação com a carga de estudos versus a sua importante contribuição para a formação embasada no tripé da universidade pública, na pós-graduação ela apresenta-se como um novo universo a ser desenvolvido. Seguindo na lógica da extensão universitária ser uma relação entre a academia e a sociedade, a produção de conhecimento que é aprofundada no período da pós-graduação possibilita para o aluno deste nível um instrumento potente catalisador desse arcabouço que a extensão proporciona.

Em tempos de ataques à universidade pública e às suas atividades, a produção de conhecimento advinda do interior da Extensão Universitária enquanto pós-graduação parece ser uma antítese desta falácia. Não se produz conhecimento na Extensão para legitimar a universidade pública. Ao contrário, a legitimação da educação superior pública acontece ao passo em que a sociedade a reconhece como um ator inserido em seu cotidiano e que opera

nas transformações da realidade. Tais como as políticas sociais, campo de atuação e pesquisa do Serviço Social.

Do mesmo modo, para os parceiros e para os profissionais da ponta, nas diversas áreas de atuação profissional, a interação campo de trabalho e universidade só tem a contribuir, na medida em que os profissionais têm a oportunidade *in loco* de troca de saberes, contribuindo o supervisor de campo para a leitura da política pública em que se atua, e se atualizando dos debates acadêmicos, os quais se alimentam de dados levantados na atuação cotidiana. Por isso, é muito importante que os profissionais da ponta, na sua atuação profissional, registrem dados a fim de produzir estatística. A Lei de Regulamentação da Profissão - Lei 8662/1993 - reitera, nas competências do/a assistente social, Art. 4º: *VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais*. Esta produção é conhecimento e possibilita o planejamento de ações profissionais e acadêmicas e, conseqüentemente, a possibilidade de ser propositivo na elaboração de políticas públicas.

Ressaltamos a importância da reflexão sobre sua prática e da atualização profissional, através de educação continuada e permanente. Entre os Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional do/a assistente social reafirma-se, no item X, o *Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional*, e Dos direitos e responsabilidades do/a assistente social: *f- aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código*.

Sabemos que está entre as responsabilidades dos/as assistentes sociais a formação continuada. Propomos então um chamamento aos profissionais: que registrem sua prática, a qual pode subsidiar a construção de políticas sociais nos territórios; ocupem os espaços de debate do seu conselho profissional, dos seus sindicatos; reaproximem-se da universidade, via pesquisa e extensão. Abram campo de estágio, temos muito a aprender com os/as estudantes. E muito a ensinar. Há um enorme campo a se investigar e a contribuir.

Vimos, portanto, a importância da extensão, tanto para estudantes de graduação quanto de pós-graduação; para a Universidade; para a sociedade; para os profissionais - de todas as áreas. E o vasto campo de possibilidades quando a interação dialógica da comunidade acadêmica e a sociedade é valorizada e fortalecida. Para isso, a participação política também é fundamental.

No período entre 2003 e 2016, quando tivemos a frente do Governo Federal uma gestão do Partido dos Trabalhadores, mais progressista e comprometida com a classe trabalhadora, foram criados os IFES - Instituições Federais de Educação superior - que este ano completam 15 anos, e feito investimento em editais de financiamento voltados especificamente a atividades extensionistas e a inserção destas em editais de financiamento de pesquisas.

Na esteira destas conquistas, em 2010 foi apresentado o Programa Nacional de Assistência Estudantil, (PNAES), com o objetivo de se garantir não apenas o acesso, mas a permanência dos alunos universitários que passaram por mudanças em seu perfil racial, socioeconômico e territorial, principalmente no processo da implementação das ações afirmativas, as cotas. Logo no início da redação do PNAES, é mencionada a extensão universitária: Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior” (Brasil, 2010).

Grande avanço. Porém, em 2016, no contexto de pós golpe jurídico-parlamentar que resultou no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, a Emenda Constitucional nº 95 com o chamado Teto de Gastos mudou este cenário trazendo consigo o desmonte das universidades federais com as seguidas contenções de orçamentos.

Válido lembrar, esquecer não podemos jamais, pois fica o exemplo para a história social brasileira do que devemos combater, que o governo federal - gestão 2019-2022, proferiu diversos ataques às universidades públicas, incluindo a declaração de um ex-ministro da Educação, que “o ensino superior deveria ser para poucos”¹¹. Esta afirmação reverbera o entendimento de que a Educação seria espaço de formação profissional, no sentido mercadológico, de força de trabalho, para atender aos anseios do capital, do desenvolvimento técnico-científico. Contudo, nosso entendimento sobre a função social da Educação é, para além da formação de profissionais, e sim a formação de pessoas comprometidas com o bem estar social, permeadas por olhar crítico, questionadoras da realidade e contradições estas sobre as quais a própria universidade pública está inserida.

Resultado dos anos de desmonte da Educação pública houve uma queda inédita, em 7,4%, da produção universitária, em 2022, dado apresentado em julho deste ano, pelo Nexo Jornal¹², levantamento feito pela Agência Bori e Editora Elsevier, desde 1996. Neste sentido, se tem por intenção a Universidade Pública ser popular ou elitista, tal decisão perpassa a opção política de se dedicar ou não à extensão universitária. E “Se existe, na história da universidade brasileira, uma área que se preocupou em manter vínculos com a sociedade é, certamente, a extensão, mesmo tendo enfrentado enormes resistências face ao elitismo que marca a educação brasileira” (GADOTTI, 2017, p.1 *Apud* SOUSA, 2000).

Portanto, a opção é política.

Considerações finais

A extensão deve influenciar e é influenciada pela pesquisa e o ensino. Espera-se que a Universidade Pública ofereça contribuições à sociedade, num movimento dialético de aprender e ensinar, considerando a importância dos saberes acadêmicos e populares, numa constante interação entre teoria e prática, como devolutiva do que lhe é investido, mas sobretudo, na construção de melhorias para a sociedade. Na ausência de atividades extensionistas, nos moldes de troca de saberes, as universidades se isolariam dos problemas societários, do conhecimento sobre e com o movimento da realidade.

A Política Nacional de Extensão Universitária ressalta:

Sem as ações extensionistas, como já salientado, corre-se o risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da Universidade Pública. (FORPROEX, 2012; p. 15)¹³

¹¹ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.shtml>

¹² A queda inédita na produção científica brasileira | Nexo Jornal Matéria publicada em 24/7/2023.

¹³ POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Portanto, ao apropriar-se da realidade, através do tripé universitário, devolvem-se os produtos, as análises, os conhecimentos, a partir de necessidades reais da humanidade. Neste ir e vir é que as universidades podem e devem contribuir com os conhecimentos produzidos, as inovações tecnológicas e profissionais qualificados para intervir, elaborar e avaliar políticas públicas que respondam a preocupações sociais, culturais, éticas, políticas, meio ambientais, de desenvolvimento, para o bem estar humano e social. Ao passo que a Universidade transforma a realidade social, transforma-se a si mesma.

Podemos afirmar que a extensão universitária desempenha um papel fundamental na formação acadêmica e na formulação e desenvolvimento de políticas públicas, por meio de suas ações e reflexões nos espaços sociais, com atividades de campo e pesquisas. Tendo em vista a curricularização da extensão, a Universidade Federal do Rio de Janeiro vem implementando extensão universitária no projeto pedagógico dos cursos de graduação, em específico no curso de Serviço Social.

Assim, a extensão se articula de forma coerente com o ensino e a pesquisa, tendo em vista que possuem como base o princípio da indissociabilidade. Tratando-se de um tripé, os determinantes educacionais se complementam, promovendo maior interatividade e o diálogo com as políticas públicas e as organizações da sociedade civil. Tal integração busca fortalecer o compromisso social da Universidade pública, gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, seu papel social. Pela extensão, a universidade atravessa seus muros e penetra nas instituições e nos territórios vividos, buscando e levando conhecimento, mas, também, abre suas portas para receber um público externo, cumprindo seu papel social, devolvendo aos contribuintes o saber produzido. Uma vez que as instituições públicas são financiadas pelo coletivo, deve ser voltada para questões sociais apresentadas pela população e de relevância social, buscando sempre identificar e mapear as demandas e os impasses vividos pela população, de maneira que os ambientes acadêmicos e pedagógicos possam intervir na realidade concreta, como foi o período de isolamento social, na pandemia da covid-19.

No período pandêmico a UFRJ na tentativa de prosseguir mediante as barreiras do distanciamento social, manteve suas atividades de extensão. Um exemplo foi o Festival do Conhecimento: Futuros Possíveis de 2021, espaço no qual muitas das atividades de extensão puderam ser expostas para a comunidade acadêmica e ouvintes de diferentes setores da sociedade, como os próprios parceiros extra-academia que contribuíam nas ações de Extensão. Exemplo desta rede foram os trabalhos apresentados pela equipe do IpLab com a presença de funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu, parceiros nas atividades sobre a temática da Inclusão Produtiva.

Durante a pandemia, a continuidade das atividades e os encontros com outros projetos de extensão proporcionaram um ambiente em que, mesmo distantes e sem a possibilidade da troca presencial, a academia se encontrou e trocou entre os pares. Ainda, alunos e professores de diferentes áreas do conhecimento assistiram as diversas ações de pesquisa e extensão elaboradas sob as barreiras sociais e sanitárias. Uma percepção de jornada compartilhada, tão rara nos momentos pandêmicos.

Atualmente, a UFRJ tem um portal, <https://portal.extensao.ufrj.br/#/>, *newsletter* Comunica Extensão e o Comunica Extensão *podcast*, em parceria com a Rádio UFRJ, e divulga suas ações extensionistas, a fim de conectar ideias e pessoas de todos os setores da sociedade, através daquelas ações realizadas pela universidade com grupos sociais, parceiros

externos e territórios. Como produto deste trabalho, lançou o *e-book* Relatos da Extensão, volume 1¹⁴, os volumes 2 e 3 estão em produção.

É condição *sine qua non* situar as instituições de ensino superior públicas na conjuntura nacional e internacional, face ao modelo econômico neoliberal, de redução de investimento estatal. As IES públicas dependem de investimento público, e os frequentes cortes de verbas afetam suas atividades. A visão sobre a Educação deveria pautar-se sobre sua função social, já que o desenvolvimento das nações, da humanidade, historicamente, perpassa pelas inovações técnico científicas. Um país que aspira seu desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável precisa investir em Educação, espaço privilegiado de pesquisa e produção de conhecimento, haja visto sua relação que se pretende dialética no real. Por isso, a curricularização da extensão se faz tão imprescindível.

E ainda, não bastam diretrizes e regulamentações da extensão universitária, indissociável do ensino e pesquisa, nos currículos, sem a concretização das mesmas. Para concretos resultados da interação Universidades e território, faz-se necessário investimento público nas IES. Faz-se necessário também, para responder à questão social, investimento em políticas públicas. E, para isto, somente um governo comprometido com a democracia e justiça social terá uma agenda voltada, não esvaziada, à maioria da população brasileira.

A implementação da curricularização da extensão universitária é a chave para fomentar um debate mais amplo e efetivar iniciativas que resultem em mudanças políticas, organizacionais e de gestão, impactando diretamente no dia a dia acadêmico. A inserção da extensão universitária no meio social, confere relevância no que se refere ao conhecimento produzido na academia e fortalece o papel social da Universidade pública. Isso possibilita uma aproximação maior entre a universidade e as esferas sociais, fortalecendo o papel das instituições públicas de ensino na promoção do desenvolvimento político e social.

Espera-se, com este artigo, contribuir para o debate acerca da história e legislação da extensão universitária e desta como pilar fundamental da formação no ensino superior na Universidade brasileira. Para tanto, a pretensão em estimular os governantes e instituições ao financiamento da extensão universitária, como forma de atingir os objetivos da Política Nacional de Extensão Universitária, de cumprir o papel das IFES na contribuição de políticas públicas, por um país que construa um desenvolvimento sustentável, que visa a erradicação das desigualdades sociais, a valorização da cultural nacional e a produção científica e tecnológica.

Referências

BOLETIM N° 21 - 23 DE MAIO DE 2019 / 43. RESOLUÇÃO [PR-5/UFRJ] N° 01 e 02, de 2019

<https://xn--extenso->

[2wa.ufrj.br/images/RESOLUCOES_E_PORTARIAS/Resolu%C3%A7%C3%A3o_01-2019.pdf](https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/RESOLUCOES_E_PORTARIAS/Resolu%C3%A7%C3%A3o_01-2019.pdf) Acesso em 30 jul. 2023.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: Constituição Acesso em: 20 jul. 2023.

¹⁴ Book.pdf E-book Relatos da Extensão Vol. 1

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Disponível em <Decreto nº 7234> Acesso em: 28 de julho 2023

BRASIL. *Resolução nº 07/2018 CNE/CES*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: Resolução CNE/CES nº 7. Acesso em: 21 de julho de 2023.

BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: L5540 Acesso em: 27 de julho de 2023

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece diretrizes e bases da educação brasileira. Disponível em: Base Legislação da Presidência da República - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 Acesso em: 27 de julho de 2023.

Código de Ética Profissional do/a Assistente Social Código de Ética do/a Assistente Social Lei 8662/93

DUBEUX, Ana. *Extensão Universitária No Brasil: Democratizando O Saber Da Universidade Na Perspectiva Do Desenvolvimento Territorial*. Extensão universitária no Brasil: democratizando o saber da universidade na perspectiva do desenvolvimento territorial Acesso em: 26 de julho de 2023.

FORPROEX. *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. O Plano Nacional de Extensão Universitária. Coleção Extensão Universitária. Forproex, v. 1, 2001. Disponível em: Plano Nacional de Extensão Universitária Edição Atualizada Acesso em: 20 de julho de 2023.

FORPROEX, XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX, Manaus, 2012. Disponível em: Política Nacional de Extensão Universitária. Acesso em: 22 de julho de 2023.

GADOTTI, Moacir. *Extensão Universitária: Para quê?*, 2017. Disponível em: Extensão Universitária: Para quê? Acesso em: 26 de julho de 2023.

hooks, b. Educação democrática. In CÁSSIO, F (org). *Educação contra a barbárie*: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Boitempo, 1ª ed. São Paulo, 2019.

Lei de Regulamentação da Profissão Código de Ética do/a Assistente Social Lei 8662/93

MAMMI, A.; PELLEGRINI, A. A queda histórica na produção científica brasileira. *Nexo Jornal*. 25 de julho de 2023. Disponível em: A queda inédita na produção científica brasileira | Nexo Jornal Acesso em: 28 de julho de 2023

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). *Extensão Universitária: diretrizes e políticas*. Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2000.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012 Acesso em 31 de julho de 2023

PR-5 UFRJ - Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ. PR5 - Pró-reitoria de extensão - CONCEITOS E DIRETRIZES . Acesso em 30 de julho de 2023.

RESOLUÇÃO [PR-5/UFRJ] N° 138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022. Atualiza o Regulamento da Extensão Universitária na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/CEU/RESOLUCOES/RESOLU%C3%87%C3%83O_PR-5UFRJ_N%C2%BA_138_DE_29_DE_NOVEMBRO_DE_2022.pdf Acesso em: 24 de julho de 2023

SARAIVA EDUCAÇÃO. Conheça melhor a Política nacional de extensão universitária. 27 de julho de 2021. Disponível em: Política nacional de extensão universitária: entenda Acesso em: 27 de julho de 2023.

SOUZA, Olga Suely Soares de. A extensão universitária e as universidades populares. In: *Revista da Faced*, nº 09, Universidade Federal da Bahia, 2005 - A extensão universitária e as Universidades Populares Acesso em: 26 de julho de 2023.

UNIVERSIDADE TIRADENTES. Como a extensão universitária surgiu no Brasil. Desde seus primórdios e com diversas formas, as práticas de extensão universitária sempre buscaram uma aproximação maior entre universidade e sociedade. 8 de junho de 2021. Disponível em: Como a extensão universitária surgiu no Brasil Acesso em: 27 de julho de 2023.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Alzira Guarani - Professora da ESS/UFRJ e Colaboradora do PPGESS/UFRJ; Doutora em Serviço Social ESS/UFRJ; Pós doutoranda em Saúde Pública ENSP/FIOCRUZ; Líder do Laboratório de Estudos de Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade – LEPTraS/UFRJ/CNPq; Integrante dos grupos de pesquisa NUPPIT/UFRJ/CNPq e do Sínteses/CESTEH/FIOCRUZ/CNPq

Cibele da Silva Henriques - Professora adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coordenadora de Graduação da Regional Leste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (2023-2024). Substituta da Coordenação de Extensão do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da UFRJ.

Daniel De Souza Campos - Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Saúde Coletiva pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Docente da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual da ESS/UFRJ.

Erimaldo Nicacio – Doutor em Saúde Coletiva, Professor Titular da Escola de Serviço Social da UFRJ. Integrante do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ. Coordenador do NUPPSO (Núcleo de Pesquisa Psicanálise, Linguagem e Sociedade).

Fátima Cecchetto - Mestre em Ciências Sociais (UERJ) e doutora em Saúde Coletiva IMS/UERJ. Pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), professora do Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e colaboradora do Centro Latino-americano de Estudos em Violência e Saúde Jorge Carelli (CLAVES).

Fátima Valéria Ferreira de Souza - Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social PPGSS/UFRJ, com pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em 2019. Professora Titular da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coordenadora do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva IPLab/UFRJ.

Isabele Filpo da Silva - Graduanda em Serviço Social pela UFRJ e integrante do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão: Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva (IPlab) da UFRJ.

Kátia Sento Sé Mello - Antropóloga – Pesquisadora do CNPq – Nível 2. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ Líder do Grupo de Pesquisa Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos – GPSEM-CNPq-PPGSS/UFRJ. Pesquisadora do INCT-INEAC/UFF e do NECVU-IFCS/UFRJ

Larissa de Siqueira Saldanha - Graduada em Serviço Social pela UFRJ, mestranda bolsista CAPES pelo PPGSS/UFRJ e integrante do Laboratório de Pesquisa e Extensão: Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva (IPlab) da UFRJ.

Lidiane Malanquini - Assistente Social, mestre e doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora da Lona Cultural Herbert Vianna e da área de Incidência Política da Redes da Maré. Pesquisadora associada ao INCT-INEAC e membra do Grupo de Pesquisa Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos - Estado e Sociedade (GPSEM).

Lilian Angélica da Silva Souza - Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ. Docente do quadro permanente do PPGSS/UFRJ. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana. Coordenadora da Rede de Estudos, Pesquisa, Extensão e Ensino sobre Serviço Social e Educação (REPENSSE).

Ludmila Fontenele Cavalcanti – Assistente Social e Advogada pela PUC Rio. Doutora em Ciências da Saúde pelo PPGSCM/FIOCRUZ. Pós-Doutorado em Saúde Coletiva na UNIFOR. Docente da ESS/UFRJ e do quadro permanente do PPGSS. Integrante do Núcleo de Estudos e Ações em Políticas Públicas, Identidades e Trabalho e Vice coordenadora do Grupo Prevenção da Violência Sexual da UFRJ. Colaboradora do LIEIG/UFRJ.

Miriam Krenzinger - Professora Titular do Departamento de Métodos e Técnicas da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Monique Cruz - Assistente Social. Mestre e Doutoranda no PPGSS/UFRJ e membra do Grupo de Pesquisa Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos - Estado e Sociedade (GPSEM). Coordenadora do Programa Violência Institucional e Segurança Pública da organização Justiça Global e do Departamento de Justiça e Segurança do IBCCRIM.

Natã Sousa Coutinho - Assistente social, mestrando bolsista CAPES em Serviço Social no PPGSS-UERJ e integrante do Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão: Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva (IPlab) da UFRJ.

Patrícia Silveira de Farias - professora titular da Escola de Serviço Social da UFRJ. Jornalista, doutora em Antropologia (IFCS/UFRJ). Pós-doutorado em Cultura Contemporânea (PACC/UFRJ) e em Antropologia Social (UFRGS). Estágio pós doutoral no King's College London. Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM).

Paula Lima Toledo - Bacharel em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFF; Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Assistência Social e Saúde pelo Nezo/FaGOC; Especialista em Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais pela FAVENI; Mestranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ.

Paulo Sérgio Pereira Filho – Assistente social; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Bolsista FAPERJ Nota 10.

Priscila Fernandes da Silva - Bacharel em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFRJ; Especialista em Política Social e Intersetorialidade pelo IFF/Fiocruz; Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela ENSP/Fiocruz; Mestranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ.

Verônica Cristina de Barros Ferreira – Assistente social, Trabalhadora do SUAS, integrante do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão: Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva (IPlab) da UFRJ, integrante e bolsista PROATEC do ProDEd-TS/UERJ, diretoria do SASERJ gestão 2022-2025, Conselheira no CES/RJ.

